

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

OSVAIR BRANDÃO MUSSATO

**URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE
DA ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR MONTE DAS OLIVEIRAS EM
BOA VISTA (RR)**

Porto Alegre
2011

OSVAIR BRANDÃO MUSSATO

**URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE
DA ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR MONTE DAS OLIVEIRAS EM
BOA VISTA (RR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino

Porto Alegre
2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

M989u Mussato, Osvald Brandão
Urbanização e segregação socioespacial : uma análise da área de ocupação irregular Monte das Oliveiras em Boa Vista (RR) / Osvald Brandão Mussato. – Porto Alegre, 2011.
121 f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Marinho Cirino.

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2011.

1. Urbanização : Boa Vista (RR). 2. Espaço urbano. 3. Segregação urbana. I. Cirino, Carlos Alberto Marinho. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 711.4

OSVAIR BRANDÃO MUSSATO

**URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE
DA ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR MONTE DAS OLIVEIRAS EM
BOA VISTA (RR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/UFRR.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino

Aprovada em: 06 de julho de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orientador: Carlos Alberto Marinho Cirino (NECAR/UFRR)

Prof. Dr. Stéfano Florissi (UFRGS/PPGE)

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira (NECAR/UFRR)

Prof. Dr. Alberto Martin Martinez Castaneda (NECAR/UFRR)

DEDICO

*Aos meus amados pais,
exemplos de vida, dedicação e perseverança...*

*Às minhas irmãs,
pela certeza de nunca estar só...*

*À minha princesa,
por estar ao meu lado sempre e conceder-me o melhor presente possível...*

*À minha princesinha,
por encher nossas vidas de alegria e beleza...*

À vida que está por chegar,

*Aos meus amigos,
que representam a extensão da minha família...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por possibilitar cada dia de minha existência;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino, por tudo que fez por mim durante a realização deste trabalho, nunca se negando a tirar minhas dúvidas e dar suas contribuições.

Aos professores do Curso de Mestrado em Economia, que de forma grandiosa contribuíram para a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Aos amigos que fiz durante o curso, posso chama-los assim, Baú, por suas boas ideias, Cidinha e Detinha, que foram grandes parceiros durante esta árdua caminhada.

Aos demais colegas da segunda turma do Minter em Economia PPGE/UFRGS/UFRR que, diferentes maneiras, contribuíram para que pudéssemos atingir nossos objetivos.

Ao NECAR – Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, por possibilitar a realização deste curso de Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por oportunizar o aprimoramento do nosso conhecimento através de seus nobres professores.

Aos meus amigos e parceiros do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Roraima, que durante todo este tempo ajudaram-me de forma incondicional, em especial a professora Gládis de Fátima Nunes.

Aos amigos do Instituto de Geociências – IGEO da Universidade Federal de Roraima, que foram grandes parceiros durante este curso.

De forma muito especial, agradeço às pessoas que têm “carta branca em meu coração”, minha amada esposa e minha filha, Heila Antonia e Isabela Cristina, sem as quais não teria conseguido realizar meus sonhos.

RESUMO

O espaço urbano é percebido de diferentes maneiras pelos atores que participam de sua produção. No modelo de produção capitalista o espaço tornou-se uma mercadoria diferenciada, com alto grau de liquidez, propiciando elevados rendimentos àqueles que o possuem. Contudo, numa sociedade, cujo modelo prima pela diferenciação, nem todos pode usufruir do espaço de maneira igual. Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, ao observarmos os diferentes espaços, percebemos que o processo de urbanização caracterizou-se por uma forte segregação sócio espacial, que impulsiona para as áreas menos propícias a ocupação parcela significativa da sociedade. Nesse trabalho, objetivamos compreender essa dinâmica de exclusão a partir da análise da atuação dos agentes que coordenam a produção do espaço urbano. É fundamental nesse processo percebermos o papel do Estado, como agente regulador do uso e ocupação do solo urbano, utilizando-se dos mecanismos legais que lhe estão disponíveis. Para tanto, amparamo-nos numa metodologia de pesquisa exploratória, utilizando-se de questionários para capturar os dados necessários para nossa análise, além da observação direta da paisagem. O recorte espacial proposto, a área de ocupação irregular Monte das Oliveiras, propiciou-nos um melhor entendimento da dinâmica de expansão urbana impulsionada pela segregação, condicionando homem e meio a impactos, muitas vezes, irreversíveis. É nessa perspectiva que, por fim, apresentamos, após uma criteriosa análise dos dados obtidos, algumas considerações sobre o processo de produção do espaço urbano de Boa Vista-RR, destacando a influência da especulação imobiliária, o papel do Estado e da sociedade.

Palavras chave: Urbanização. Especulação. Segregação. Meio ambiente.

ABSTRAT

The urban space has been seen of different ways by the actors that have participate in its production. In the model of capitalist production space has become a commodity differentiated, with a high degree of liquidity, providing high income to those who possess it. However, in a society whose material model for differentiation, not everyone can enjoy the space equally. In Boa Vista, Roraima State capital, we observe the different spaces, to find that the urbanization process was characterized by a strong socio-spatial segregation, which impels it to areas less conducive to occupation significant portion of society. In this study, we aimed to understand the dynamics of exclusion from the analysis of the activities of agents who coordinate the production of urban space. It is vital to this process to realize the state's role as a regulator of the use and occupation of urban land, using the legal mechanisms available to you. For that, we took on a methodology for exploratory research, using questionnaires to capture the necessary data for our analysis beyond the direct observation of the landscape. The spatial area proposed, the area of irregular occupation Monte das Oliveiras, allowed us a better understanding of the dynamics of urban expansion driven by segregation, conditioning the middle man and impacts, often irreversible. In this perspective, finally, we present, after a careful data analysis, some considerations about the production process of urban areas of Boa Vista-RR, highlighting the influence of speculation office, the paper of state and society.

Keywords: Urbanization. Speculation. Segregation. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Curva de indiferença individual entre o consumo de espaço (q) e a distância do centro da cidade (t). -----	26
Figura 2: curva de indiferença individual entre o consumo de bem composto (z) e a distância do centro da cidade (t). -----	27
Figura 3: curvas de indiferença entre o consumo de bem composto (z) e consumo de espaço (q). -----	28
Figura 4: oferta de renda para uma curva de indiferença e uma distância dada. -----	29
Figura 5: localização do Monte das Oliveiras. -----	79
Figura 6: evolução da ocupação espacial da área Monte das Oliveiras. -----	81
Figura 7: construção em alvenaria após início da moradia em casa de madeira. -----	98
Figura 8: tipo de banheiro utilizado pelos moradores. -----	99
Figura 9: esgoto doméstico escorrendo pela rua. -----	101
Figura 10: poço utilizado para o fornecimento de água aos moradores. -----	103
Figura 11: lixo jogado irregularmente na rua. -----	104
Figura 12: ligações clandestinas de energia “gato”. -----	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: evolução da população de Boa Vista 1950-2010. -----	62
Gráfico 2: idade da população da área de ocupação -----	84
Gráfico 3: número de pessoas que trabalham na casa -----	85
Gráfico 4: origem da população -----	86
Gráfico 5: nível de instrução da população -----	87
Gráfico 6: origem intraurbana da população -----	88
Gráfico 7: tempo de moradia no Monte das Oliveiras -----	89
Gráfico 8: renda familiar da população do Monte das Oliveiras -----	90
Gráfico 9: profissão do principal mantenedor da família -----	92
Gráfico 10: número de trabalhadores com registro em carteira -----	93
Gráfico 11: famílias beneficiadas por programas de complementação de renda	94
Gráfico 12: propriedade do imóvel -----	95
Gráfico 13: forma de aquisição do imóvel -----	96
Gráfico 14: tipo de construção -----	98
Gráfico 15: sistema de captação de esgoto -----	100
Gráfico 16: origem da água consumida -----	102
Gráfico 17: destino do lixo produzido pelos moradores -----	104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do perímetro urbano do município de Boa Vista-RR -----	58
Mapa 2: Evolução do espaço urbano de Boa Vista-RR até a década de 1990 --	64
Mapa 3: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2000 -----	75
Mapa 4: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2005 -----	76
Mapa 5: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2010 -----	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	17
2.1	A produção do espaço urbano como estratégia do capital	19
2.2	O mercado urbano de terras	23
2.3	O planejamento urbano	31
2.4	Especulação imobiliária versus planejamento urbano	38
3	FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RORAIMA	41
3.1	Urbanização brasileira: uma breve apresentação	41
3.2	Formação do espaço urbano de Roraima	46
4	FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA-RR	58
4.1	Localização do município de Boa Vista	58
4.2	(Re)produção do espaço urbano de Boa Vista	59
4.3	O plano diretor estratégico de Boa Vista, ocupações irregulares e problemas ambientais	64
4.4	A especulação imobiliária e a espoliação urbana	70
4.5	Monte das Oliveiras – estratégias de sobrevivência	78
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERENCIAS	111
	APENDICE	118

1 INTRODUÇÃO

Compreender o processo de formação e expansão dos centros urbanos é de fundamental importância para os gestores públicos que pensam em promover um verdadeiro processo de urbanização das cidades, onde todos possam usufruir dos meios necessários para atingir um nível de bem-estar social adequado.

No entanto, numa economia de mercado, o Estado tende a privilegiar os interesses das diferentes frações do capital, provendo a infraestrutura necessária ao processo de acumulação, em detrimento das demandas relativas ao suprimento dos meios responsáveis pela reprodução da força de trabalho, o que propicia uma organização do espaço urbano de forma desigual.

Dessa forma, ocorre, uma verdadeira espoliação dos trabalhadores, visto que o solo urbano torna-se uma mercadoria extremamente valorizada e acessível às classes mais favorecidas em detrimento daqueles que não são providos dos recursos necessários. Percebe-se com isso, que grande parte da população, formada pelos trabalhadores, não têm reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional, inerentes ao modo urbano de vida.

Como consequência desse processo, associado ao déficit habitacional, decorrente da exclusão de grande parcela da sociedade do mercado imobiliário formal, essa parcela da sociedade busca sua inserção na cidade, mesmo que de forma marginal através da ocupação irregular de diversas áreas.

Contraditoriamente, o processo de expansão das cidades dá-se com a formação de grandes vazios urbanos em seu interior. Isso decorre do elevado grau de liquidez da terra, que funciona como um importante ativo para àqueles que podem pagar por ela. Por outro lado, os custos decorrentes da expansão desordenada recaem sobre o poder público e, principalmente, àquela parcela da população com poder aquisitivo menor, sendo ela, então forçada a ocupar as áreas periféricas da cidade desprovidas dos serviços básicos. Portanto, o presente trabalho pretende contribuir para o debate acerca dessa temática, que é um problema urbano complexo e difícil de ser resolvido.

A cidade de Boa Vista apresentou, ao longo de sua história, um tímido processo de crescimento decorrente do isolamento ao qual esteve submetida. No entanto, as transformações econômicas e políticas implementadas a partir da

década de 1940, quando transforma-se em capital do Território Federal do Rio Branco, e com a abertura da BR 174, percebe-se que a cidade inicia uma nova fase de crescimento, expandindo rapidamente seu tecido urbano. Com a Constituição de 1988 o Território Federal é transformado em Estado da Federação e com isso, novamente a situação política contribui para o incremento populacional da cidade. Contudo, esse processo de expansão tem ocorrido de forma desordenada, acompanhado da formação de grandes áreas vazias em seu interior, aqui denominadas *vazio urbano*. Como implicação imediata, observa-se a ocupação de áreas impróprias.

Os altos custos da terra e dos imóveis nas áreas centrais da cidade têm levado a um crescente processo de espoliação, contribuindo para aumentar os problemas ambientais. Diversas áreas da cidade estão sofrendo a pressão provocada pelo processo de ocupação irregular, fazendo-se necessário avaliar os mecanismos de formação de tais áreas, a fim de propor mecanismos que possam promover uma ocupação do solo de maneira ordenada. Dessa maneira nos questionamos sobre a possibilidade de minimizar os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes do processo de espoliação na cidade de Boa Vista.

Para responder a esse questionamento é preciso ter em mente algumas hipóteses quanto à relação Estado-sociedade-capital. Nesse sentido, foi elegido duas hipóteses que nortearão nossas discussões nesse trabalho, sendo: 1) O Plano Diretor urbano é um instrumento eficiente na regulamentação de uso e ocupação do solo urbano de Boa Vista e, 2) independente da ação do Estado, a espoliação ocorrerá, visto que essa é uma característica da cidade capitalista.

A fim de melhor compreender a produção do espaço urbano de Boa Vista e sua dinâmica, o objetivo geral proposto para esse estudo, é identificar e avaliar os impactos socioeconômicos causados à população da área de ocupação irregular denominada Monte das Oliveiras e sua relação com o processo de expansão urbana de Boa Vista.

Para orientar os estudos propostos, outros aspectos foram analisados compreendendo os objetivos específicos, que são: compreender os mecanismos de formação de preço da terra; relacionar a especulação imobiliária com o processo de expansão horizontal da cidade de Boa Vista-RR; compreender o processo de

ocupação da área denominada Monte das Oliveiras; analisar as condições socioeconômicas e ambientais da área em estudo.

Toda pesquisa deve seguir um critério rigoroso baseado em seus objetivos gerais. Portanto, a partir de uma metodologia de pesquisa exploratória buscou-se o entendimento das associações entre a produção do espaço, meio ambiente e qualidade de na cidade de Boa Vista. Nesse sentido, a necessidade de se obter dados que incrementem a base teórica e ao mesmo tempo proporcionem uma melhor compreensão do problema decorrente da expansão urbana desordenada, direciona a referida pesquisa nesse caminho. Gil, ao citar Selltiz¹, assegura que,

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão. (SELLTIZ, apud GIL, 2002, P.41).

Ademais, foram analisadas obras que deram suporte teórico sobre a (re)produção do espaço urbano e suas consequências, além de obras relativas ao espaço em estudo. Buscamos, ainda, informações junto aos órgãos oficiais do Estado e do Município, além dos dados estatísticos e de valor do solo urbano de Boa Vista para os anos 2000, 2005 e 2010. Analisar a evolução do valor de mercado do solo urbano ao longo dos últimos dez anos foi fundamental para compreender como se deu o processo de expansão da cidade e suas consequências sobre as diferentes classes sociais. Destaca-se o valor de mercado, visto que a base de cálculo utilizada pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, não é condizente com a realidade praticada pelo mercado imobiliário na cidade. Nesse sentido, os valores obtidos resultaram da análise da lista de classificados dos jornais de maior circulação na cidade nesse período, utilizando-se como instrumento de correção o Índice Geral de Preços de Mercado- IGPM.

A partir dessa análise, pôde-se obter uma média do valor do metro quadrado do solo para os diferentes bairros da cidade ao longo do período estudado, possibilitando a construção de mapas, que nos ajudaram a ter uma melhor compreensão da relação entre mercado imobiliário e espoliação urbana.

¹ SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

Na análise da área de estudo, procedeu-se na aplicação questionários e realização de entrevistas junto aos moradores, além de representante do Instituto de Terras, Colonização e Reforma Agrária do Estado de Roraima – ITERAIMA, visando compreender a dinâmica de formação da área em estudo e sobre a atuação do Estado na regularização das terras.

Nesse sentido, Gil (2002, p. 51), destaca a importância do nível de significância da amostra para a qualidade na investigação de uma população, afirmando que,

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes, seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos.

Portanto, para a aplicação dos questionários, buscou-se conhecer a estrutura e o número aproximado de pessoas que residem no local. Apesar de haver divergência nos números, foi trabalhada uma população de aproximadamente 250 famílias. Todavia, foram contabilizados 280 lotes com algum tipo de construção, dos quais 30 estavam fechados. De acordo com os próprios moradores, alguns proprietários trabalham em áreas rurais próximas a cidade, o que justificaria a ausência por um longo período. Assim, para que se tivesse uma margem de segurança de 95% nas respostas, foram aplicados 228 questionários a pessoas com mais de 18 anos de idade entre os dias 07 e 12 de dezembro de 2010.

Espera-se, portanto, que os dados coletados e analisados, a partir da metodologia proposta, sejam instrumentos balizadores para mostrar que as condições socioeconômicas e ambientais percebidas no Monte das Oliveiras seja condizente com as realidades das demais áreas em situação semelhante na cidade, podendo, então, servir de parâmetro para a análise de outras áreas ocupadas irregularmente.

Para um maior aprofundamento do tema, o presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O capítulo 1 constitui-se nesta introdução, onde é apresentado os aspectos gerais do trabalho e o método utilizado para a realização do estudo.

No capítulo seguinte, é discutido o processo de formação do espaço urbano numa economia de mercado, relacionando às diferentes estratégias utilizadas pelo mercado imobiliário para maximizar seus lucros. A partir da análise das teorias econômicas, procurou-se compreender o processo de formação do preço da terra e relacioná-la com a escolha pelo local de moradia, além de discutir a importância do planejamento urbano no ordenamento do espaço.

O processo de formação do espaço urbano de Roraima foi tratado no capítulo 3 deste trabalho, onde se procurou fazer uma análise partindo da urbanização brasileira e amazônica.

No capítulo 4 apresentamos uma análise da urbanização de Boa Vista e seus efeitos, onde é destacada a importância do Plano Diretor e as consequências da especulação imobiliária. Componente da dinâmica urbana da cidade, a área em estudo foi caracterizada.

Após discutir as implicações decorrentes do processo de urbanização, e tratá-las a nível local, no capítulo 5 apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada junto à comunidade Monte das Oliveiras, para fazer as discussões pertinentes ao tema tratado neste estudo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais esperando, de certa maneira, ter contribuído para uma compreensão sobre a dinâmica do espaço urbano de Boa Vista analisado a partir dos conflitos de interesses existentes na sociedade.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A partir da implantação dos programas governamentais, da abertura das rodovias e da expansão das atividades extrativistas minerais no território roraimense, iniciou-se, na cidade de Boa Vista, um acelerado processo de urbanização, adquirindo formas de organização, até então, não conhecidas, passando a interferir diretamente na organização espacial do território. À medida que o tecido urbano se expandia, aumentava a pressão sobre áreas de fragilidade ambiental, além de um acelerado aumento nas desigualdades sociais.

Compreender o espaço como uma categoria de análise, se faz necessário, para melhor discutir o tema em tela. Deve-se apreender que o espaço é percebido de forma diferenciada dentro das diversas áreas da ciência. Aprofundaremos nossa discussão sobre essa categoria de análise por meio da concepção das ciências sociais, em especial, a geografia e a economia.

O homem é o único responsável pela produção do espaço, através do seu trabalho na construção da sociedade ao longo da história, promovendo alterações, conforme ritmo de desenvolvimento de cada sociedade. Resultado de seu trabalho, o espaço é produzido e reproduzido constantemente.

O espaço pode ser estudado a partir de diversas categorias, contudo destaca-se duas, especialmente estudada pelos geógrafos 1) “espaço natural”, constituído pelos espaços onde a natureza ainda preserva suas condições originais, sem que tenha havido alguma intervenção humana. Essa concepção de espaço é praticamente inexistente hoje, visto que, de alguma forma, todos os espaços já passaram por algum tipo de intervenção humana, seja ela, direta ou indireta. A lógica do capital está presente, até mesmo, nas porções mais remotas da Amazônia, por exemplo. Mesmo que essas áreas permaneçam “intactas”, elas já foram apropriadas por grupos capitalistas na defesa de seus interesses, que são os mais diversos, sendo, até mesmo, utilizadas como mecanismo de compensação para e emissão de gases estufa, como previsto no Protocolo de Kyoto. A grande imensidão dos oceanos, de diversas maneiras é apropriada pelo homem, seja direta ou indiretamente, através do aumento da temperatura do planeta, seja pela disposição de óleos e lixos jogados dos grandes navios que os cortam, levando e trazendo o resultado da produção humana, apenas para citar alguns exemplos; 2) o “espaço

geográfico”, resultado da apropriação do *espaço natural* através do trabalho humano, sendo então produto histórico, social e cultural, é produto, porém, de relações sociais determinadas. (CARLOS, 2008, p. 31)

O estudo do espaço vai, atualmente, muito além da simples descrição da paisagem ou localização das atividades humanas. Ela tornou-se muito mais ampla e complexa. O espaço é visto como produto histórico e social, visto que, “abrange as inúmeras práticas de experiências individuais e coletivas que influenciam na relação e concepção que cada grupo social tem do, com e no espaço” (OLIVEIRA, 2000, p. 67).

O homem, através de suas relações com o meio, (re)produz constantemente o espaço, tornando-o dinâmico. Nesse sentido, o espaço não pode ser apreendido como um elemento eterno, inerte ou imóvel, e tampouco natural, representa uma sociedade em dado momento histórico. (CARLOS, 2008, p. 33). Para melhor compreender a dinâmica organizacional de dada sociedade é preciso analisar o espaço, pois em cada momento histórico e em cada lugar a produção do espaço se dá de maneira diferenciada, estando contido nele toda carga de valores culturais presentes naquele momento. Como compreender a dinâmica das sociedades pré-colombianas na América, senão pelo estudo das marcas deixadas no espaço por elas produzido?

O Homem é produtor e reproduzidor do espaço, através de suas dinâmicas históricas e sociais, portanto sua análise deve conter, necessariamente, uma base da evolução das sociedades em diferentes momentos. “Como a história é um processo ininterrupto da ação humana em sociedade, estudar a gênese e reprodução espacial remete analisar condicionantes históricas” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 21-2).

No entanto, a produção e a reprodução do espaço como produto social e histórico do trabalho humano são dois processos distintos, porém articulados. O primeiro se refere ao processo específico, o segundo se processa a partir do primeiro por meio da divisão do trabalho em seu movimento, englobando processos de circulação, distribuição e trocas. (CARLOS, 2008, p. 34).

Embasando, ainda mais, Carlos (2008), amparamo-nos em Santos (1991) que afirma ser o espaço produto de um conjunto dissociável de objetos e da sociedade em movimento, sendo resultado 1) dos instrumentos de trabalho e das

forças produtivas e 2) da circulação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços. Esses representam, respectivamente, os fixos e os fluxos na produção do espaço.

Percebe-se, no entanto, que o espaço é produzido pelo homem e vivido por ele, decorrente da relação direta entre homem-meio. A escala de abordagem pressupõe que a análise do espaço urbano considere três aspectos do espaço: 1) espaço físico, composto pelos elementos que formam a cidade; 2) espaço mental, resultado da percepção que as pessoas têm do espaço físico e; 3) espaço social que representa as ações dos indivíduos sobre os dois primeiros, formado por seus signos e representações. (LEFEBVRE, 1991).

A produção do espaço está, também, associada aos interesses dos mais diversos agentes econômicos, cabendo ao Estado o importante papel de regulador/fiscalizador desses, além, dele próprio, ser um agente (re)produtor do espaço, mediante a instalação de infraestruturas, legislação, fiscalização e incentivos voltados à produção.

2.1 A produção do espaço urbano como estratégia do capital

A análise urbana deve, obrigatoriamente, permear a análise da produção do espaço como produto do modo de produção vigente. O modelo de sociedade, baseado no consumo imediato de bens, onde a supremacia do capital se faz presente nas relações cotidianas, produz o espaço, percebido na sua ampla diversidade.

O espaço tornou-se, no modo de produção capitalista, integrante dos circuitos de valorização do capital, seja via comercialização da terra, propriamente dito, seja por meio de sua apropriação para circulação do capital financeiro.

Está análise se faz necessária para discutir o processo de formação do espaço urbano de Boa Vista que está totalmente integrada no sistema econômico globalizado. A sua integração deu-se de maneira gradativa, promovendo uma constante (re)produção de seu espaço de forma desigual.

Ao analisar a produção do espaço nos moldes de produção capitalista Lefebvre (1999, p. 142) escreve que,

(...) o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. (...) A estratégia vai longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão.

Em relação à produção do espaço urbano nesse contexto, Botelho (2007, p. 22), citando Harvey² (1980) assevera que,

(...) deve levar em consideração, então, o monopólio de uma classe sobre o espaço – a burguesia (...), o que exclui principalmente os pobres da propriedade fundiária (Harvey, 1980: 146). Isso porque a classe que detém a maior parte dos recursos pode, através do dinheiro, ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém.

O espaço, nesse sentido, constitui-se palco das relações que (re)produzem a mais-valia, expressando, as relações sociais e históricas de uma sociedade. Nota-se que o valor de troca sobrepõe seu valor de uso. O espaço torna-se uma mercadoria cada vez mais valorizada, excluindo aqueles que não possuem capital suficiente para usufruir determinados atributos do lugar.

A apropriação do espaço pelo capital e sua, conseqüente, expropriação social é percebida ao observar a produção de espaços elitizados como shoppings centers, resorts turísticos, bancos, centros de lazer, entre outros.

Portanto, percebe-se que a apropriação do espaço, em especial o espaço urbano, é um importante mecanismo para a reprodução do capital e produção da mais-valia, principalmente em tempos de crise, visto que “o espaço não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: ele compreende as coisas produzidas e suas relações na sua coexistência e simultaneidade. Por isso, produzir o espaço não é o mesmo que produzir uma mercadoria qualquer, como um quilo de açúcar ou um metro de tecido”. (LEFEBVRE, 2000, p.88).

Nesse sentido, cabe ao setor público, minimizar os custos de apropriação e (re)produção do espaço, por meio de melhorias na regulamentação do uso do solo e do espaço público, direcionamento de investimentos, construção de infraestrutura, planos de revalorização de áreas urbanas degradadas, possibilitando, com isso, que

² HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

os detentores do capital possam utilizar de estratégias de acumulação capitalista, produzindo o novo, o “outro espaço”. (BOTELHO, 2007, p. 27).

O espaço como mercadoria, reflete as lógicas contraditórias do capital, criando circuitos providos de economias distintas, promovem a distribuição desigual, senão vejamos as palavras de Botelho (2007, p. 30), “Os locais mais bem-aparelhados atraem as empresas e a moradia dos mais ricos, desde que seja possível a segregação das camadas populares.”.

Botelho (2007, p. 35) reitera que,

A concentração espacial das camadas superiores opera uma transformação qualitativa de conteúdo dos equipamentos públicos e dos equipamentos comerciais privados, tornando-os mais seletivos. A especificidade do espaço das camadas superiores é signo de distinção social, participa do sistema de expressão e de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe, as camadas superiores e as camadas populares se excluem no espaço pelo processo de expulsão derivado do preço cobrado pelo espaço.

O mesmo autor (2007, p, 36) procura enfatizar sobre a segregação urbana, afirmando que,

Nesse processo de formação de um espaço urbano segregado, o Estado possui um papel importante, pois, como lembra Peter Marcuse (2004: 30), nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação.

Posto isso, podemos avaliar a importância do Estado no processo de (re)produção do espaço e sua imediata apropriação pelo capital. Quando o Estado permite, há maior concentração espacial e promoção da segregação com a espoliação dos mais pobres para as periferias urbanas. Contudo, o Estado pode intervir, através de suas políticas, para que a apropriação do espaço pelas classes mais abastadas possa reduzir os impactos sociais decorrentes da segregação.

Essa discrepante realidade em que está submetida à sociedade brasileira, onde a segregação urbana é fato comum, principalmente nos centros urbanos maiores confirma-se ao se analisar as palavras de Milton Santos sobre os circuitos que formam a economia urbana nos países pobres. Para Santos (1979, p. 29),

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito

elevadas, cria na sociedade uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Há de fato uma divisão da cidade em dois circuitos, sendo que o superior é constituído pelas atividades “mais nobres” da vida na cidade de Nesse circuito estão inseridos os membros das classes sociais mais abastadas da cidade, visto que utilizam intensamente o capital e seus meios de circulação, tais como as instituições financeiras, as modernas indústrias, os shopping centers, entre outros. Por outro lado, há uma parcela da sociedade, que constitui a ampla maioria, que está abaixo desse nível, são os constituintes do circuito urbano inferior. No circuito inferior a circulação é menos intensa, ocorrendo de forma menos organizada e utilizando menos capital. As atividades desenvolvidas atendem diretamente às classes mais pobres da cidade.

Essa lógica contraditória movimentada a cidade e dá a ela suas formas de organização e estruturação espacial. Ela está impregnada na paisagem urbana, seja através da atuação dos agentes públicos ou privados. Não importa qual deles está agindo diretamente, mas é certo que ambos respondem aos interesses da sociedade, comandados, principalmente pelas classes dominantes.

Contudo, em muitos momentos esses circuitos se “chocam”. Na sociedade capitalista contemporânea dos países subdesenvolvidos, podemos perceber que o “abismo” que separa as duas classes que compõem o circuito superior e o circuito inferior, não é suficiente para evitar que as inter-relações entre eles possam se tornar constantes.

Ao lado de grandes condomínios de alto padrão formam-se grandes favelas; apesar de os shoppings centers constituírem o principal centro de compras das classes mais abastadas da sociedade, há uma forte ligação entre clientes e funcionários, que muitas das vezes são oriundos de áreas extremamente pobres. Podemos perceber que há uma proximidade muito maior entre os dois circuitos do que se pensavam anteriormente.

2.2 O mercado urbano de terras

Para que possamos analisar o mercado urbano de terras, pautando-nos por uma visão neoclássica da economia é preciso que tenhamos claro alguns pressupostos, que segundo Serra & Serra (2008) podem ser agrupados em quatro pontos. 1) que a economia seja predominantemente privada e livre, prevalecendo a preferência individual e o interesse mútuo, quanto a realização de contratos de compra e venda de bens e serviços; 2) que os agentes econômicos sejam racionais e independentes, pautando sempre em maximizar sua utilidade ou lucro; 3) prevalência de uma economia competitiva, com atuação de diversos agentes econômicos e fluidez dos recursos entre os diversos setores da economia, e; 4) que prevaleça na economia um ambiente de certeza e de perfeita informação, quanto as características atuais e futuras de preço, qualidade e disponibilidade de bens e serviços.

Diante destes pressupostos teóricos, procura-se um equilíbrio entre oferta e demanda de produtos, bens e serviços. Contudo, numa economia de mercado, onde nem sempre esses quatro pressupostos se apresentam de forma eficiente, é necessário que um terceiro agente, o Estado, participe do mercado, estipulando mecanismos que inibam ações que favoreçam determinados grupos de agentes econômicos em detrimento dos demais.

Como definir o valor da terra urbana? Que fatores contribuem ou podem contribuir para a formação do *preço da terra e/ou da renda fundiária*? Primeiramente devemos assumir que a oferta total de terra é limitada, portanto *inelástica*, quando consideramos o conjunto da sociedade, contudo, quando fazemos uma análise individual, está oferta torna-se ilimitada, portanto *elástica*, devido às diversidades de interesses postos no mercado de terras urbanas. Devemos considerar, ainda, que a terra, como fator produto, constitui-se em estoque, visto que não é produzido.

Assim, a definição do preço médio da terra, resulta dos interesses diversos, como da indústria de construção civil, dos mecanismos de financiamento de crédito, dos níveis de crescimento econômico, do ritmo de crescimento demográfico, além do grau de elasticidade da oferta de terra num dado período e local.

Quanto ao grau de elasticidade da terra, Serra & Serra (2008, p. 153) afirmam que,

(...) o grau de elasticidade da oferta de terra é um dado que depende não apenas de sua natureza mas, sobretudo do nível urbano, das políticas de expansão física, de uso do solo e tarifas, que, quer explícitas ou não, afetam a extensão e a intensidade de utilização da área urbana, em especial, demarcando áreas ocupáveis (e não ocupáveis) e tamanhos mínimos de lotes e unidades residenciais.

Nesse sentido, compreender como as pessoas definem onde vão morar na cidade e quais fatores sociais e econômicos podem contribuir na escolha do local ótimo de moradia de um cidadão é importante para análise da formação do tecido urbano.

Para responder a esses questionamentos, a pesquisa poderia ter se pautado em diversas bases teóricas. No entanto, pautou-se essa discussão para o campo da geografia e da economia, podendo assim dizer, a geografia econômica, ou a economia geográfica do cidadão, ou ainda de uma economia urbana, ou seja, a forma como se dá a distribuição geográfica dos agentes no espaço, como resultado agregado de um conjunto de decisões estritamente individuais, pensando na função utilidade marginal de cada família ou de lucro para as firmas. (ABRAMO, 2001).

Não basta apenas o querer do cidadão na hora de definir seu local de moradia. Existe todo um mercado imobiliário, além das leis que regulamentam o uso e a ocupação do solo urbano, tais como o Plano Diretor, que desde o advento do Estatuto das Cidades, tornou-se obrigatório em cidades com mais de 20 mil habitantes, caso de Boa Vista.

Ao se analisar os modelos econômicos da escolha de localização residencial, deparamo-nos com três autores neoclássicos (Muth, Wingo e Alonso) que propuseram, quase que ao mesmo tempo, modelos que respondem a essa questão. Não é objetivo, deste trabalho, discutir cada um deles, mas sim, compreender como as pessoas definem seu local de moradia, considerando que somos indivíduos racionais. Para tanto, analisou-se o modelo proposto por Alonso, visto que os demais modelos são bastante semelhantes quanto ao resultado final, apesar das diferenças nos modelos.

O modelo de Alonso baseia-se na teoria da escolha individual dos economistas neoclássicos. Dessa maneira, a forma de representação do espaço pelo indivíduo, está diretamente associada à formação de uma “cesta de consumo”, constituída por bens e serviços, a qual proverá “graus” de satisfação diferentes para cada indivíduo, de acordo com seus gostos.

Em se tratando de espaço urbano, é possível afirmar que os bens que constituem essa “cesta” são: bem composto, consumo de espaço e distância do centro da cidade³. De acordo com o modelo, os bens que compõem a cesta podem ser representados da seguinte maneira: (t) localização do domicílio (distância do centro), (q) dimensões do terreno ocupado e, (z) todos os outros bens que não pertencem à dimensão residencial. Dessa forma, pode-se compor a função Utilidade da seguinte forma:

$$U = (z,q,t)$$

Dessa maneira, seriam estabelecidas as curvas de indiferença, possibilitando um critério de classificação em função de uma ordem de preferência, que de acordo com Abramo (2001, p. 24), “uma vez identificadas, as cestas, tendo mesmo nível de utilidade, podiam ser classificadas em função de uma ordem de preferência. Essa maneira de apresentar as escolhas possíveis do consumidor é geralmente chamada de teoria ordinal”.

Diante do exposto, podem-se estabelecer diversas combinações para compor as cestas, considerando que essas devem relacionar apenas dois bens, sendo o terceiro bem, sempre constante.

Ao se combinar consumo de espaço (q) e localização (t), e considerando que o consumo de bens compostos seja constante, de acordo com o modelo de Alonso, têm-se a curva de indiferença que indica a relação entre esses dois bens, conforme figura 01.

³ No modelo de Alonso, o centro da cidade seria o único lugar onde são produzidos os bens compostos e, portanto, onde é ofertado trabalho.

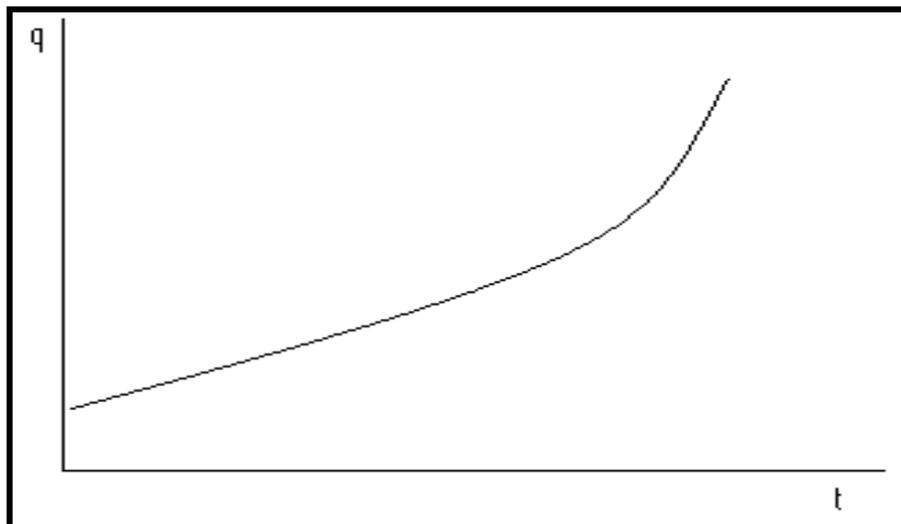


Figura 1: curva de indiferença individual entre o consumo de espaço (q) e a distância do centro da cidade (t).

Fonte: adaptado de Abramo (2001).

Observa-se que a medida que a distância do local de moradia e o centro da cidade aumenta, o indivíduo deve ser compensado com o aumento do consumo de espaço, para que o grau de satisfação continue igual, nesse caso pode-se compreender melhor o fato de que o tamanho médio das propriedades é maior nas áreas periféricas, como acontece em muitas cidades.

Ao ser analisado a combinação entre o consumo de bem composto e a distância entre o centro da cidade, sendo o consumo de espaço constante, pode-se perceber, conforme figura nº 02, que para manter o grau de satisfação com o aumento da distância em relação ao centro, o indivíduo deverá consumir uma quantidade maior de bem composto.

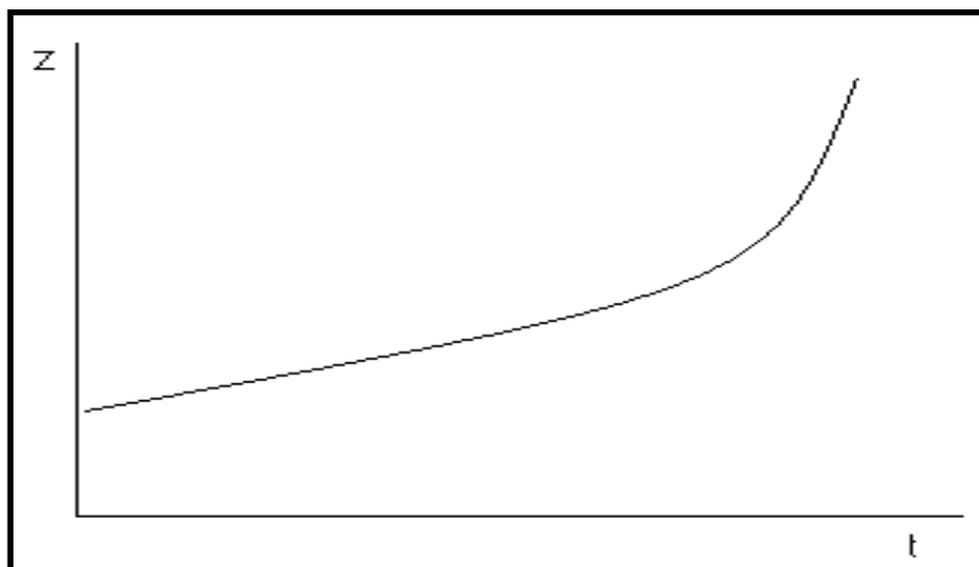


Figura 2: curva de indiferença individual entre o consumo de bem composto (z) e a distância do centro da cidade (t).

Fonte: adaptado de Abramo (2001).

Com base nessa relação de combinação de cestas pode-se, ainda segundo o modelo de Alonso, traçar uma nova curva de indiferença para aferir a relação que se estabelece entre o consumo de bem composto (z) e o consumo de espaço. Nesse caso, a curva de indiferença será decrescente, visto que, segundo Abramo (2001, p. 28), “... esses dois bens proporcionam tanto mais prazer ao indivíduo quanto maior sua capacidade de consumi-los em grande quantidade (já que, por hipótese, o indivíduo racional deseja sempre consumir cada vez mais até o ponto de saturação)”.

Na análise dessa situação é percebido, de acordo com a figura nº 03, que para que o indivíduo possa consumir uma maior quantidade do bem espaço, sem alterar seu grau de satisfação quanto ao consumo do bem composto, ele deverá “migrar” de uma curva de indiferença u_1 para u_2 . Com isso passará do ponto A para A’.

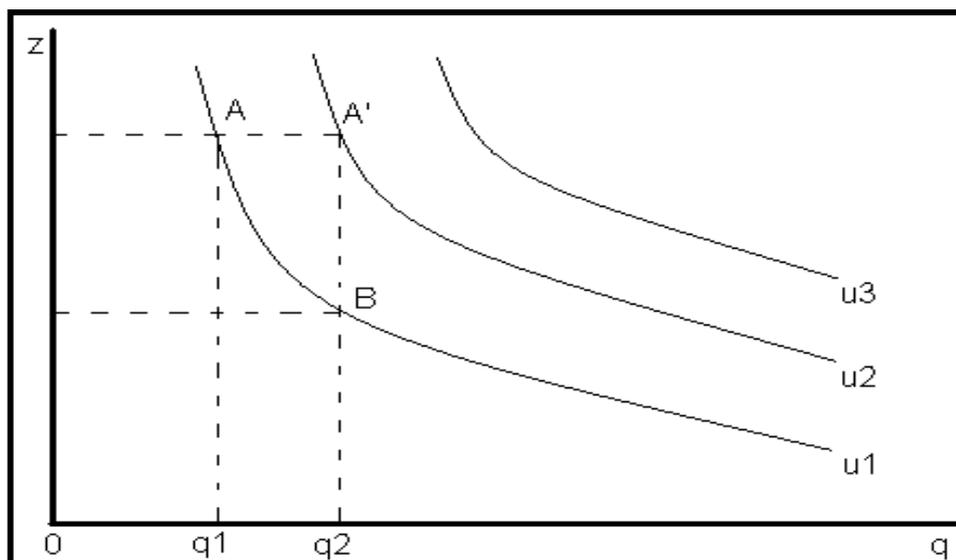


Figura 3: curvas de indiferença entre o consumo de bem composto (z) e consumo de espaço (q).
Fonte: adaptado de Abramo (2001).

Abramo (2001, p.29-30) em sua análise quanto ao comportamento do indivíduo na escolha de sua cesta de bens, afirma que:

(...) se o indivíduo é um agente racional, ele poderá classificar (ordenar) as curvas de indiferença da localização residencial a partir do critério de satisfação que essas cestas de cada uma das curvas vai estabelecer o que a literatura microeconômica chama de 'pré-ordem', ou seja, a classificação das combinações possíveis de bens em termos de relações de preferência vai traçar um 'mapa de indiferença' onde cada curva corresponderá a um certo nível na escala das preferências do consumidor.

Contudo, é preciso incorporar nessas observações outro fator extremamente importante para que o indivíduo racional possa definir onde vai morar. Trata-se da renda do indivíduo. Até então, era analisada uma situação onde não existiam outras restrições, o que numa economia racional não acontece.

Para essa análise, deve-se considerar que o rendimento Y do indivíduo deve ser suficiente para cobrir os gastos com o consumo de bens compostos, consumo de espaço e deslocamento entre o local de moradia e o centro da cidade, podendo ser, de acordo com Abramo (2001, p. 35), "expresso pela seguinte fórmula:

$$Y = pzz + K(t) + Rq$$

onde pz é o preço dos bens compostos z , $K(t)$ o custo de transporte e R a renda por unidade de espaço q ." O autor afirma, ainda, que a oferta de renda (r) é o valor máximo que ele é capaz de pagar para consumir um espaço determinado em uma localização dada, sendo expressa da seguinte maneira:

$$r(t,u) = \max \{Y - k(t) - z/q \mid U(z,q) = u\}$$

Dessa maneira, se considerarmos que o orçamento do indivíduo ($pzz+Rq = Y - K(t)$), sendo pz o numerário, traçaremos uma reta com oferta de renda e uma dada distância, conforme figura nº 04.

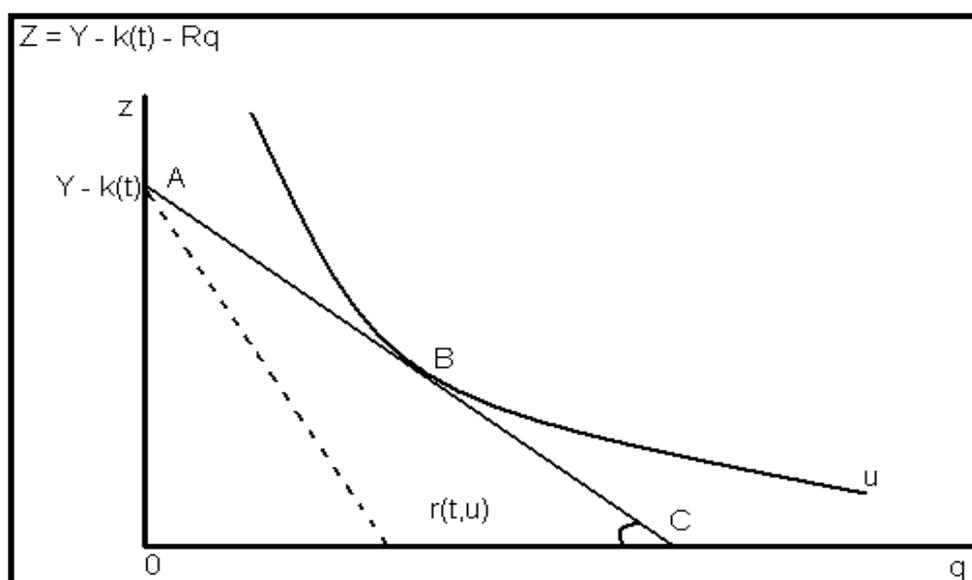


Figura 4: oferta de renda para uma curva de indiferença e uma distância dadas.
Fonte: adaptado de Abramo (2001).

Ao analisar essa reta, Abramo (2001, p. 36) descreve que:

(...) quando a reta do orçamento é tangente à curva de indiferença (ponto B), temos o que Fujita, chama de 'a oferta máxima do tamanho do lote' (*bid-max lot size*). Da mesma maneira, a inclinação dessa tangente determina a taxa marginal de substituição entre z e q em B. Mas sabemos também que a oferta de renda é dada pela inclinação da reta de orçamento.

Pode-se inferir que caso ocorra uma alteração na distância para maior, necessariamente aumentará também as despesas com deslocamentos, reduzindo o rendimento familiar. Nesse sentido, para que seja mantido o mesmo nível de

satisfação, obrigatoriamente, ocorrerá uma redução na renda, induzindo os indivíduos a substituírem o solo pelo bem composto.

Para o autor supracitado, é esse efeito substituição devido a uma redução da oferta de renda que explica o processo de estruturação do solo urbano com suas diferentes densidades habitacionais, tornando-se um dos elementos relevantes dos mecanismos de mercado que determinam a ordem espacial dos neoclássicos.

Baseando-se nos neoclássicos quanto à escolha da localização residencial, Abramo (2001) afirma que não existem, de fato, pressões físicas e topográficas em nível de tomada de decisão das famílias, para eles, as dimensões topográficas sobre o espaço são suprimidas, ficando o fator localização reduzido a uma dimensão unicamente econômica, ou seja, o preço de mercado do terreno, combinado à restrição orçamentária de cada indivíduo.

Contudo, de acordo com Botelho (2007, p. 75), “dentre os fatores que podem contribuir para alterações no preço cobrado pelos terrenos urbanos, haveria os fatores ligados diretamente às condições do meio ambiente (natural ou construído) com o qual se articula o terreno (fatores físicos, acessibilidade, aos serviços locais, meio ambiente natural, vizinhança, etc.)”.

Evidencia-se que para determinar o local de moradia de um indivíduo, devem-se considerar diversos fatores, tais como suas escolhas, gostos e restrição orçamentária (endógenos), além da legislação de uso e ocupação do solo e da especulação imobiliária (exógenos), por exemplo, que determinará o valor do solo urbano em dado local.

Nesse sentido, Botelho (2007, p. 33-4) utiliza Lipietz⁴ (1974) para afirmar que:

(...) existiria uma hierarquia de usos do solo determinada pelo valor de uso da centralidade (ou qualquer outra particularidade do lugar) e pela capacidade dos usuários de pagar, sendo que o mecanismo da renda da terra estabilizaria e reproduziria essa hierarquia em sua coincidência com a divisão social e econômica do espaço. (...) A renda fundiária urbana é, portanto, um instrumento do fenômeno da *segregação*, sua manifestação espacial, produzida pelos mecanismos de formação dos preços de solo, estes, por sua vez, determinados pela divisão social e econômica do trabalho.

⁴ LIPIETZ, Alain. **Le tribut foncier urbain**. Paris: François Maspero, 1974.

Para complementar esse pensamento quanto aos interesses determinantes na produção da renda fundiária urbana, Oliveira (1986, p. 77) afirma que “a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo, e da oposição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo”. Contudo, cabe ao Estado o controle sobre os usos do solo, regulando sua propriedade, o que pode ser percebido nas palavras de Botelho (2001, p. 36),

(...) o Estado possui um papel importante, pois, como lembra Peter Marcuse (2004: 30), nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para a sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação.

A partir dessas análises compreendemos o mecanismo de segregação urbana que, por sua vez, induz à um clássico conflito de interesses, envolvendo diretamente classes sociais com interesses divergentes, ocasionando em constantes transgressões ao direito de propriedade.

Serra & Serra (2008, p. 146) afirmam que essa “transgressão da regra jurídica e econômica se dá diante de uma estrutura de preços da moradia urbana que está acima da capacidade de compra de um grupo econômico de consideráveis proporções”. O autor afirma ainda, quanto à participação desse grupo econômico mais pobre no mercado regular de terras urbanas,

(...) a aquisição de moradia através do mercado ocupa lugar de baixa prioridade na estrutura de preferências dos grupos urbanos mais pobres, isto é, que sua demanda por *outros* bens (em especial, por bens de subsistência) e sua restrição orçamentária são tais que estes grupos são levados a evitar o pagamento monetário pela moradia. Assim recorrem ao assentamento ilegal em terrenos de propriedade indefinida. Sua participação no mercado habitacional, ou mesmo de terra urbanizada, requeriria ou um aumento de renda ou que o preço da terra alcançasse valores extremamente baixos.

2.3 O planejamento urbano

O agrupamento de pessoas, segundo características e interesses, foi uma prática constante na formação dos assentamentos humanos, mesmo antes do surgimento das cidades. Durante a Idade Média, senhores, servos, estrangeiros e

escravos não dividiam espaços comuns; na Idade Contemporânea, em diversos países, prevalecia a divisão segundo etnia, cor, religião entre outros. Isso foi aprimorado nas cidades industriais do século XX, tornando-se cada vez maiores e mais especializadas. Clark (1985, p. 181) ajuda a nossa compreensão sobre o tema, pois descreve que:

Um dos traços mais característicos das cidades modernas é o seu alto nível de diferenciação interna. Os conjuntos de zonas, comunidades ou bairros são frequentemente distinguíveis em termos de aparência física, composição da população e aspectos relacionados com as características e problemas sociais, que se repetem de uma cidade para outra. A existência de padrões sociais e residenciais similares sugere que a estrutura urbana está determinada por um número de princípios gerais de uso do solo e de localização. Isso indica o funcionamento do poder social subjacente e das forças econômicas que propiciam usos semelhantes, se não idênticos, de parcelas adjacentes na cidade.

Percebe-se que há um processo histórico de “organização” das cidades através de zoneamentos. No entanto, é a partir da industrialização que a necessidade de planejar a cidade torna-se mais intensa, haja vista que as condições de vida nas antigas cidades industriais europeias eram deploráveis, contribuindo para a disseminação de doenças e consequente aumento das taxas de mortalidade.

(...). Foi porque as pessoas estavam forçadas a viver em condições de pobreza e superlotação que as cidades se caracterizaram pelas doenças, criminalidades e carências. A resposta foi acabar com as cidades do passado e substituí-las por novas comunidades planejadas. Este argumento levou, por sua vez, a visualizar uma sociedade utópica caracterizada pela estabilidade, saúde e abundância que existiriam na sociedade planejada. Inspirada por essa filosofia, as proposições de planejamento que surgiram nos anos imediatos pós-guerra estavam fortemente inclinadas para o design físico. A ênfase principal foi dada ao controle do uso do solo como meio comum para se conseguir, indiretamente, um conjunto livremente definido e objetivos sociais altamente idealistas. (CLARK, 1985, 237)

Nesse sentido, buscou-se, através do planejamento urbano, disciplinar as atividades econômicas e sociais, haja vista que o mercado é incapaz de fazê-lo, principalmente no que tange a eficácia social. Para compreender melhor a importância do planejamento urbano e ambiental no ordenamento das cidades é preciso ter esses conceitos bem definidos em nosso pensamento, portanto, buscamos o respaldo de alguns autores para facilitar a discussão. Franco (2000)

Planejamento ambiental é todo planejamento que parte do princípio da valoração e conservação das bases naturais de um dado território como base de auto-sustentação da vida e das interações que a mantêm, ou seja, das relações ecossistêmicas, entende-se que o planejamento contém todas as informações necessárias sobre a área a ser estudada, chegando até o seu desenvolvimento sustentável das cidades e redes urbanas, procurando manter a biodiversidade dos ecossistemas. Franco (2000);

Continuando, a mesma autora, afirma que,

O Planejamento Ambiental pressupõe três princípios de ação humana sobre os ecossistemas, os quais podem ser combinados em diversos gradientes: os princípios da preservação, da recuperação e da conservação do meio ambiente. O Plano Diretor é aprovado pela Câmara que é assistida pela população. Franco (2000, p. 36);

Planejamento urbano é a organização dos espaços urbanos de forma específica, ou seja, desde os planejamentos urbanos até que se chegue aos atuais Planos Diretores. Villaça (1999)

Face ao exposto, podemos inferir que o planejamento urbano pode ser realizado através de vários instrumentos, tais como: o disciplinamento do uso do solo: localização dos distritos industriais, não ocupação em áreas de preservação ou de valor ecológico, localização de parques, localização de zonas residenciais, rodoviárias, aeroportos, etc.; o controle do parcelamento do solo: loteamentos, drenagem urbana, etc.; o sistema viário: via de tráfego rápido, tráfego de veículos pesados; instalação de linha verde, entre outros.

A implantação de um planejamento urbano e ambiental que atenda a todos os segmentos da sociedade, promovendo uma real adequação urbano-ambiental, principalmente entre as cidades localizadas em países subdesenvolvidos como o Brasil, onde muitas vezes o ambiente urbano segregado contribui para que a qualidade da população diminua ainda mais, é difícil. Por vezes, a população encontra-se tão segregada que não mensura o quão a qualidade ambiental contribui para sua qualidade de vida, contribuindo direta e indiretamente para sua degradação e não se mobilizando a favor da implantação de políticas públicas voltadas a atender suas demandas socioambientais, além da necessidade de maior interesse por parte do poder público. Para uma melhor compreensão sobre o que vem a ser qualidade de vida, Minayo *et all.* (2000, p. 10), contribuem ao afirmar que essa,

(...) é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental

e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Assim, é possível inferir que a melhoria na qualidade de vida da população está diretamente relacionada à noção dos riscos socioambientais a que estão expostos, implicando em maior cobrança sobre as esferas do poder. Corroborando com esse pensamento, Seiffert (2009) afirma que:

A partir de certo nível de bem estar econômico, a população torna-se mais sensível e disposta a pagar pela melhoria da qualidade do meio ambiente, o que teria induzido a introdução de inovações institucionais e organizacionais necessárias para corrigir as falhas de mercados decorrentes do caráter público da maior parte dos serviços ambientais.

É nesse contexto que a elaboração de políticas públicas voltadas a atender as demandas sociais de uma população contribui significativamente na melhoria da sua qualidade de vida e, conseqüentemente, na qualidade ambiental. Demonstra a importância do planejamento das atividades administrativas para o município, tendo ampla participação da sociedade.

A Industrialização e a urbanização Brasileira constituem o marco do planejamento no país, posto que a sociedade reclamava por planejamento para resolver problemas econômicos e sociais decorrentes de tais processos. Em 1960, 45% da população viviam em cidades, contra 16% em 1920 e 31% em 1940 (IBGE - CENSOS). Na década de 1970, mais da metade da população brasileira passou a viver em centros urbanos, predominantemente em cidades médias ou grandes.

Apesar de o planejamento urbano ter se iniciado no Brasil no período pós-guerra tendo se intensificado a partir da década de 1970, durante o governo militar, de acordo com Rebouças (2009), caracterizava-se por prevalecer à ordem da elite dominante da época, ou seja, dominante e excludente, priorizando os investimentos de infraestrutura destinada à cidade legal.

A evolução histórica do planejamento urbano e regional do Brasil relaciona-se com a efetivação e consolidação do regime democrático e a instrumentalização dos dispositivos da política urbana da Constituição Federal de 1988, com o Estatuto das Cidades e, também, com a ação política propositiva no sentido de constituir um

sistema nacional de planejamento e gestão do território. Assim, os planos diretores municipais são apresentados como instrumentos de indução do desenvolvimento social e de democratização da gestão das cidades.

O planejamento urbano aparece como importante regulador e organizador do espaço urbano desordenado, tentando resolver os problemas causados pela sociedade de consumo. Os planos, projetos e demais políticas públicas de intervenção no espaço sempre buscaram resolver a crise urbana ocasionada pela falta de planejamento. A preocupação ambiental se tornou algo importante a partir da mudança de paradigmas da sociedade em relação à visão do homem para com o ambiente que o cerca.

Portanto, é necessário que a elaboração do planejamento urbano seja resultado de uma demanda social e não uma mera formalidade legal, conforme estabelecido com a aprovação da Lei Federal 10.257/2001 - o Estatuto das Cidades - que obriga toda cidade com mais de vinte mil habitantes a elaborar um Plano Diretor. Vale ressaltar, porém, que é reduzido o número de cidades brasileiras com população superior a 20 mil habitantes, cerca 1.700 num total de 5.564 municípios.

O planejamento não é apenas uma produção de documentos e sim uma atividade para ser implantada. O processo não se esgota na implantação, tendo continuidade ao longo do tempo. Através de mais uma fase, a de monitoramento e avaliação, nas quais os planos são submetidos a revisões periódicas, bem como ações e os cronogramas de implantação. Assim, o Plano Diretor deve servir de referência para o desenvolvimento das atividades da gestão urbana, contendo as diretrizes técnicas, que segundo a população, são fundamentais para o bom funcionamento da cidade, devendo contemplar os aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos e ambientais, que possibilitem melhor qualidade de vida a população.

A implementação e execução do planejamento é extremamente difícil. Não basta apenas buscar modelos prontos, haja vista que as realidades são dinâmicas e complexas, precisando ser exercitado, pelo grupo, até que os resultados alcançados atendam aos interesses da sociedade como um todo. Motta (2004) reitera que o planejamento é, antes de tudo, uma forma de aprendizado. É por meio do exercício de planejar que se aprende sobre as demandas e necessidades externas e sobre a capacidade de resposta da administração municipal. Mesmo quando não implementados, os planos revelam as expectativas e referências de valor, essenciais

a um grupo de trabalho. As pessoas precisam de referências para acompanhar as mudanças contextuais e a evolução de sua própria organização.

Planejar o urbano é, portanto, pensar em todas as variáveis que integram a sociedade ao seu ambiente físico. Na discussão do planejamento urbano de uma cidade deve ser levada em conta a disponibilidade dos recursos naturais, pois os processos ecológicos mantêm o planeta capacitado a sustentar a vida. Destarte, planejar de forma sustentável uma cidade é integrar a sociedade e todos os segmentos da administração pública na mesma discussão, ou seja, discutir qualidade de vida partindo da sustentabilidade ambiental.

Apesar da evolução no pensamento urbano brasileiro, muito ainda tem que se fazer, visto que, basta um olhar mais atento para concluirmos que muitas cidades brasileiras desrespeitam o meio ambiente. As queimadas, o desmatamento, e o assoreamento dos rios, lagos ou represas são as ocorrências mais registradas, de acordo com o resultado da pesquisa sobre o perfil dos municípios brasileiros realizada pelo IBGE em 2002. Apesar da extensão do problema, os municípios ainda caminham a passos lentos para impedir a degradação da natureza e recuperar o que já foi perdido.

É importante, portanto, resolver os problemas imediatos que são comuns a todas as cidades. Nesse sentido, as cidades devem apresentar soluções aos problemas já existentes e que afetam diretamente a sociedade envolvida. Para tanto, é preciso conceituar as atividades de planejamento e gestão para o ambiente urbano. Segundo Souza e Rodrigues (2004, p. 15),

Planejamento urbano e gestão urbana são duas atividades diferentes (...). O planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento é uma atividade que remete sempre para um futuro. É uma forma que os homens têm para tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo e, a partir deste conhecimento procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios. A gestão é uma atividade que remete o presente, ao aqui e agora. Ela é a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura com os recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas.

Diante destes conceitos, verifica-se a importância do planejamento urbano, para a organização e implementação de ações de médio e longo prazo, a fim de solucionar possíveis problemas futuros. Quanto à gestão urbana, busca a solução

de problemas já existentes, muitos deles devido à falta de um planejamento, caso comum entre as cidades localizadas em países subdesenvolvidos.

Neste sentido, o planejamento e a gestão são mecanismos eficientes para reduzir os impactos decorrentes de externalidades negativas sobre bens públicos e privados em ambientes urbanos. De acordo com Mankin (2009), externalidades são atividades que envolvem a imposição involuntária de custos (externalidades negativas) ou de benefícios (externalidades positivas) sobre terceiros, sem que estes tenham oportunidade de impedir, sem que tenham a obrigação de pagar ou que tenham o direito de serem indenizados. Uma característica intrínseca das externalidades é a de serem bens/serviços que são valorizados pelas pessoas, mas não são negociados no mercado. O mesmo autor caracteriza bens públicos como aqueles que estão disponíveis gratuitamente para todos, ou seja, é um bem que não é excludente, nem rival, como exemplo dos recursos comunitários, o meio ambiente, tão importantes em uma sociedade.

As externalidades negativas fazem com que agentes não envolvidos no processo gerador dessas, tenham que alocar recursos para corrigir os efeitos dos custos externos, sem ser beneficiados pela ação geradora. Nesse sentido, o gestor municipal deve criar mecanismos eficientes para coibir tais atividades. Para tanto, um Plano Diretor municipal, é um importante mecanismo normatizador das atividades econômicas e sociais no território. Logo, o ordenamento territorial torna-se um hábil instrumento para a redução de externalidades negativas. A criação de um parque municipal urbano, dotado de regras para o uso-comum; a elaboração de um novo traçado das vias urbanas, a fim de evitar congestionamentos; a eficiente distribuição dos postos de saúde e escolas; a existência de um sistema de transporte público eficiente, a criação de áreas específicas para o desenvolvimento de um parque industrial ou aterro sanitário, são exemplos de ações que geram externalidades positivas no ambiente urbano. Por conseguinte, a população será amplamente beneficiada. Contudo, essa não é a realidade de boa parte das cidades brasileiras e, particularmente, as cidades roraimenses.

2.4 Especulação imobiliária versus planejamento urbano

A cidade é o *locus* da produção e da circulação, o local em que se materializa o processo de concentração. É nesse espaço que o homem exerce de forma plena sua condição de ser social. A cidade é percebida e analisada como um mercado. Carlos Fani, (2008, p. 86) afirma que:

Do ponto de vista do morador, considerado como consumidor, a cidade é o meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o *locus* da habitação e de tudo o que o habitar implica a sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e de lazer, ócio, *shopping* etc.

Nesse sentido, percebe-se que a cidade pode ser vista e vivida de formas diferentes, dependendo de quem a vê e como dela tira seu sustento. São essas diferenciações somadas aos mecanismos legais, que promoverão os usos diferenciados da cidade por seus cidadãos, promovendo uma diferenciação da divisão técnica e social do trabalho, implicando na diferenciação do uso do solo.

O espaço, nesse caso, é percebido como mercadoria, visto que foi apropriado por alguém, apesar de não ter sido construído por ele. O que chama a atenção, é que a propriedade do solo é privilégio de uma reduzida parcela da sociedade, promovendo o acesso desigual entre as diferentes camadas sociais. Forma-se assim, duas cidades dentro de uma só: a primeira, a cidade legal, constituída por um sistema de infraestrutura que modela seus aspectos urbanísticos; a segunda, a cidade ilegal, formada pelo processo de expropriação, onde parcela significativa da sociedade está desprovida dos serviços urbanos básicos. Essa cidade cresce de maneira não planejada, comprometendo a capacidade de suporte da própria cidade.

Desse modo, a terra torna-se um ativo, funcionando como de reserva de valor, que passa a depender diretamente das expectativas que comandam a economia, tornando-se, portanto, fundamental a participação do Estado, pois as expectativas especulativas que se constituem dependem, entre outros fatores, da participação do Estado no provimento de infraestrutura que aumentará o valor da terra em determinadas áreas da cidade.

A atuação do Estado sobre o espaço promove, na maioria das vezes, uma dicotomia na economia urbana. O provimento de infraestrutura, que melhora a qualidade de vida dos cidadãos, aumenta o valor da terra e, conseqüentemente, devido à ausência de uma melhor regulação do Estado sobre os preços da terra, ocorre à expropriação da população pobre para áreas ainda não dotadas de infraestrutura, visto que esses não podem pagar por ela. Dessa maneira, a não regulação, eficaz, sempre implicará na expropriação urbana.

A expectativa de ganhos com a terra a torna inacessível a uma grande parcela da sociedade. Nesse sentido, a exclusão sócio espacial, contribui para a ocupação indiscriminada de áreas ambientalmente frágeis, como várzeas, encostas, fundos de vales, “protegidas” por lei. (MARICATO, 2001, p. 86).

Porém, o mercado de terras no Brasil, não é algo recente, inicia-se com a Lei de Terras de 1850, que oficializa a propriedade privada da terra rural. Contudo, o processo de urbanização e a ampliação das fronteiras agrícolas tornaram necessária a criação de novos instrumentos, voltados, principalmente, para o espaço urbano.

Santos (1994, p. 158) afirma que “uma política urbana para ser eficiente na efetivação de seus objetivos deverá alterar os mecanismos que reproduzem a escassez social da terra urbanizada e, conseqüentemente a dinâmica especulativa” (grifo do autor). É preciso que a política de uso e ocupação do solo urbano seja revista, pois os atuais instrumentos ainda mostram-se ineficazes para fazê-lo. Isso pode ser percebido, ao observar as bordas das cidades brasileiras, tomadas por favelas e invasões.

A regulação sobre o parcelamento e uso do solo urbano dá-se através da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e nas disposições municipais, como o Plano Diretor Municipal, respeitando, ainda, as legislações estaduais. Os loteamentos em área de expansão urbana, de acordo com de acordo com essa lei, deverá ser regulada. Afirma em seu Art. 3º que, “Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.” Define ainda, no parágrafo único do mesmo artigo, que o parcelamento do solo não será permitido nos seguintes casos:

- I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;
- IV- em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. (BRASIL, 1979)

No entanto, a Lei nº 6.766, apesar de ter criminalizado o loteamento ilegal, não impediu o avanço da especulação. Seus reflexos podem ser mais bem percebidos ao observar o volume de áreas intraurbanas vazias a espera de valorização. Essa especulação, contudo, atende aos interesses das classes dominantes, no caso de Boa Vista, extremamente ligada ao poder político.

Para dar mais suporte e melhor ordenar o crescimento das áreas urbanas, em 2001 foi aprovado o Estatuto das Cidades, que trás novas regras para o planejamento urbano e dá melhor aplicabilidade ao plano diretor. Contudo, ainda não é suficiente para minimizar os impactos socioambientais decorrentes da especulação sobre o solo urbano.

No próximo capítulo iremos abordar o processo de desenvolvimento urbano de Roraima, relacionando com o processo de urbanização brasileira e amazônica. Para tanto, iniciaremos fazendo um breve histórico da urbanização em si.

3 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RORAIMA

3.1 Urbanização brasileira: breve apresentação

O processo de urbanização brasileira deu-se com mais ênfase a partir da Segunda Guerra Mundial. Durante os quatro primeiros séculos, a economia colonial brasileira comandou o processo de desenvolvimento das cidades. Essas, por sua vez atendiam basicamente as demandas agrícolas do país.

Pode-se dizer que origem das cidades brasileiras, nesse período, está diretamente associada às atividades agrícolas e mineradoras e até o século XX não se constitui num processo de urbanização propriamente dito, dirá na constituição de uma rede urbana integrada.

Santos (2008, p. 22), afirma que,

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação de relações e no surgimento de cidade no litoral e no interior.

Somente no final do século XIX, a cidade tornar-se o local de moradia dos barões do café. A construção de estradas e ferrovias facilitou o processo de escoamento da produção cafeeira e dinamizaram a economia. Outro aspecto importante foi a chegada dos imigrantes europeus que passam a substituir a mão-de-obra escrava a partir da segunda metade do século.

Estavam lançadas as premissas básicas para o processo de urbanização brasileiro, comandado por São Paulo, que torna-se, com o café, o centro da economia nacional e que possibilitará, a partir da infraestrutura espacial, do capital acumulado, do mercado consumidor e da mão de obra, a implantação da indústria nacional propriamente dita, passando a prevalecer a lógica da industrialização.

Santos (2008, p. 30) afirma que,

Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento

demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados.

O autor complementa afirmando, ainda, que

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população se multiplica por sete vezes e meia. (Santos, 2008, p. 31)

Em 2000 a taxa de urbanização da população brasileira era de 81,2% (IBGE, 2000), superando a de muitos países desenvolvidos. No entanto, não podemos comparar o processo brasileiro ao ocorrido nos países desenvolvidos, visto que, o Brasil é um país subdesenvolvido⁵, portanto de urbanização tardia.

Segundo Singer, *apud* Campos Filho (1992),

(...) nos países desenvolvidos (...) a mudança ocorre na medida em que determinadas inovações tecnológicas 'amadurecem', nos países não desenvolvidos ramos inteiros da produção são implantados, de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos.

A organização espacial e populacional das cidades não acontece na mesma intensidade entre as mesorregiões brasileiras. Contudo, "a concentração de pessoas e atividades econômicas em poucas cidades não deve ser vista como algo permanente, e a complexidade do padrão de urbanização atrela-se ao fato da cambiante concentração e desconcentração industrial" (SOUZA, 2001, p.392).

No entanto, a concentração populacional acarretou grandes problemas de ordem econômica, social e ambiental, para as pessoas e para os centros urbanos, condensando-se num intenso processo de espoliação urbana. Segundo Mota (1999, p. 17) "O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida."

Silva (1997, p. 21) destaca que,

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego,

⁵ Para aprofundar essa discussão acerca do nível de desenvolvimento do Brasil, vide (FURTADO, 2003) Raízes do Subdesenvolvimento.

problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. Dá-se então a urbanificação, processo deliberado de correção da urbanização, ou na criação artificial de núcleos urbanos (...).

Considerando todos os aspectos decorrentes do processo de urbanização no Brasil, percebe-se que não difere da maioria dos países do continente, principalmente quanto aos aspectos socioeconômicos, visto que “na maioria das cidades latino-americanas a oferta de empregos urbanos não se faz ao mesmo ritmo que a chegada de migrantes, gerando os bairros de extrema miséria. Conhecidos por *barriadas*, favelas, mocambos, cortiços e palafitas.” Campos Filho (1992).

Corroborando com esse pensamento, Lacoste (1985, p. 181), afirma que “nas cidades dos países ‘subdesenvolvidos’, uma grande parte da população vive em condições que são, unanimemente, julgadas inadequadas”. Isso demonstra que as condições de vida nas cidades são extremamente diversificadas, privilegiando uma pequena classe elitizada em detrimento de uma grande maioria que ocupa as periferias urbanas. Essa situação pode ser encontrada em todas as médias e grandes cidades brasileiras, independente da região em que está inserida, fazendo parte constante da realidade das populações amazônicas.

De acordo com dados do IBGE (2000), cerca de 60% da população amazônica vivem em áreas qualificadas de urbanas, sejam sedes de municípios, distritos ou vilas. Segundo Nascimento e Mauro (2006, p. 117),

O processo de urbanização é relativamente recente. Até a segunda metade do século XX predominavam as chamadas cidades florestais, formadas por pequenos núcleos urbanos e as paisagens rurais do período colonial. Esta estrutura urbana se desenvolveu ao longo da densa rede fluvial, tendo os núcleos urbanos a função de constituir pontos comerciais. Esta situação continuou durante o ciclo da borracha, sendo os núcleos pequenos polarizados por cidades médias ou grandes.

Há uma grande preocupação com o processo de urbanização regional, intensificado nas últimas décadas, haja vista, que ocorreu sem considerar os danos ambientais decorrentes de uma ocupação desordenada. No entanto, a questão ambiental não é tratada com a devida importância pela esfera pública e não faz parte das preocupações da população, de maneira geral, contribuindo para

intensificar o processo de favelização nas cidades amazônicas. A exclusão social é fato corrente no processo de urbanização da região.

Nascimento e Mauro (2006, p. 117), destacam, ainda, que,

A partir de 1970, a ditadura brasileira impôs um novo modelo de ocupação espacial, quando ao basear-se na doutrina da segurança nacional, tratou de implantar um projeto de modernização. A Amazônia no tal modelo assumiu uma posição chave nesse novo processo. O governo viabilizou e subsidiou a ocupação de terras favorecendo a implantação de mega projetos de exploração e transformação dos recursos e sistemas ambientais. Este plano estatal entrou em contradição com as características do espaço natural e do espaço vivido dos grupos sociais

Corroborando com esse pensamento, Ribeiro (1996, p. 84) afirma que,

O processo de urbanização da Amazônia, nas três últimas décadas, está ligado, de modo geral, à aproximação capitalista da fronteira, intensificada pela ação sucessiva de medidas oficiais – tais como: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), Programa Grande Carajás (PGC) – e, principalmente, pela implantação de grandes projetos incentivados pela Sudam que, atrelados a outros fatos importantes como a criação da Zona Franca de Manaus (Suframa) – em 1967, com funcionamento a partir de 1972 – e o estabelecimento de uma infraestrutura de grandes eixos, calçada no sistema rodoviário, garantiram a viabilização dos programas propostos.

O processo de ocupação da região culminou na formação de vários núcleos urbanos, porém mantendo uma grande concentração populacional nas principais cidades da região, com destaque para Belém e Manaus. Contudo, com o fracasso de muitos projetos, parcela significativa dos excluídos do campo viu-se obrigada a migrar novamente para as cidades, mas o sonho de melhorar a vida novamente transforma-se em pesadelo. Com baixo nível de instrução e sem qualificação a massa de trabalhadores rurais inicia um processo de ocupação periférico urbano.

Nesse contexto, Browder e Godfrey (1997) afirmam que,

[...] entre 60 % e 80 % da expansão urbana das grandes cidades da região amazônica é realizada em mutirão nas favelas, sem nenhum sistema de saneamento, sem meio de transporte adequado [...]. Muitas vezes, a moradia está desprovida de qualquer sistema de infraestrutura adequada e equipamentos e serviços em geral.

Percebe-se que em todos os aspectos a urbanização intensifica os problemas ambientais, principalmente quando se trata do ambiente Amazônico.

Figueiredo (1993), analisando o processo de ocupação da cidade de Manaus assevera que:

A transformação de igarapés em valões, na cidade de Manaus, é uma síntese da degradação do meio ambiente urbano, comprometendo não só a outrora exuberante rede de drenagem daquele sítio urbano, como o contingente humano que ali sobrevive sem habitação, saneamento, saúde, educação, enfim, sem cidadania (...). Se o inchamento das capitais e dos centros regionais abriga grande parte dos excluídos do crescimento regional, as pequenas cidades, vilas, lugarejos e corrutelas surgidas no rastro de *company towns*, da colonização agrícola, de frentes mineradoras e de garimpagem, enfim, da expansão da fronteira, são, também, manifestações caóticas do urbano nessa área e pontos críticos de sua crise ambiental. (p. 148)

Vale destacar que o aumento dos núcleos urbanos na região resulta também de estratégias políticas locais, através da criação de novos municípios, a fim de se beneficiarem dos repasses federais, elevando, conseqüentemente, o número de aglomerados, que não têm caráter urbano, à categoria de cidades ou vilas. “Após a Constituição de 1988, a fragmentação municipal, representa, de certo modo, uma forma de descentralizar recursos através das transferências federais garantidas pela legislação.” (RIBEIRO, 1996, p. 89).

Percebe-se, nesse sentido, que não há como deixar de observar a relação sociedade-natureza ao se estudar o processo de urbanização de uma região. Observa-se que as cidades amazônicas apresentam os mesmos problemas encontrados nas cidades das demais regiões brasileiras carecendo dos mesmos meios para a elaboração de uma política urbana voltada para atender ao cidadão e ao meio ambiente. Ribeiro (1996, p. 89) afirma ainda que:

O crescimento da população urbana e o aumento do tamanho e do número de cidades e vilas, na Amazônia, já atuam como elementos de pressão sobre o meio ambiente, não apenas como mais um fator de disputa pelo território, mas também por desestruturar, pelo êxodo rural, sistemas socioeconômicos longamente adaptados aos ecossistemas da região.

Nesse sentido, Becker (1992) afirma que a Amazônia é uma selva urbanizada, fazendo parte de um País urbano, com multiplicação de centros, planejados ou não (espontâneos), já que a expansão da fronteira agrícola se fez num contexto de urbanização simultânea.

3.2 Formação do espaço urbano de Roraima

Em 1639, os portugueses preocupados com tentativas de ocupação por parte de tropas holandesas, inglesas e espanholas que cobiçavam a região, iniciam um longo e penoso processo de ocupação e posse da região onde hoje se localiza o estado de Roraima. No entanto, a ocupação efetiva da região só ocorreria passado mais de um século.

De acordo com Silveira & Gatti (1988:45),

As primeiras notícias que se têm do Rio Branco são do século XVII, por ocasião da viagem de Pedro Teixeira em 1639, com a tomada de posse do Amazonas pelos portugueses, quando foi fundada a capitania de São José do Rio Negro. Dispersos pelo Vale do Rio Branco, encontravam-se vários povos indígenas.

O acirramento das disputas com os espanhóis a partir de meados do século XVIII foi decisivo para intensificar a presença portuguesa na região, dando início a instalação do Forte São Joaquim a partir de 1775, sob o comando do Capitão Engenheiro Philipe Sturn. O local escolhido para sua instalação foi na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu⁶, sendo estabelecido na foz do último, em sua margem esquerda.

Vieira (2003, p. 21), afirma que o “avanço espanhol e holandês sobre o rio Branco, com o objetivo também de capturar índios e de fazer negócios com outras nações indígenas, forçaram a metrópole a pensar em estratégias políticas que definissem a própria posse”. O plano de ocupação previa, ainda, a instalação de núcleos populacionais, com população majoritariamente nativa afim, de garantir a “ocupação do território” do rio Branco.

Os primeiros aldeamentos foram instalados estrategicamente às margens dos rios Uraricoera, Tacutu e Branco, num total de cinco núcleos populacionais. Destes a maioria foi instaladas às margens do rio Branco, Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo; os demais, São Felipe e Nossa Senhora da Conceição, nos rios Tacutu e Uraricoera, respectivamente. Conforme reforça Veras (2008, p. 36), “O processo de ocupação da região amazônica foi realizado por via

⁶ A partir da confluência desses rios forma-se o rio Branco, principal rio do Estado.

fluvial e todos os estabelecimentos estavam próximos às margens dos rios, principalmente em pontos de confluências, como foi o caso do Forte São Joaquim e da maioria das fazendas reais localizadas no vale do rio Branco”.

No entanto, somente no final do século XVIII, com a introdução do gado bovino na região do alto rio Branco, a ocupação da região deu-se de maneira mais efetiva⁷. Para Barbosa (1993, p. 129) “a criação de núcleos populacionais que abrigassem tal rebanho nas áreas do Alto Rio Branco poderia estimular e propiciar um real e mais abrangente povoamento desta região”.

Nesse sentido, a fim de garantir a ocupação portuguesa na região, a coroa fundou as Fazendas Nacionais⁸ para a criação do rebanho. A primeira, localizada a oeste, entre os rios Uraricoera e Branco, denominada de São Bento, em 1789; a segunda, São José, foi instalada próximo ao forte em 1794; e por último a fazenda de São Marcos, em 1799, instalada entre os rios Uraricoera e Tacutu. Dessas, somente São Marcos ainda resta, funcionando como colônia indígena.

Para aumentar a presença brasileira e obter um melhor controle administrativo na região, por conta das constantes investidas inglesas, em 1858, através da Lei Nº 92 de 09 de novembro de 1858, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, englobando uma vasta área de terras que incluíam toda a região dos campos naturais até a cachoeira do Bem-Querer. A sede da freguesia foi instalada no local onde havia, desde 1830, a fazenda Boa Vista.

Silva (2007, p. 100-101) destaca que,

(...) em torno das atividades desta fazenda e freguesia, foi crescendo o pequeno aglomerado populacional, formando o embrião da Vila de Boa Vista do Rio Branco. Entre alguns fluxos migratórios destinados a esse povoado, destacam-se os provenientes, principalmente, do Nordeste brasileiro, para se dedicar à atividade pecuária e ao comércio. Um dos momentos de maior fluxo, nesse período, se deu no ano de 1877, devido à grande seca naquela macro-região brasileira, que acarretou um pequeno aumento na concentração populacional em Roraima.

⁷ Silva 2007 refere-se a esse modelo, como sendo de “ocupação através da ‘pata do boi”.

⁸ Nas pesquisas realizadas encontramos várias referências sobre a fundação dessas fazendas denominadas de Fazendas Reais, Fazendas Nacionais ou, ainda, Fazendas Estatais. No entanto, verifica-se que o período e os motivos de fundação são os mesmos, havendo divergência apenas em alguns fatos que não diminuem a importância dessas, na colonização e povoamento do Vale do Rio Branco.

Contudo, a relação entre índios e não-índios nunca foi amistosa, visto, a situação que lhes era imposta, apesar do “fim da escravidão” indígena. Silva (2003, p. 92-93), afirma que:

Dentro dessa realidade, devido às imposições severas dessas regras coloniais, os índios Saporás, que haviam sido aldeados pelos militares que administravam tanto o forte como esses aldeamentos, se rebelaram entre os anos de 1780 e 1781. Nessa rebelião, esses índios abandonaram e destruíram os aldeamentos, excetuando-se o de Nossa Senhora do Carmo⁹, que não aderiu ao levante.

O aumento dos conflitos culminou em um massacre de índios revoltos, das etnias Paravilhana e Wapixana, por militares, às margens do rio Branco, em 1798. O local do episódio ficou conhecido “Praia do Sangue”.

O início do século XIX é marcado pela fraca ocupação da região. Todavia, novas áreas de criação foram sendo instaladas por militares e colonos, apesar do declínio das fazendas nacionais. Em relação à política de ocupação, utilizando-se do gado bovino, mediado pelo incentivo a abertura de novas áreas de criação na região, Silva (2007, p. 96) afirma que “particularmente, a instalação dessas fazendas, era uma forma de assegurar a posse portuguesa nos espaços da periferia amazônica, através da atividade pecuária. Nessa conjuntura, essa proposta geopolítica de proteção de fronteira tinha como forma, modelo e prática, abastecer as áreas do rio Negro e do Amazonas de carne bovina”.

A fragilidade na ocupação até o final do século XIX permitiu a incursão de ingleses na região, desencadeando uma longa disputa por terras situadas a leste do rio Branco. Diversas expedições foram realizadas, até que em 1904, o rei da Itália Victor Emanuel III, árbitro da questão, decidiu pela concessão de uma área de aproximadamente 20.000 km² à Inglaterra, numa disputa que ficou conhecida como a “Questão do Pirara”.

Com o advento da República as antigas províncias deram lugar aos estados federativos, constituídos de municípios, garantindo-lhes maior autonomia político-administrativa. Em 09 de julho de 1890, o então governador do Amazonas Augusto Ximenes de Ville Roy, através do decreto nº 49 do Governo do Estado do Amazonas, a fim de dar maior autonomia administrativa à região do rio Branco, criou

⁹ Posteriormente, na área desse aldeamento se instalaram a Fazenda Boa Vista em 1830 e a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1858.

o município de Boa Vista do Rio Branco, elevando a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à categoria de município. No ano de 1926, a vila, distrito sede do município, foi elevada à categoria de cidade e em 1938, ocorreu a simplificação do nome, passando a se denominar Boa Vista, sendo acrescida dos distritos de Caracará e Murupu. (SILVA, 2007, p. 102).

A região do alto rio Branco transformou-se, ao longo do século XIX, num importante fornecedor de carne para os mercados do rio Negro e Amazonas, o que estimulou, associado aos incentivos concedidos, a abertura de novas áreas para a criação de gado. Contudo, o fracasso da atividade extrativista da borracha na primeira década do século XX, fez com que o vertiginoso ciclo de crescimento, percebido na Amazônia, especialmente em Manaus, entrasse em declínio. Suas consequências foram percebidas na região do rio Branco com a diminuição do comércio de carne.

Por outro lado, a crise da atividade extrativista, dispensou uma grande quantidade de trabalhadores dos seringais. Esses e muitos outros camponeses nordestinos que fugiam da seca naquela região eram cooptados por comerciantes e fazendeiros locais, mantendo um fluxo migratório, mesmo que esporádico para a região. Nesse sentido, formou-se no vale do rio Branco uma estrutura de dominação que tinha seus moldes nos feudos da Idade Média (BARBOSA, 1993, p. 136).

Dentre os povoados existentes na região, destaca-se no início do século XX, além da vila de Boa Vista, o povoado localizado abaixo da cachoeira do Bem-Querer, à margem direita do rio Branco. Esse local tornou-se parada obrigatória para os comerciantes, visto que as corredeiras impediam o fluxo de cargas entre o Amazonas e a região do alto rio Branco, que deu origem ao município de Caracará¹⁰ em 1955.

Silva (2007, p. 104-5) afirma que,

[...] o distrito sede desse povoado foi outrora um simples campo destinado ao embarque de gado em trânsito de Boa Vista para Manaus, tendo tido suas primeiras residências erguidas no ano de 1900 pelos vaqueiros empregados do Coronel Bento Ferreira Marques Brasil, então proprietário daquelas terras, quando, os primitivos habitantes dessa região eram os índios pertencentes à nação Paraviana, que dominavam as margens do rio Branco. (...) Essa localidade torna-se importante pela sua localização e

¹⁰ O nome faz referência a um pequeno gavião da região.

começa a ter a função de articular também todo o transporte fluvial entre Manaus e Boa Vista, tornando-se um povoado-portuário, exercendo essa função até a metade da década de 1970, quando perde essa importância funcional com o início da era rodoviária.

No início do século XX outra atividade econômica começa a atrair imigrantes para a região. A descoberta de ouro e diamante nos rios Cotingo, Maú e Suapi, associada à crise da borracha por volta de 1920, tornou essas regiões bastante atrativas, principalmente para aquelas pessoas, ligadas à extração da borracha, que perderam sua alternativa de ganho. (BARROS, 1995, p. 55).

Comerciantes e investidores começaram a chegar, e fazendeiros trataram de investir na mineração. A mineração atraiu populações para as áreas ao Norte de Boa Vista, e como antes, era o rio Branco a base da comunicação. Mas estes garimpeiros subiam os afluentes ao Norte deste rio, até às nascentes, como no rio Maú – a nordeste, nos divisores de água com o Rupununi River da Guiana britânica – e, no rio Surumu, ao Norte, nos divisores de água com o rio Caroni da bacia do Orinoco, encontra-se uma velha trilha de garimpeiros, padres e militares da Venezuela que partiam de Angustura.

Além dessas áreas de exploração, no final da década de 1930, a descoberta de ouro na serra do Tepequém, formou um novo atrativo para a região, atraindo garimpeiros das mais diversas regiões do Brasil.

Para atender as demandas dessa nova atividade econômica, que vai se expandir durante as próximas décadas, Boa Vista tornou-se um importante entreposto comercial, fornecendo materiais e suprimentos para os garimpeiros. Contudo o acesso a Boa Vista ainda se resumia ao rio Branco.

Dependente do rio Branco, o território ainda permanecerá esparsamente povoado e economicamente isolado por um longo período, até que a abertura da rodovia seja de fato construída. O maior impedimento à ocupação e desenvolvimento do território era sua grande dependência do Rio Branco para o transporte. O rio não era navegável por barcos de maior calado durante a estação seca, devido à presença de corredeiras ao longo do seu curso. (DINIZ, 2006).

O fim da República Velha trouxe novas expectativas de desenvolvimento para a região. Getúlio Vargas, implementa, na década de 1940, uma política de criação de territórios federais na Amazônia. Como parte dessa política, através do Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, é criado o Território Federal do Rio

Branco, com terras do município de Boa Vista e parte do município de Moura no Amazonas.

O novo território conta com uma extensão territorial de 230.104 Km². Boa Vista, torna-se capital do território e é criado o município de Catrimani, instalado nas terras pertencentes ao município de Moura. À época da criação, o Território do Rio Branco contava com uma população de 12.130 habitantes, sendo que destes, 10.509 estavam no município de Boa Vista. Contudo, os habitantes da capital não excediam 1.500 pessoas, o que demonstra a importância das atividades de pecuária e garimpo na época. (BARBOSA, 1993, p. 138-9).

Visando atender as demandas por alimentos na capital, foi instituída a primeira tentativa de assentamento promovido pelo governo. Foi criada, então, a colônia agrícola Fernando Costa, às margens do rio Mucajaí, a 54 km ao sul de Boa Vista, em uma área de transição entre o lavrado e a floresta (esta colônia deu origem à cidade de Mucajaí). A partir desta colônia foram implantadas outras como a colônia Brás de Aguiar (atual cidade do Cantá) e a colônia Coronel Mota (Taiano), além da colônia agrícola Santa Maria do Boiaçu, no Baixo Rio Branco. Todavia, essas tentativas não apresentaram bons resultados em um primeiro momento. “A precariedade das localidades abertas e os seguidos surtos de malária foram responsáveis pelos primeiros fracassos. As colônias vieram apresentar produção significativa somente após alguns anos instaladas.” (BARBOSA, 1993, p. 140).

As medidas implementadas contribuíram para incrementar o aumento populacional da região. De acordo com dados do IBGE (1981, p. 8) os primeiros dados oficiais do Território foram obtidos através do recenseamento de 1950 (18.116 hab.) e 1960 (28.304 hab.) com uma taxa média de crescimento anual superior aos registrados na região norte no período de 1940/1950 e 1950/1960.

Barbosa (1993, p. 141), afirma que,

A pressão fundiária no Nordeste e a facilidade na obtenção de terras incentivada pelo governo local já eram responsáveis por um significativo número de imigrantes deslocando-se nesta direção. O incremento no tráfego fluvial e os primeiros deslocamentos aéreos nesta região também permitiram que o vale do rio Branco começasse a sair gradualmente de seu isolamento diante do restante do Brasil.

Em 13 de setembro de 1962, Decreto – lei 4.182, muda o nome do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima em virtude da confusão existente com a capital do Território Federal do Acre, também com o nome de Rio Branco, passando a ser governado por militares após o golpe de 1964.

Com o regime militar no Brasil, as preocupações com a ocupação do vasto território amazônico, se intensificaram. A transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste no início da década serviu de base para um processo de interiorização e integração nacional, tendo a região prioridade, conforme destaca Silva (2007, p. 126),

Como se tratava de uma região carente em transportes, energia e comunicação, tornou-se necessário que o governo investisse na Amazônia, mas considerando inicialmente esses setores. Assim, algumas medidas de base foram tomadas, tais como a implantação de rodovias federais que interligavam a Amazônia ao restante do País e a criação de órgãos de apoio financeiro e fiscal à política governamental.

A fim de implementar as medidas necessárias para promover o desenvolvimento da região e sua integração à economia nacional, em 1970 foi criado o PIN – Programa de Integração Nacional, I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento, e o II PND, sendo esse último desdobrado no II PDA – II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Essas medidas tinham como objetivo diminuir as pressões nas regiões Sudeste e Nordeste do país. A esse respeito Bahiana (1991, p. 15-23) destaca que “a primeira grande medida é a transformação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – e a criação de uma entidade espacial e legal – a Amazônia Legal. Entre os objetivos da SUDAM, destaca-se: o de promover o desenvolvimento da região a partir da isenção de impostos fiscais as empresas que investissem na região”.

A respeito dessas políticas de incentivos econômicos para região e sua integração física ao Centro-Sul e Nordeste do país, Veras (2007, p. 135) nos assevera que “a respeito da Amazônia, compreende-se que a integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a intenção era unir as áreas menos e as mais desenvolvidas do Norte e do Sul, além de atrair para essas regiões a mão-de-obra não qualificada do Nordeste, que, então, utilizaria e ocuparia as terras e outros recursos da Amazônia”.

Através do II PDA, foi desenvolvido o programa POLAMAZÔNIA, constituindo-se como um instrumento complementar e, ao mesmo tempo, concorrendo do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). A inserção do Território Federal de Roraima nessa política de incentivos deu-se através do POLORORAIMA em 1975, como parte integrante do POLAMAZÔNIA. Os grandes aportes financeiros, decorrentes desses programas, formavam a infra-estrutura que possibilitaria a entrada de massas populacionais em Roraima a partir desse período. (BARBOSA, 1993).

Conforme Barbosa (1993, p. 180),

No cronograma financeiro estavam embutidos itens como a implantação de novas colônias, aberturas de estradas e regularização da posse da terra, que iriam dar suporte ao enquadramento dos novos colonos no Território. [...]. Esse número só não foi maior em números absolutos devido ao ainda difícil acesso e, em parte, ao fato de que todos os governos locais dessa época eram regidos por militares pouco estimulados ao desenvolvimento de uma base política futura. Esse quadro mudou a partir do início da década de 1980, com a simples possibilidade da transformação de Roraima em um Estado da federação.

A estruturação dos acessos ao Território se deu com a ligação de Manaus Boa Vista, através da BR 174 e parte da BR 210 (Perimetral Norte, que corta o sul do Estado de Leste a Oeste). Apoiado nos grandes projetos, decorrentes do II PDN, desenvolveu-se a estratégia governamental de ocupação físico-territorial da região, por meio do II PAD – II Programa de Assentamento Dirigido. Com isso, novos núcleos habitacionais foram criados ao longo das rodovias dando origem as vilas de São João da Baliza, São Luís do Anauá. Estava plantada a base para o surgimento de novos municípios em Roraima.

O período que antecedeu a transição do Território Federal para Estado da Federação, culminou com a adoção de medidas políticas que estimularam a atração de imigrantes para a região, com vistas a formar a base eleitoral do Estado vindouro. (BARBOSA, 1993).

Os dados de entrada de imigrantes apontam que a ampla maioria dos recém chegados a Roraima destinava-se para áreas rurais. CETREMI – Central de Recepção e Triagem de Migrantes, registrou que para o ano de 1981, das 2.500 pessoas que foram cadastradas, 60,7% destinavam-se à zona rural, principalmente as fronteiras agrícolas (96%) que estavam sendo abertas. A SEPLAN – Secretaria

de Planejamento, para o período de outubro de 1980 a novembro de 1984, registrou a entrada de 17.682 imigrantes, com 74,5% destinando-se à zona rural. Contudo, os dados do IBGE 1990, apontam um incremento médio anual de 10,8% para a população urbana contra 2,66% população rural, contrariando os dados anteriormente apresentados. Tal situação, de acordo com Barbosa (1993), se justifica pela forte abandono das frentes de colonização, decorrentes da baixa produção das pastagens, do abandono dos colonos pelo governo territorial, além da falta de estrutura de escoamento da produção para o único centro consumidor (Boa Vista).

O êxodo rural provocou a ocupação das bordas da cidade de Boa Vista, aumentando a pressão no centro urbano, ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por alimentos, dando início a um novo ciclo migratório. Os excluídos do campo tornam-se, agora, os excluídos da cidade. Abandonados, mais uma vez, pelo poder público, vivenciaram a ausência de infraestrutura urbana necessária. “Situação que resultou num processo de aglomeração populacional na periferia da cidade, e, ao mesmo, num desordenamento territorial urbano e numa demanda por equipamentos urbanos.” (VERAS, 2007, p. 137-8).

Nessa dinâmica de ocupação do território, novas levas de imigrantes era atraída para a região, sem que os erros no processo de colonização fossem corrigidos. Essa situação conduziu para uma concentração de terras nas colônias agrícolas, incentivando a especulação fundiária e abertura de novas áreas sobre a floresta.

Associada aos projetos de expansão da fronteira agrícola no território, no final da década de 1980 a atividade garimpeira atrai para a região milhares de imigrantes das mais diversas regiões do país. Entre os anos de 1987 e 1990 ocorreu a invasão da terra indígena Yanomami¹¹ por garimpeiros.

Vale (2007, p. 99) destaca que, “Após a fase dos grandes projetos de assentamento rurais, ressurgiu a atividade garimpeira no final dos anos de 1980, proporcionando novo estímulo ao crescimento populacional, despertando a ilusão de que seria a ‘salvação’ para Roraima”.

¹¹ A demarcação da Terra Indígena Yanomami numa área de aproximadamente 9.500.000ha foi oficializada em maio de 1992 pelo, então, presidente Fernando Collor de Melo, ocupando terras dos estados do Amazonas e Roraima.

A esperança de enriquecimento fácil atraiu para a área Yanomami cerca de 25.000 garimpeiros, gerando uma demanda por gêneros dos mais diversos na cidade de Boa Vista. Essa demanda oportunizou a entrada de mão-de-obra externa para trabalhar no comércio, além daqueles que eram atraídos pela possibilidade de adquirir terras em Roraima, em função da expansão da fronteira agrícola. A esperança de trabalho e vida fácil para todos era o principal fator de crescimento populacional da época e estava amparada nos incentivos dado pelo governador do Território, na época Romero Jucá Filho. (BARBOSA 2003).

Todo esse aparato exploratório foi dissolvido em 1990, quando o Governo Federal interveio na região, fechando os garimpos nas Terras Indígenas. A estrutura de suporte a essa economia foi quebrada, prejudicando o comércio de Boa Vista que havia se voltado para atender as demandas dessa atividade, em plena expansão no Estado.

Com o “fim” da atividade garimpeira nas áreas indígenas o fluxo migratório intra-regional se concentrou na cidade de Boa Vista melhor, preparada para receber aqueles que, por algum motivo, não retornaram aos seus estados de origem. A respeito do fechamento dos garimpos e suas consequências econômicas e sociais, Vale (2007, p. 101) destaca que:

Em 1991, os garimpos em áreas indígenas foram fechados por intervenção federal, e com eles, a expectativa do estado de uma base econômica assentada na atividade garimpeira, uma vez que todo o comércio local havia se voltado a atendê-los. Assim, uma parcela da população pode ter voltado para sua área de origem ou para mais um fluxo em busca de riqueza na Amazônia, mas grande parte dessa população, completamente descapitalizado e sem condições de voltar à terra natal, permaneceu em Roraima, aumentando mais uma vez, o problema social da periferia da cidade de Boa Vista.

A cidade expandiu rapidamente seu perímetro urbano nessa época, avançando sobre Áreas de Preservação Permanente e comprometendo, ainda mais, a qualidade de vida dessas populações. Contudo, Vale (2007, p. 100) apoiada em Freitas (1997, p. 136) destaca que:

Com a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 e a consequente transformação de Território Federal em Estado membro da Federação, amparados pelo Regime Jurídico Único, Lei n^o 8.112 de 11 de dezembro de 1990, mais de 1600 servidores públicos federais de boa qualificação profissional (técnicos especializados, professores, médicos,

entre outros profissionais de nível superior), foram redistribuídos para os diversos estados brasileiros, resultando numa evasão diagnosticada no Censo de 1991 de 7.973 pessoas.

A redistribuição dos servidores federais, atestada por Vale e Freitas, foi apenas um desdobramento da situação política de Roraima, sem conseguir inverter a dinâmica demográfica ora percebida. O incremento populacional entre as décadas de 1980 e 1990 demonstra que a política de assentamentos agrícolas e, principalmente, o garimpo promoveram uma drástica mudança sócio espacial no Estado e em Boa Vista.

Contudo, de acordo com Barbosa (1993, p. 189) mesmo com a provável saída de uma parte da população, o censo de 1991 do IBGE indicou 215.790 habitantes em Roraima. Esse número representa quase o triplo do valor encontrado em 1980, apontando a taxa de crescimento do país no período analisado: 9,55% a.a. Com as projeções confirmadas, a cidade de Boa Vista estaria com 142.813 habitantes em 1991. Este total só deveria acontecer próximo ao ano de 2005, se as taxas de crescimento anterior continuassem a se confirmar nesta década.

Com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 os antigos Territórios Federais passaram a Estados da Federação. Nesse contexto, Roraima inicia uma nova fase de desenvolvimento, assegurando-se dos repasses do governo federal.

Em pleno período eleitoral para a escolha do primeiro governador do Estado de Roraima, as especulações sobre a distribuição de terras em assentamentos agrícolas impulsionaram a imigração para o estado, conforme descrito por Barbosa (1993, p. 190),

Em Roraima, o primeiro governador eleito (Ottomar de Souza Pinto, nos anos de 1991 a 1994), ainda na fase de campanha eleitoral, declarou no 'Debate dos Candidatos a Governador/1990', promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER), em 22.09.90, a intenção de assentar 50.000 famílias em todo o Estado ao longo do período governamental. Isto reviveria o gigantismo dos antigos planos de governos federais militares. Com pressões sofridas localmente, esta alternativa deixou de ser viável do ponto de vista promocional-político à época. Entretanto, o próprio impacto da notícia tornou-se um incentivo indireto a um maior fluxo de migração nesta direção, transferindo uma gama considerável de pessoas de outras regiões para Roraima.

Intensifica-se, nesse período, uma política assistencialista implementada pelo governo do Estado. Imigrantes que não conseguem ser contemplado com a distribuição de lotes nos assentamentos agrícolas¹² tornam-se submissos à política paternalista, por meio da distribuição de cestas básicas e lotes na periferia de Boa Vista, promovendo um aumento dramático do cinturão da pobreza na capital. (BARBOSA 1993).

A política de expansão de assentamentos agrícolas previa absorver parte dos remanescentes dos garimpos do estado. A escassez de lotes em assentamentos oficiais provocou um fluxo clandestino de migrantes para as colônias já instaladas, por meio de abertura de trilhas em meio à floresta.

A base de sustentação dessa política assistencialista, firmava-se em Boa Vista. O governo manteve o discurso populista de distribuição de terras sem que houvesse estrutura de suporte física para manter o colono no campo em condições de produzir e, principalmente, comercializar sua produção.

A expansão do cinturão da pobreza na capital ocorria de forma acelerada, por meio da distribuição de novos lotes urbanos¹³ na periferia em bairros que fazia menção ao governador do Estado na época. Nascia então, o conjunto de bairros “Pintolândia”¹⁴. Consolidava-se uma forte base eleitoral, formada por imigrantes pobres com baixo nível de instrução, que passaria a depender diretamente do assistencialismo do estado.

No próximo capítulo é discutido o processo de urbanização de Boa Vista e suas consequências nos campos econômico, social e ambiental. Abordando as características desse processo, bem como as problemáticas advindas de um acelerado desenvolvimento da estrutura urbana da cidade, não acompanhada das obras de infraestrutura necessárias.

¹² Barbosa (1993) afirma, ainda, que oficialmente 1.953 famílias foram instaladas nas colônias agrícolas pré-existentes e recém-fundadas entre os anos de 1991 (31,4%) e 1991 (68,6%), prevendo plano de expansão para o ano de 1993 na expansão de assentamentos no Estado.

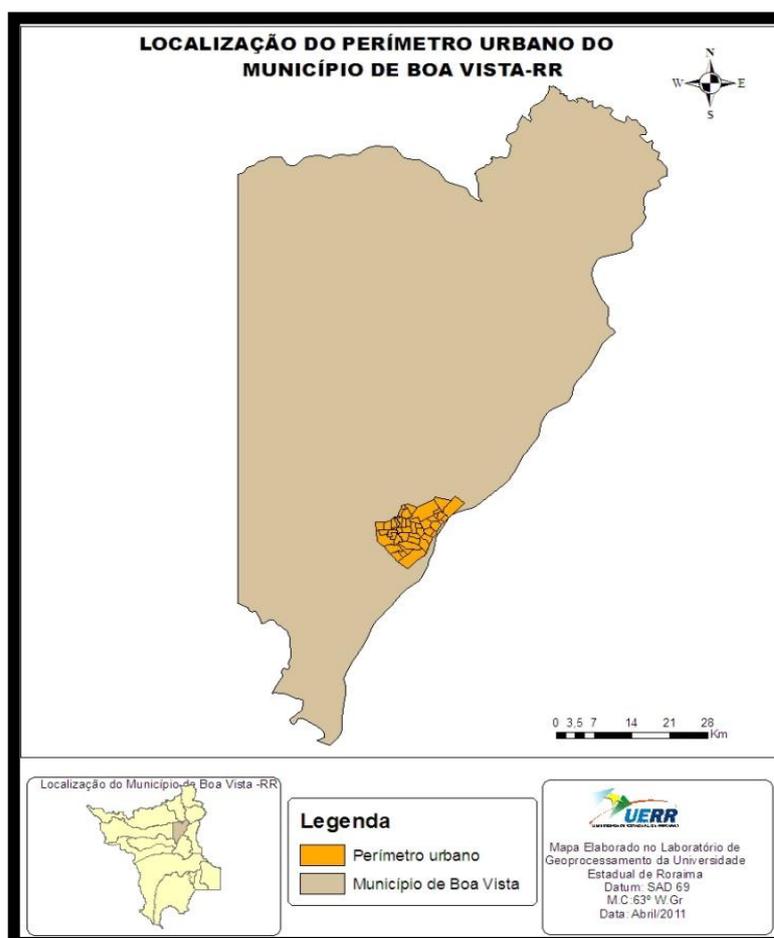
¹³ O governo colocou a disposição dos recém-chegados cerca de 10.000 lotes urbanos na época.

¹⁴ Vários bairros foram criados para dar suporte aos recém-chegados ao estado. O bairro Pintolândia foi criado em 1991 pelo governador Ottomar de Souza Pinto, na Zona Oeste da cidade com o objetivo de suprir a falta de habitação para famílias carentes residentes há mais de dois anos no estado. O nome significa não somente uma homenagem ao sobrenome do governador da época, mas uma estratégia política para se montar um dos maiores currais eleitorais em Boa Vista.

4 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA-RR

4.1 localização do município de Boa Vista

Boa Vista é a única capital brasileira localizada totalmente no hemisfério norte. O município está localizado, segundo dados do IBGE, na porção centro leste do Estado, na mesorregião norte e microrregião Boa Vista, situado entre as coordenadas geográficas de 02° 49' 11" N , 60° 40' 24" O, com altitude média de 85m. Possui uma extensão territorial de 5.687 km², que corresponde a 2,54% do território roraimense. Conforme pode ser observado no mapa 1, Boa Vista ocupa posição privilegiada no Estado, fazendo limite com a maior parte dos municípios roraimenses (8 no total), (IBGE, 2010).



Mapa 1: Localização do perímetro urbano do município de Boa Vista-RR
Fonte: SEPLAN/RR – 2000.

A população do município, em 2010 era de 284.258 habitantes, sendo que desses, 277.754 (97,7%) vivem na área urbana, enquanto, apenas, 6.504 (2,3%) vivem na zona rural (IBGE 2010). Seu elevado número de habitantes associada a sua pequena extensão territorial, o torna o município mais populoso do estado. De acordo com os dados preliminares do censo demográfico do IBGE 2010, Boa Vista possui uma densidade demográfica de 49,98 habitantes por km². Contudo esse valor pode ser ainda maior se considerarmos apenas a população urbana.

Ao analisar a distribuição da população roraimense no território, pode-se compreender melhor a importância de Boa Vista para o Estado. Ao se estudar sua história, pode-se facilmente nos confundir com a história do próprio Estado de Roraima (Silva 2007).

A cidade de Boa Vista, tem seu traçado urbano avançando em direção oeste e norte, acompanhando o curso da principal rodovia do estado a BR 174. É nessa região de expansão urbana que se localiza a área de ocupação irregular denominada Monte das Oliveiras.

4.2 (Re)produção do espaço urbano de Boa Vista

Para entendermos a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc. E também aceitar o fato de que a cidade na qual vivemos, salvo raras exceções nas regiões mais novas, não apareceu no momento em que nascemos, mas já tinha uma história e certamente continuará a existir quando morrermos, porque seja ela pequena ou grande, localizada no Brasil ou na Europa, originada neste século ou no século XVII, permanece através de suas formas e suas contradições. (SPÓSITO, 1994, p. 12).

Iniciamos abordando Spósito porque o autor expressa de forma bem clara e simples o que é uma cidade e como podemos compreendê-la. É nesse sentido que buscamos a geografia e a história de Boa Vista, para posteriormente ser analisada e compreendida as condições de formação da área Monte das Oliveiras.

Boa Vista surgiu a partir de uma fazenda de gado, localizada cerca de trinta quilômetros abaixo do Forte São Joaquim, junto à margem direita do rio Branco.

Nesse local era feito o embarque e desembarque de gado e suprimentos que abasteciam a região do Vale do Alto Rio Branco. Assim como outras cidades amazônicas, Boa Vista, surgiu como instrumento estratégico político-militar, estando diretamente ligada à existência do Forte São Joaquim.

Essa forte relação pode ser mais bem compreendida quando se analisa Brasil (2005:14), ao destacar a transferência da pequena vila São Joaquim que surgiu próximo ao Forte:

Pela dificuldade de expansão, [da citada vila], procurou-se nova área onde a vila pudesse crescer sem a preocupação de inundação. Cerca de 30 Km a jusante do Forte havia duas fazendas fundadas por ex-comandantes do forte. A margem esquerda do rio Branco a fazenda São Pedro de propriedade do capitão Bento Ferreira Marques Brasil, onde hoje é a cidade Santa Cecília; e a margem direita a fazenda Boa Vista criada pelo capitão Inácio Lopes de Magalhães. Optou-se pela margem direita, bem próximo à sede da fazenda Boa Vista onde começaram as construções de moradias, formando a futura Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, 1858.

Pode-se perceber que o surgimento desse pequeno núcleo populacional deu-se para suprir as demandas do forte que havia se instalado na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, mais acima. Desse primeiro momento a aglomeração iniciou um lento processo de expansão e fortalecimento de sua importância na região, visto o papel que desempenhara.

Com o advento da República, as províncias foram transformadas em estados com seus respectivos municípios. Nesse sentido, em 09 de julho de 1890 foi criado o município de Boa Vista do Rio Branco, com terras desmembradas do município de Moura, no estado do Amazonas. Consequentemente, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, foi elevada a categoria de vila, passando a ser denominada Vila de Boa Vista do Rio Branco, com um território que se estendia desde as cachoeiras do Bem-Querer até o limite com a Venezuela e Guiana.

Somente no ano de 1926, a vila de Boa Vista do Rio Branco foi elevada a categoria de cidade, tornando-se a sede do município, passando a se chamar, simplesmente Boa Vista em 1938, quando lhe foi acrescido dois distritos: Caracaraí e Murupu, sendo criados os distritos de Boa Vista, Guitaná, Serra da Lua e Maú entre os anos de 1939 e 1943. (SILVA, 2007, p. 102).

Nesse período, Boa Vista constituía-se num pequeno aglomerado populacional com algumas ruas e pequena população. Em 1924, a cidade de Boa Vista era constituída por três ruas paralelas ao rio, contava, também, com poucas unidades constituídas, sendo os edifícios públicos, as casas comerciais e a igreja encontravam-se localizadas próximas do porto fluvial.

Nos relatos de viajante à região do rio Branco podemos compreender um pouco melhor como eram as condições de vida em Boa Vista na primeira metade do século XX. Hamilton Rice, em expedição pelo Rio Branco no ano de 1924, onde realizou diversos estudos sobre a região da Guiana Brasileira, escreveu:

Boa vista é o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado de 'vila'. Esse aglomerado compreende 164 casas que abrigam uma população de 1200 almas. Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém; a maioria, porém, é de reboco e pau-a-pique. A população se compõe de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás em número muito reduzido. (Rice, 1978, p. 25)

Podemos perceber que pequena cidade que se formara dispunha de pouca ou nenhuma estrutura física que lhe conferisse um ar de cidade. Seu isolamento contribuiu de forma definitiva para que permanecesse abandonada, apesar do importante papel desempenhado como ponto de fixação no extremo norte amazônico.

Tal situação começa a mudar a partir da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas, com o intuito promover o processo de ocupação efetiva na região, cria o Território Federal do Rio Branco em 1943, nome esse que permanece até 1962, quando passa a se chamar Território Federal de Roraima.

Nesse período, Boa Vista ainda apresentava uma população reduzida. Contudo, a função administrativa que passou a exercer a partir da criação do território, proporcionou-lhe investimentos que contribuiriam para aumentar seu poder de atração em relação aos demais núcleos populacionais da região.

A abertura da BR 174, somada a outros fatores fez com que Boa Vista a partir da década de 1980, passe a absorver cada vez mais população de outras regiões, provocando alterações em sua estrutura urbana. O incremento populacional de Boa Vista pode ser observado a partir do gráfico 1.

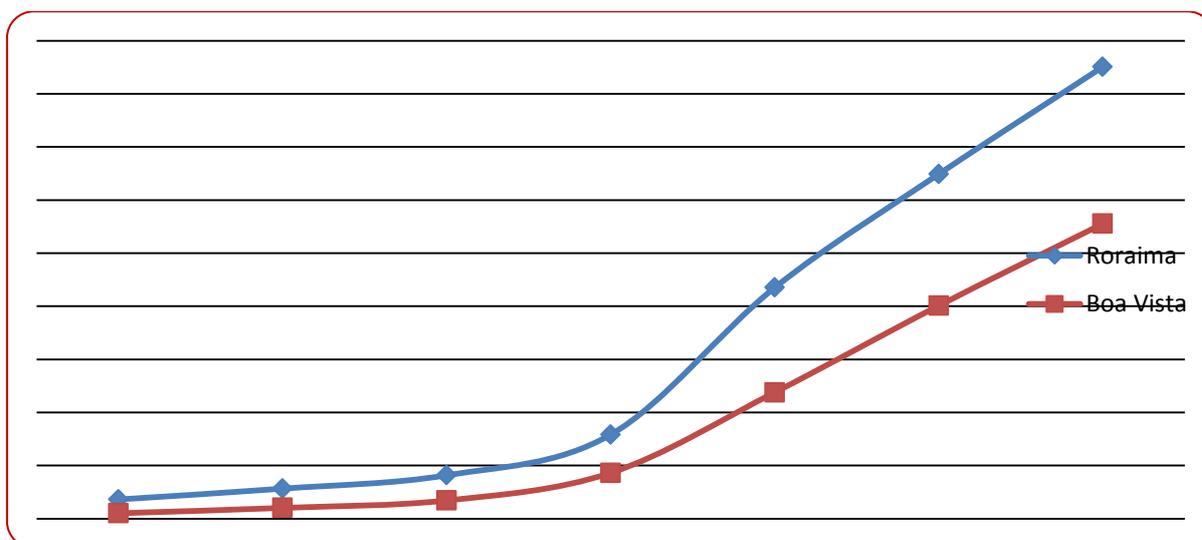


Gráfico 1: evolução da população de Boa Vista 1950-2010.
Fonte: censos demográficos – IBGE.

Até a década de 1960, o perímetro urbano “coincidia com a área central atual, delimitada pelo igarapé Calunga e pelas avenidas Terêncio Lima e Major Willians” (VALE, 2002:102). O crescimento que ocorreu nesta época foi significativo devido á atração representada pelos garimpeiros de diamantes localizados nas serras do Tepequém e nos vales dos rios Maú, Cotingo e Suapi.

Com a instalação do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), no bairro Mecejana, a área periférica da cidade se expande. Até final de 1970, os bairros Aparecida e São Pedro continuam a se desenvolver e os de São Francisco, 31 de Março e Canarinho apresentaram um grande crescimento demográfico. Nesta fase a cidade deixou de ter um crescimento lento e progressivo, surgindo assim novos conjuntos habitacionais, para dar assistência à vinda de funcionários do setor administrativo. Durante a década de 1980 diversos novos bairros foram criados, expandindo os limites urbanos de Boa Vista para além da Avenida Venezuela. Esses bairros surgiram no período que Roraima começava a receber a migração de garimpeiros.

A explosão urbana deu-se a partir da década de 1970-1980, registrando uma taxa média de crescimento de 6,38% ao ano. Consequentemente, a população urbana supera a população rural, como resultado do êxodo rural. As atividades garimpeiras, que atraíram para a região milhares de migrantes de todo o país, no

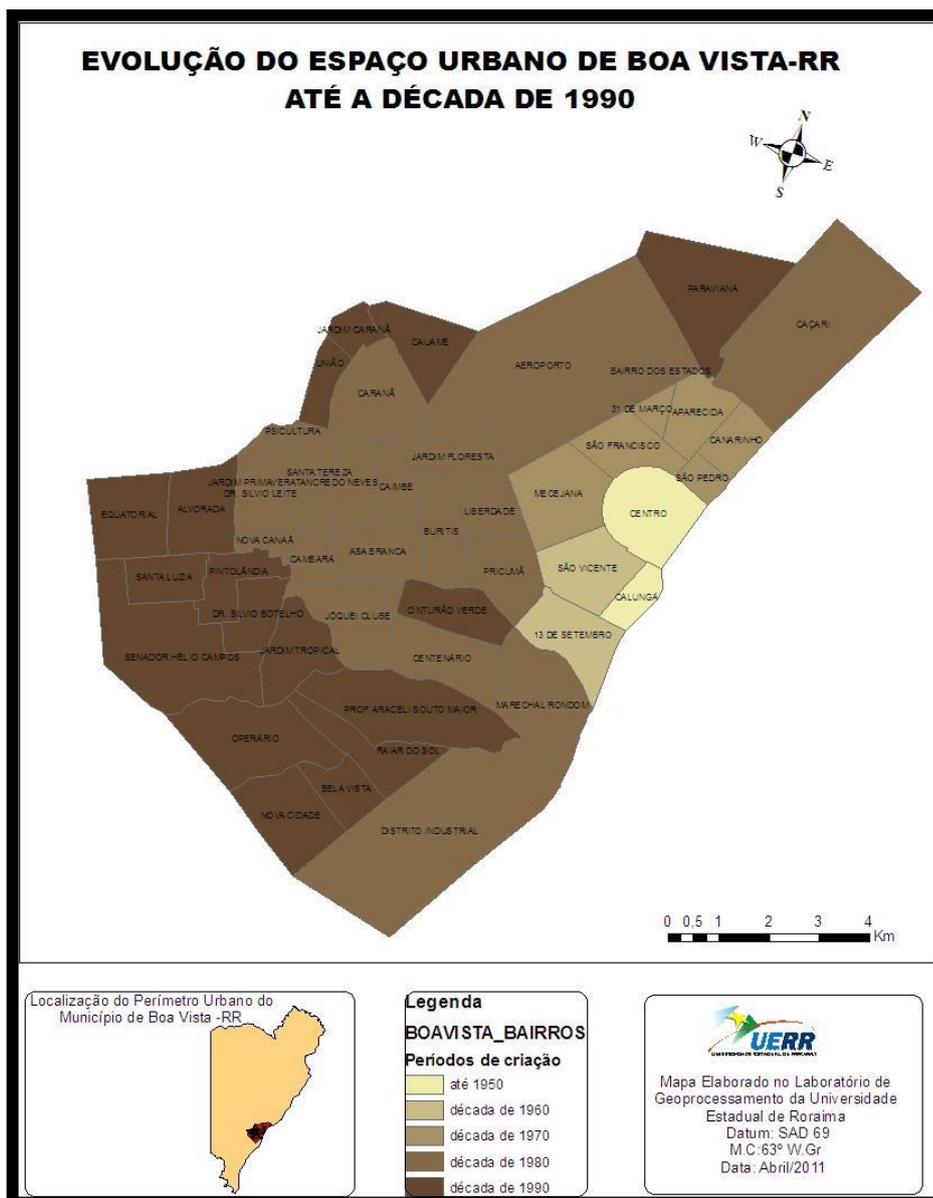
início dos anos 1990, começa a ser combatida pelo governo federal, por localizar-se em áreas demarcadas como terras indígenas.

O governo, visando a “Segurança Nacional”, promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infraestrutura físicas e socioeconômicas, construindo conjuntos habitacionais, ampliando os serviços públicos. Nesse sentido, o setor que mais contribuiu para o crescimento demográfico de Boa Vista foi o terciário, sobretudo com a vinda de funcionários a fim de ocupar cargos administrativos, proporcionando uma renda elevada, devido aos altos salários, sendo absorvidos pelo comércio local.

O garimpo, além do serviço público, movimentou o comércio de Boa Vista e atraiu cada vez mais pessoas alimentadas pelo sonho de riqueza fácil. Isso faz se registrar no período de 1987 a 1990, quando ocorre a maior corrente imigratória para Boa Vista, trazendo problemas e benefícios, pois o poder público passa a não mais gerir o desenvolvimento urbano e começam a surgir os problemas na área de infraestrutura urbana básica.

A expansão urbana de Boa Vista nos anos seguintes implicou na alteração dos limites da cidade. Em dezembro de 1999, através da Lei nº 483, foram criados novos bairro na cidade, a partir da alteração da Lei nº 244 de setembro de 1991, que regulamentava o uso do solo urbano. A expansão urbana em direção a zona oeste torna-se um atrativo para a atividade comercial. A fim de atender as demandas das populações periféricas, os comerciantes abrem filiais nos bairros, evitando um deslocamento desnecessário para o centro, mapa 2.

Boa Vista, apresenta uma nova configuração territorial, bem diferente daquela observada nas décadas anteriores, contudo, em seu interior muitas áreas permanecem desocupadas como importante reserva de valor, favorecendo, principalmente aos agentes do setor imobiliário da cidade.



Mapa 2: Evolução do espaço urbano de Boa Vista-RR até a década de 1990.
Fonte: Vale, 2007 / adaptado pelo autor.

4.3 O plano diretor estratégico de Boa Vista, ocupações irregulares e problemas ambientais

A expansão das cidades tem gerado um sério problema para os gestores urbanos – o vazio urbano – que no Brasil tem sua discussão aprofundada a partir da década de 1970 quando o país torna-se, de fato, urbano.

O vazio urbano é compreendido de diversas formas pelos estudiosos em urbanismo e planejamento, contudo, em todas as análises é percebido como um fator que tem gerado muitos problemas quanto a sua administração, visto que o crescimento das cidades em direção à periferia ocorre deixando em seu interior grandes áreas vazias, que são mantidas fora do mercado imobiliário a espera de uma valorização posterior. Com a expansão do perímetro urbano, o Estado iria dotar de infraestrutura básica essas novas áreas, contribuindo diretamente para que àquelas áreas ociosas se valorizassem. Cardoso (2006, p. 05) ao analisar a expansão urbana de São Paulo na década de 1970, aponta esse processo como sendo “disfuncional” e “perverso”, a partir de três argumentos:

Porque mantinha ‘artificialmente’ grande extensões de terras fora do mercado, pressionando para cima o preço dos terrenos em oferta;

Porque implicava em um maior custo de investimento para a instalação de infraestruturas nas áreas efetivamente ocupadas;

Porque o investimento público em infraestrutura resultava na valorização de áreas privadas.

A fim de coibir essa prática de especulação “predatória”, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), desenvolveu diversos estudos culminando com uma proposta de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo. Esses estudos contribuíram para que a Constituição de 1988 reconhecesse formalmente a função social da terra urbana, que é abordado no art. 182 da Carta Magna. Segundo o referido artigo, “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Destaca, ainda, que o plano diretor municipal é instrumento básico de desenvolvimento e de expansão urbano, podendo o poder público municipal, mediante lei específica, punir àqueles proprietários que não atendem as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Essa temática foi aprofundada e contemplada no Estatuto das Cidades de 2001, que em seu art. 2º, afirma que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e da propriedade urbana”, primando pela garantia a todos “o direito a cidades sustentáveis, entendido como

direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações”. Segundo o Estatuto o poder público municipal deve coibir “a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização” (grifo nosso).

A necessidade de regulamentar os usos e ocupações do solo urbano se faz necessário em todo o país. Nesse caso, um instrumento importante é o Plano Diretor Municipal, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, mas que deveria ser implantado em todas as cidades brasileiras, independente de exigências legais. Contudo, a expansão das cidades, em países capitalistas subdesenvolvidos, está diretamente associada a um acelerado processo de degradação ambiental, impulsionado por invasões urbanas em áreas de preservação permanente e de encostas.

Como decorrência desse processo foi criada diversos mecanismos legais para restringir a ocupação dessas áreas, haja vista, sua importância para preservar a qualidade das bacias hidrográficas e do meio ambiente como um todo, promovendo a dissipação da energia erosiva, que causam grandes danos aos ambientes hídricos.

Como marco importante desse processo de preocupação com a qualidade do meio ambiente, destaca-se a Lei Federal 4.771/65, denominada de Código Florestal, alterada pela Lei nº 7.803/89, que define em seu Artigo 2º as áreas consideradas de preservação permanente – APP's.

A ocorrência de APP's no perímetro urbano de Boa Vista contribui para a intensificação da degradação dessas áreas. Consequência da forma desordenada com que vem ocorrendo o crescimento da cidade, que desconsidera as características naturais da área e os impactos provocados por esse tipo de ocupação, principalmente nas áreas de fundo de vale.

Assim, tanto os igarapés, os rios, quanto às lagoas estão sendo impactados devido à falta de infraestrutura urbana e pela ocupação, que se dá, na maioria das vezes, de forma irregular, apesar das legislações vigentes. A ocupação não criteriosa de áreas marginais aos cursos d'água pode causar: a perda das matas ciliares, a erosão do solo e o consequente assoreamento dos cursos d'água, a

contaminação de águas superficiais e subterrâneas, a destruição do habitat de inúmeras espécies e a eliminação de superfícies de drenagem natural, contribuindo para a ocorrência de eventos críticos como as enchentes e inundações.

Voltando-se especificamente à proteção dos recursos hídricos, a legislação estabelece obrigações ao poder público municipal para coibir ações impactantes aos corpos hídricos sob seu domínio. A Lei Federal nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, estabelece através do Capítulo IV – Da Ação do Poder Público:

Art. 31. Na implementação da Política Nacional de Recursos hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

A preocupação de se promover a ocupação do espaço urbano deve estar associada à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecendo regras claras sobre a atuação e responsabilidades do poder público municipal. Portanto, a ocupação irregular dessas áreas deve ser coibida pelo poder público municipal através do uso de mecanismos legais.

O Estatuto das Cidades, por sua vez, estabelece no Art. 41, Inciso I, que o Plano Diretor é obrigatório para toda cidade com mais de vinte mil habitantes. Esse documento estabelecerá regras claras para o uso e ocupação do solo urbano, obedecendo às legislações vigentes. Nesse sentido, o Plano Diretor de Boa Vista, de acordo com o Art. 4º, destaca que dentre seus objetivos deve promover o desenvolvimento econômico sustentável do município na perspectiva da integração regional, primando pela qualidade ambiental, além do fortalecimento do sistema de planejamento e gestão municipal.

Observa-se que o município está dotado de instrumentos legais para proteger os recursos naturais, principalmente os cursos d'água que estão em seu perímetro urbano como os igarapés e as lagoas. Isso pode ser observado melhor ao analisarmos o Art. 8º do plano diretor municipal que considera patrimônio ambiental do Município de Boa Vista todos os corpos hídricos, com suas respectivas faixas marginais de proteção, excetuando àquelas de ocupação consolidada como no caso

da orla do rio Branco, dentro do perímetro urbano, nos bairros 13 de Setembro, Calungá, Francisco Caetano Filho, Centro, São Pedro, Canarinho e Caçari.

Contudo, observamos que tais preceitos legais não são cumpridos quando se trata de manter um ambiente saudável e a integridade da pessoa humana. Diversas são as áreas que foram invadidas clandestinamente por moradores e especuladores. Nesse sentido, o Plano Diretor de Boa Vista deve ser um instrumento que passe a nortear, de fato, o processo de expansão da cidade.

A manutenção de grandes áreas vazias no interior da cidade tem ocasionado diversos problemas de ordem social e ambiental para os boavistenses, conforme pode ser observado ao acompanharmos a mídia local. Procurando minimizar o impacto provocado por essas áreas, a Lei municipal nº 1.298 de 22 de dezembro de 2010, que altera o código de postura municipal de 1974. De acordo com o disposto no Art. 136 “Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade”. Afirma, ainda, que àqueles proprietários que não cumprirem as determinações previstas, o município executará o serviço e cobrará do proprietário.

A alteração no código de postura municipal, impondo regras mais rígidas àqueles que possuem terrenos sem ocupação ou subutilizados na cidade, propõe um melhor ordenamento urbano em Boa Vista. Estabelecer regras claras para o uso e a ocupação do solo urbano, é fundamental para coibir a ação de especuladores e manter um ambiente urbano saudável.

As constantes denúncias da população veiculadas pela imprensa local, certamente, influenciou o posicionamento do legislativo municipal, visto que essas áreas servem de redutos para delinquentes; causam danos à saúde, além de mobilizam diariamente os agentes do corpo de bombeiro para o combate a queimadas urbanas; servem como área para deposição irregular de lixo, contribuindo para a proliferação de animais peçonhentos e criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, principal vetor da dengue.

Em recente pesquisa realizada no bairro Senador Hélio Campos, foi constatado que há uma forte relação entre ocorrência de criadouros e existência de terrenos baldios. Silva *et all* (2010, p. 53) afirmam que, normalmente nesses

espaços a população deposita irregularmente os resíduos sólidos domésticos que contribui para a proliferação do vetor.

O processo de ocupação populacional compromete por definitivamente as áreas de fundo de vale em diversos bairros de Boa Vista, principalmente nas zonas oeste e norte da cidade. Essas áreas permanecem parte do período de estiagem (verão) com seu leito seco ou praticamente seco, na maioria das lagoas. No entanto, com o início do período chuvoso, que coincide com o inverno, essas áreas são inundadas.

A expansão desordenada da cidade tem comprometido a qualidade ambiental e trazido sérios danos à população. Muitos imóveis foram construídos ao redor das lagoas e ao longo dos igarapés, sem respeitar os limites mínimos determinado pelo Código Florestal Brasileiro. Como consequência essas áreas sofrem sérios riscos. No processo de construção dos imóveis, parte das lagoas é aterrada na tentativa de diminuir os impactos decorrentes das cheias. No entanto, a inundação compromete a permanência dos moradores da área que são obrigados a abandonar suas casas e procurar abrigo em casa de parentes ou através da ajuda da Defesa Civil, durante o período do inverno.

Recentemente a prefeitura passou a colocar placas alertando sobre a condição da área e dos possíveis crimes regulamentados pelo Código Florestal. Contudo, àqueles imóveis que já estavam construídos permanecem no local, não podendo o proprietário regularizá-lo ou modificá-lo. Percebe-se a tentativa de inibir novas invasões. Ademais, as ocupações já consolidadas causam danos gravíssimos a esses ambientes.

Além da ocupação irregular das APP's, grande quantidade de resíduos domésticos é jogada às margens dos igarapés e das lagoas. Esses resíduos comprometem a qualidade da água, além de promover a inundação de áreas maiores. Segundo Brito; Foratinni (2004),

geralmente, a deposição de lixo no ambiente, sem qualquer preocupação com o tratamento adequado favorece o estabelecimento de populações de animais indesejáveis, que passam a ocupar esses recipientes como abrigo ou locais de criação, passando a manter, conseqüentemente, uma relação mais estreita com o homem.

Diversas obras de drenagem das águas pluviais estão sendo realizadas na cidade, somando-se as já existentes e às valas abertas. Devido ao mau uso desses serviços, essas galerias passaram a receber também, em muitos casos, o esgoto doméstico, que de maneira indireta acabam sendo jogados nas lagoas e nos igarapés.

Vale ressaltar que, a fim de urbanizar os igarapés urbanos, a prefeitura e o governo do estado estão canalizando dos mesmos. Contudo, esse processo implica em danos ambientais ainda maiores, visto que há nesses locais toda uma fauna e flora, que já vinham sendo impactados pela ocupação irregular, mas que agora desaparecerão completamente.

Nesse sentido, Foresti Apud Silva (2003, p.50), afirma que:

A boa Qualidade de Vida é definida pelos parâmetros físicos, químicos, biológicos, os quais influenciam direta e indiretamente a saúde humana, e sociais, que refletem reações positivas ou negativas sobre o comportamento humano. Estes parâmetros, de acordo com Troppmair, permitem um desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida.

É preciso que se invista na pessoa humana, melhorando a qualidade dos serviços sociais prestados à comunidade, dando atenção especial as atividades educacionais, principalmente no que tange à educação ambiental. A não implementação de políticas públicas que visem atender a essa demanda socioambiental, comprometerá a qualidade do meio ambiente e de vida das comunidades.

4.4 a especulação imobiliária e a espoliação urbana

A urbanização de Boa Vista tem a presença efetiva dos imigrantes, que aqui chegaram à busca por melhorias na qualidade de vida, porém, a especulação imobiliária, os tem levado para a periferia. A especulação imobiliária é uma das grandes responsáveis pela ocorrência de vazios urbanos nas cidades brasileiras. Silva Júnior (2007, p. 02), destaca que, “especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir a necessidade

de lucro, quando o valor a receber pela barganha seria muito superior ao preço da valia.”

Kovarick (1979, p. 37), contribui com essa discussão, pois assevera que,

a especulação imobiliária não se exprime tão-somente pela retenção de terrenos que se situam entre um centro e suas zonas periféricas. Ela se apresenta também com imenso vigor dentro das próprias áreas centrais, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infraestruturas básicas.

A busca pela valorização do capital aplicado na compra do terreno provoca o surgimento de novas áreas, muitas vezes, sem o mínimo de infraestrutura, conforme pode ser observado na área do Monte das Oliveiras. De acordo com Jacob (1995) Apud Jacob (2006, p.28), “a dinâmica urbana excludente e segregadora determina uma paisagem urbana cada vez mais marcada pela prevalência de estratégias de sobrevivência que destroem a cobertura vegetal e privilegiam práticas de deterioração do meio ambiente urbano”.

Na análise da expansão desordenada do tecido urbano por populações de baixa renda, o autor afirma, ainda, que,

O principal desafio que se coloca nos dias atuais é que a cidade, crie as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. (2006, p. 16).

É nesse processo de ocupação do espaço que ocorre o vazio urbano. De acordo com Arendt, 1993, Apud Gonçalves (2002, p. 41), o vazio urbano é o espaço destinado à especulação, aliando os interesses dos proprietários de terras urbanas à necessidade de estocagem de terras por parte dos capitais ligados a produção imobiliária, que se tornam inacessíveis, em termos monetários à maioria da população. Para Gonçalves (2002, p. 41),

A terra utilizada de forma especulativa superdimensiona o espaço urbano e exige constantes investimentos em infraestrutura que determinam por aumentar a valorização dessas áreas. Isto cria novas oportunidades de incorporação imobiliária, o que significa que os investimentos sociais são transformados em instrumentos de valorização das terras urbanas.

Nesse sentido, o poder municipal exerce uma função estratégica, de regulador do espaço urbano, podendo atender aos interesses sociais ou, apenas, aos interesses de um grupo. Isso ocorre devido à legislação que garante “a municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiários e imobiliários, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais” (CORRÊA, 1995, p. 26).

Na defesa dos interesses dominantes, em muitos dos casos, as Câmaras Municipais atuam na defesa direta dos interesses dos incorporadores imobiliários, fazendo-se valer das premissas legais, pelas quais promovem “anistias periódicas visando à regularização de imóveis [que] são alimento fecundo da relação clientelista” entre o interesse privado e o poder. Isso resulta de “relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a ampliação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor” (MARICATO, 2000, p. 123).

O sentimento patrimonialista, que pertence a muitos servidores públicos, também contribui para o favorecimento particular em detrimento dos interesses da coletividade. Existe “uma sobreposição de cargos e interesses no setor público municipal, entre pessoas que ocupam ou ocuparam cargos importantes na Prefeitura, com atuação privada simultânea junto ao segmento imobiliário” (MIRANTE, 2002, p. 176).

Nesse sentido, o crescimento da cidade é visto com fundamental para a (re)produção da riqueza, posto que o setor imobiliário incorpora parcela significativa da mão-de-obra, contribuindo para a ampliação dessa relação de interesses mútuos entre público e privado. A cidade é transformada, segundo Arantes (2000: 27), numa máquina de crescimento estimulada pelas,

coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco ideológico de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir economia local e aumentar a riqueza.

Contudo, essa produção da riqueza torna-se contraditória, uma vez que, à medida que a cidade se expande empurra para a periferia a parcela da sociedade

que não consegue ter acesso ao solo nas áreas em valorização. Essa valorização resulta da melhoria na infraestrutura de equipamentos urbanos, que são implantados a partir do uso de recurso públicos. É contraditório, vale afirmar, ainda, que os recursos públicos são advindos dos impostos pagos por toda a população, independente do seu nível de renda. Porém, apenas parcela da dessa sociedade acaba sendo beneficiada.

Nesse processo, a evolução do preço do solo urbano em Boa Vista, tem contribuído para o processo de espoliação da população carente da cidade. Ao analisar a tabela abaixo é possível perceber melhor a evolução dos preços do solo na cidade de Boa Vista em diferentes zonas da cidade.

BAIRRO \ Valor m ²	2000*	2000**	2005*	2005***	2010****
CENTRO	71,59	166,54	96,36	120,76	275,67
MECEJANA	25,56	59,46	54,01	67,79	139,77
JARDIM FLORESTA	6,75	15,70	21,71	27,21	77,37
ESTADOS	16,51	38,41	34,94	43,79	104,16
CAÇARI	11,27	26,22	31,39	39,34	123,55
CENTENÁRIO	3,41	7,93	22,93	28,74	45,97
BELA VISTA	2,76	6,42	4,16	5,21	27,77
EQUATORIAL	1,47	3,42	5,69	7,13	10,98
*valor real do m ² para o ano pesquisado; ** valor corrigido pelo IGPM em 132,63%; *** valor corrigido pelo IGPM em 25,32%; **** base para cálculo de correção para o IGPM (15/06/2010).					

Tabela: custo do m² da terra em Boa Vista no período 2000 – 2010.

Fonte: Folha de Boa Vista e imobiliárias.

Contudo, apesar da expansão urbana ocorrida, pode-se observar a partir do mapa 3 que, em 2000, o valor do solo em áreas próximas ao centro ainda é acessível para parcela significativa da população.

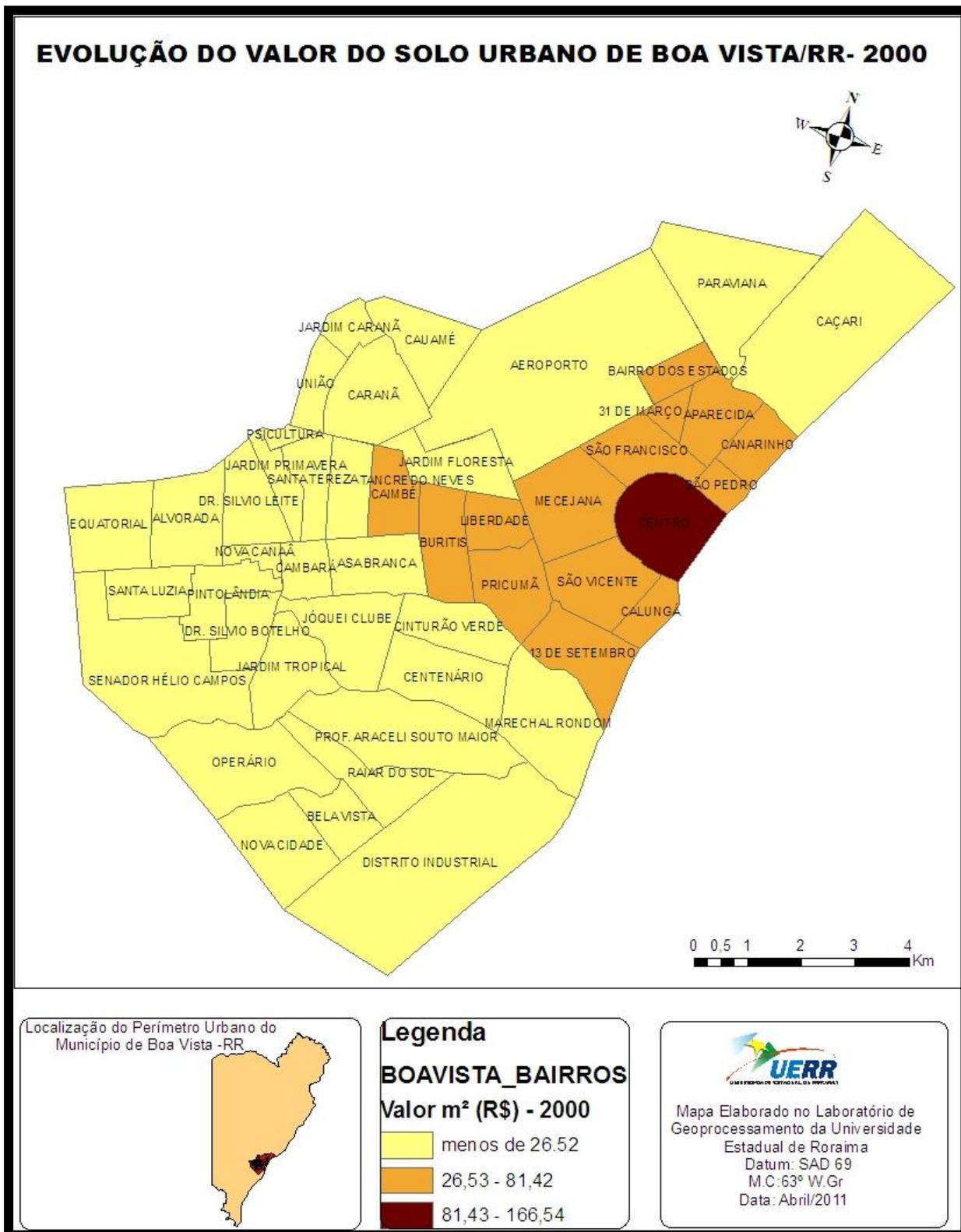
Nesse sentido, ao analisar a terra como um ativo econômico, Gonçalves (2002, p.51) destaca que,

A terra é um importante ativo no portfólio dos agentes sociais. Sendo assim, existe, de fato, uma confluência de interesses privados que desejam manter

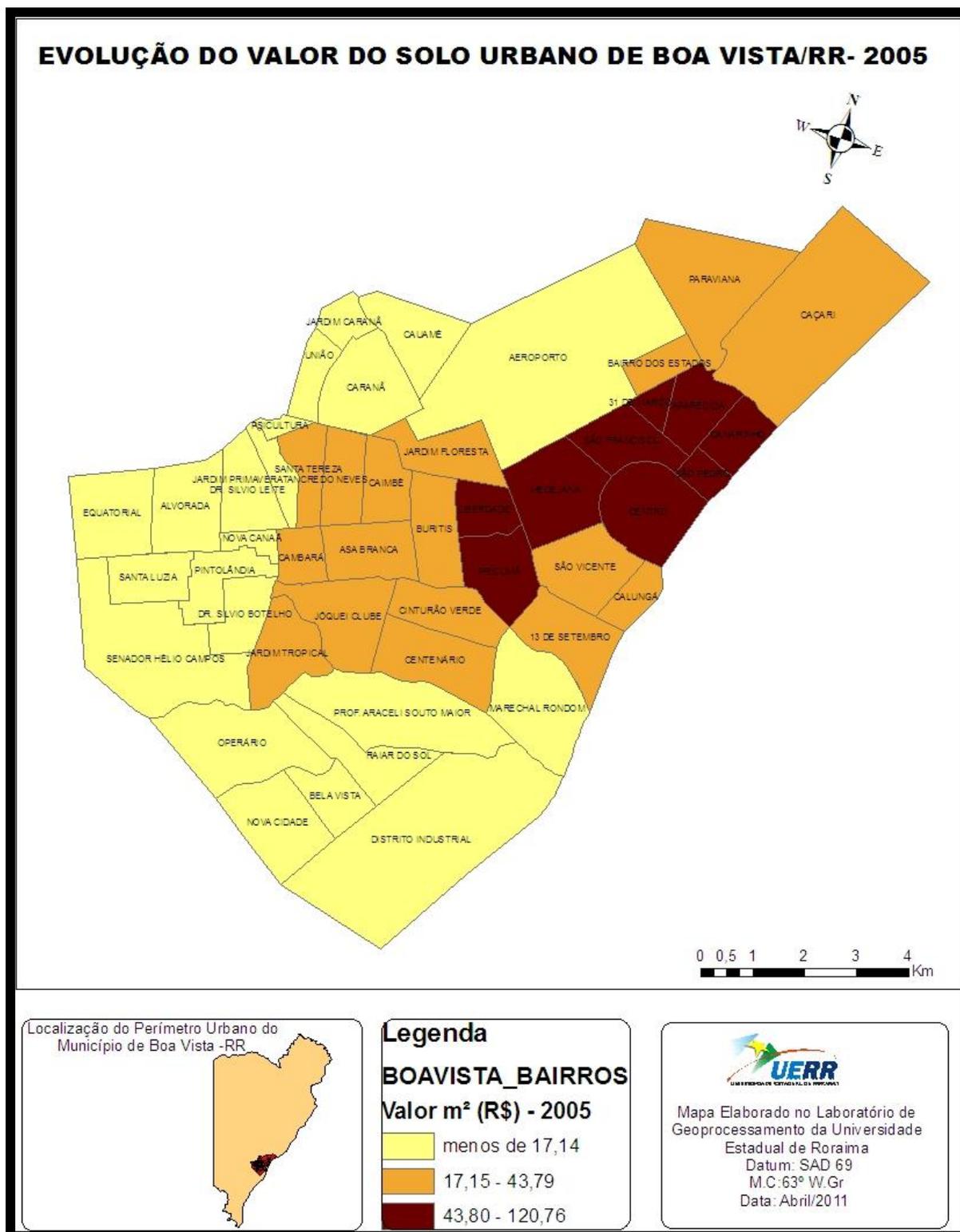
a cidade como uma máquina de crescimento. Esses interesses se estabeleceram historicamente e se constituíram em um poderoso mecanismo de especulação que concentra riqueza e poder. Na constituição desse mecanismo há a utilização da legislação urbana no sentido de permitir, mesmo quando ilegal, o prevalecimento dos interesses privados sobre os interesses da sociedade como um todo.

Em Boa Vista os mecanismos de especulação estão bem presentes na realidade urbana. Diversas áreas da cidade são mantidas como reserva de valor para futuramente serem comercializadas. Dessa maneira a expansão da cidade continua beneficiando a classe dominante em detrimento dos que possuem menor poder aquisitivo.

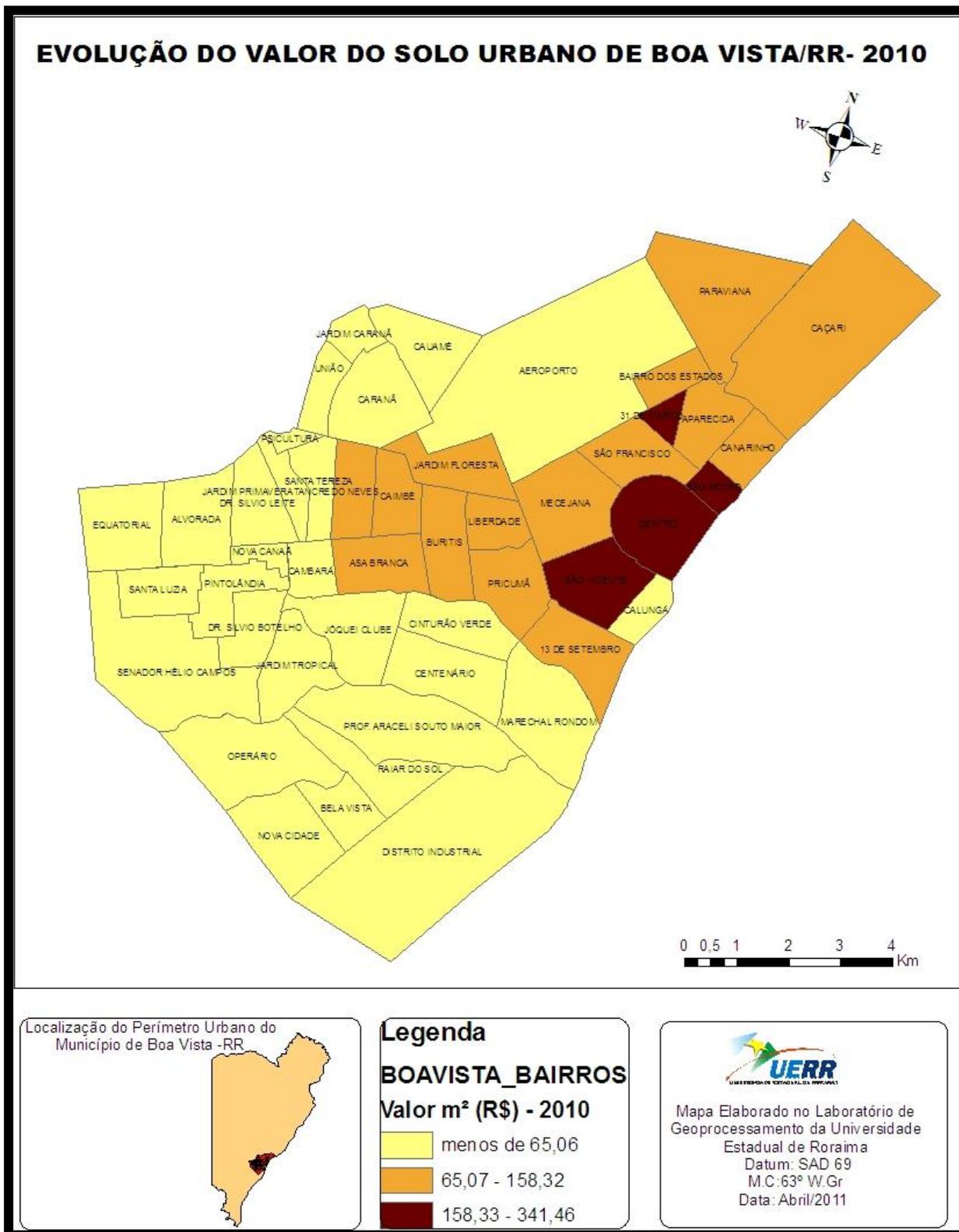
Os mapas 3, 4 e 5 representam o processo de evolução do valor do solo urbano em Boa Vista nos últimos dez anos. Sua análise permite fazer algumas inferências quanto ao processo de expansão urbana e segregação sócio espacial. Nesse curto espaço de tempo o solo urbano foi altamente valorizado nas áreas centrais e suas adjacências. Em 2000 na maioria dos bairros de Boa Vista o valor do m² do solo era inferior a R\$ 27,00. Para 2005, essas áreas apresentavam uma média de preços bem maior, chegando até R\$ 44,00 e, finalmente, atingindo cerca de R\$ 66,00 em 2010.



Mapa 3: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2000.
Fonte: empresas imobiliárias/Folha de Boa Vista.



Mapa 4: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2005.
Fonte: empresas imobiliárias/Folha de Boa Vista.



Mapa 5: Evolução do valor do solo urbano de Boa Vista/RR – 2010.
Fonte: empresas imobiliárias/Folha de Boa Vista.

Contudo, as áreas centrais foram as que apresentaram maior valorização. O valor do metro quadrado de solo atingiu aproximadamente R\$ 340,00 em 2010, quando em 2000 custava cerca de R\$ 166,00.

Como explicação para essa valorização, poderíamos apontar a melhoria da infraestrutura urbana dessas áreas. Porém, no decorrer da última década, pouco foi alterado em relação à infraestrutura, não justificando tamanha valorização. Como exemplo, destacamos o bairro Jardim Floresta: em 2000 o valor do solo era de R\$ 17,70 m², custando R\$ 27,21 em 2005 e R\$ 77,37 em 2010. Dessa maneira, um terreno de 800m², que custava cerca de R\$ 14.000,00¹⁵ em 2000 passou a valer R\$ 62.000 em 2010. Esses valores já foram corrigidos através do IGPM, conforme discutido anteriormente.

4.5 Monte das Oliveiras – estratégias de sobrevivência

A expansão urbana de Boa Vista, nos últimos anos, tem provocado uma drástica mudança na paisagem, com o surgimento de novos bairros e a ocupação de novas áreas sem prévio planejamento. A principal área de expansão da cidade está situada na zona oeste, seguindo em direção do anel rodoviário, em implantação. Nas demais áreas, apresentam-se obstáculos naturais importantes, como o rio Branco à Leste e o rio Cauamé ao norte. Contudo, empresas imobiliárias já iniciaram a abertura de novos loteamentos na cidade, desta vez, além dos limites do rio Cauamé. Nesse sentido a cidade terá seus limites urbanos alterados para além desse rio. Boa Vista, dessa maneira, passará a ter outra área de expansão, porém destinada àqueles com maior poder de compra.

Por outro lado, a Zona Oeste da cidade se caracteriza por absorver grande parte das novas habitações, principalmente àquelas destinadas as classes sociais menos favorecidas. Nesse processo, a cidade avançou sobre diversas Áreas de Preservação Permanente, comprometendo a qualidade ambiental e de vida desses moradores.

¹⁵ Se usarmos como base o valor real do m² à época (R\$ 6, 75), o valor do terreno seria de R\$ 5.400,00.

Ademais, na Zona Norte da cidade, nas proximidades do rio Cauamé, nos últimos anos, uma nova área passou a representar um problema para a administração do município. Uma área de 600.000m², localizada no bairro Cauamé, limitando-se aos fundos com a Base Aérea de Boa Vista, foi ocupada por moradores procedentes de diversos bairros da cidade. A área está registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista sob a matrícula nº 15.417, tendo como titular a senhora Helena Bezerra de Menezes.



Figura 5: localização do Monte das Oliveiras

Fonte: Google Earth, 2010, adaptado pelo autor.

De acordo com moradores e a imprensa local, o local começou a ser ocupada por volta do ano 2000 por um pequeno grupo de família e hoje são cerca de 280 famílias morando na área, sem o mínimo de infraestrutura. Em matéria publicada no jornal Folha de Boa Vista em 30 de março de 2011, afirma que “os moradores reclamam do abandono das autoridades para resolver o problema da falta de energia, água tratada, saneamento básico, telefone, entre outros”. Ao analisarmos as imagens capturadas pelo Google Earth nos anos de 2002, 2004 e 2005, podemos observar que na área existiam apenas alguns barracos.

Contudo, nota-se, conforme pode ser observado na última imagem (2010), que nos últimos anos a área passou a ser foco de intenso processo de ocupação, representando um sério problema, tanto para a gestão do município, quanto do Estado, visto os incidentes envolvendo moradores da área. Nesse sentido, o Governo do Estado iniciou o processo de regularização da área. Porém, de acordo com matéria veiculada pelo jornal folha de Boa Vista em 20 de março de 2011, o terreno estava sendo regularizado pelo Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), em 2008, quando se constatou a sobreposição de títulos de propriedade da base aérea com a área registrada em nome de Helena Bezerra de Menezes, com isso o processo foi paralisado. Todavia, já existe, segundo o instituto, a concordância da Base Aérea de repassar as terras para o governo do estado. Feito isso, o governo vai proceder com a indenização da área remanescente de Helena Bezerra de Menezes.

Diante dos diversos problemas decorrentes da ocupação, a prefeitura de Boa Vista declarou, através da Lei 1.086 de 22 de outubro de 2008, que o local é Área Especial de Interesse Social (AEIS), publicada no Diário Oficial do município de 31 de outubro do mesmo ano. Nesse sentido, a regularização da área não precisa seguir todas as etapas previstas no Plano Diretor.



Figura 6: evolução da ocupação espacial da área Monte das Oliveiras.

Fonte: Google Earth, 2010. Adaptado pelo autor.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Boa Vista apresenta diversos problemas quanto ao uso irregular do solo urbano, dentre eles as invasões são extremamente delicadas, pois desrespeitam o direito de propriedade e os limites estabelecidos para APP's. Contudo, essas invasões são reflexos, muitas vezes, da omissão do poder público em fiscalizar, tanto no sentido de coibir as invasões, como por não promover um ordenamento racional do solo urbano. Esse fato pode ser observado, quando se analisa o processo de expansão urbana da cidade ocorrido nas últimas décadas, promovendo a espoliação das classes menos favorecidas.

Diversas áreas tornaram-se objeto de invasões nos últimos anos, principalmente nos períodos que antecedem eleições. Cardoso (2008, p. 184) escreve que “os pobres, como grupo, aprenderam a se beneficiar das atitudes populistas dos políticos nas eleições, contribuindo para a ineficiência do planejamento urbano; quanto maior o número de assentados, melhores serão as chances de resolver o problema da regularização da área, o que promove mais invasões”. Quanto às trocas existentes entre o movimento de invasão e interesses políticos, Kovarick (1979, p. 76) ao analisar o problema da favelização brasileira na década de 1970, afirma que, “não obstante serem múltiplas as causas, não se pode esquecer que, onde os favelados são numerosos, sempre existem grupos interessados em oferecer determinados serviços de infraestrutura ou mesmo garantia de não removê-los em troca de uma certa quantidade de votos”.

Em Boa Vista, merecem destaque as áreas do Conjunto Cidadão¹⁶ e Brigadeiro¹⁷, que foram regularizadas recentemente com a implantação de infraestrutura básica. Entretanto, a área em estudo ainda encontra-se em processo de regularização, aguardando decisão judicial quanto sua propriedade.

Podemos observar e, embasados em Kovarick (1979), que a expansão desordenada das cidades é fruto do modelo de produção capitalista, que para se manter forma um exército de reserva com pouco ou nenhum significado econômico,

¹⁶ De acordo com Araújo (2004), o Conjunto Cidadão foi implantado em 1º de janeiro de 2003 pelo governador do Estado de Roraima Flamarion Portela, como parte de campanha onde tinha assumido o compromisso de diminuir o déficit habitacional do Estado que era de 20 mil famílias.

¹⁷ A área de invasão denominada Brigadeiro, localizada na Zona Sul da cidade de Boa Vista foi desapropriada pelo Governo do Estado de Roraima, pelo Decreto nº 6.837-E de 26 de dezembro de 2005, hoje denominada bairro São Bento.

promovendo uma superexploração do trabalho e da espoliação urbana, favorecendo às classes dominantes. Com isso, não se resolve o problema habitacional de maneira simples, sem considerar a redução dos níveis de pobreza da população e a redução da espoliação urbana, que o autor conceitua como sendo,

O somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOVARICK, 1979, p. 59)

No entanto, a partir do levantamento socioeconômico dos moradores da área, é constatado que a espoliação não é fato comum apenas às grandes cidades brasileiras. Foi possível compreender, ao cruzar os dados socioeconômicos com os demais dados da pesquisa empírica, como se dá o processo de espoliação em Boa Vista.

Nesse sentido, quando se analisou a população, foi percebido que a área é ocupada por população relativamente jovem, com idade média inferior a quarenta (40) anos. Isso está relacionado, entre outros fatores, a maior propensão da população mais jovem em busca de uma casa própria, porém, a área é ocupada por pessoas de todas as faixas de idade, conforme pode ser melhor observado no gráfico 2. Ao estudar os assentamentos informais e sua relação com a pobreza urbana na cidade de Belém, Cardoso (2008), também constatou um maior número de pessoas com idade inferior a 40 anos em áreas de expansão.

A pesquisa demonstrou que, apesar da maior participação da mulher no mercado de trabalho, os homens continuam sendo o principal responsável pelas despesas do lar. Esse fato pode estar relacionado ao baixo nível de escolaridade da população da área em estudo. Os baixos salários resultam das atividades em que os membros da comunidade se dedicam. Dessa maneira, o custo de manutenção de uma pessoa para cuidar das crianças torna-se alto, quando comparado aos ganhos com salários. Percebemos que a ausência do Estado submete essa população a uma condição degradante de vida.

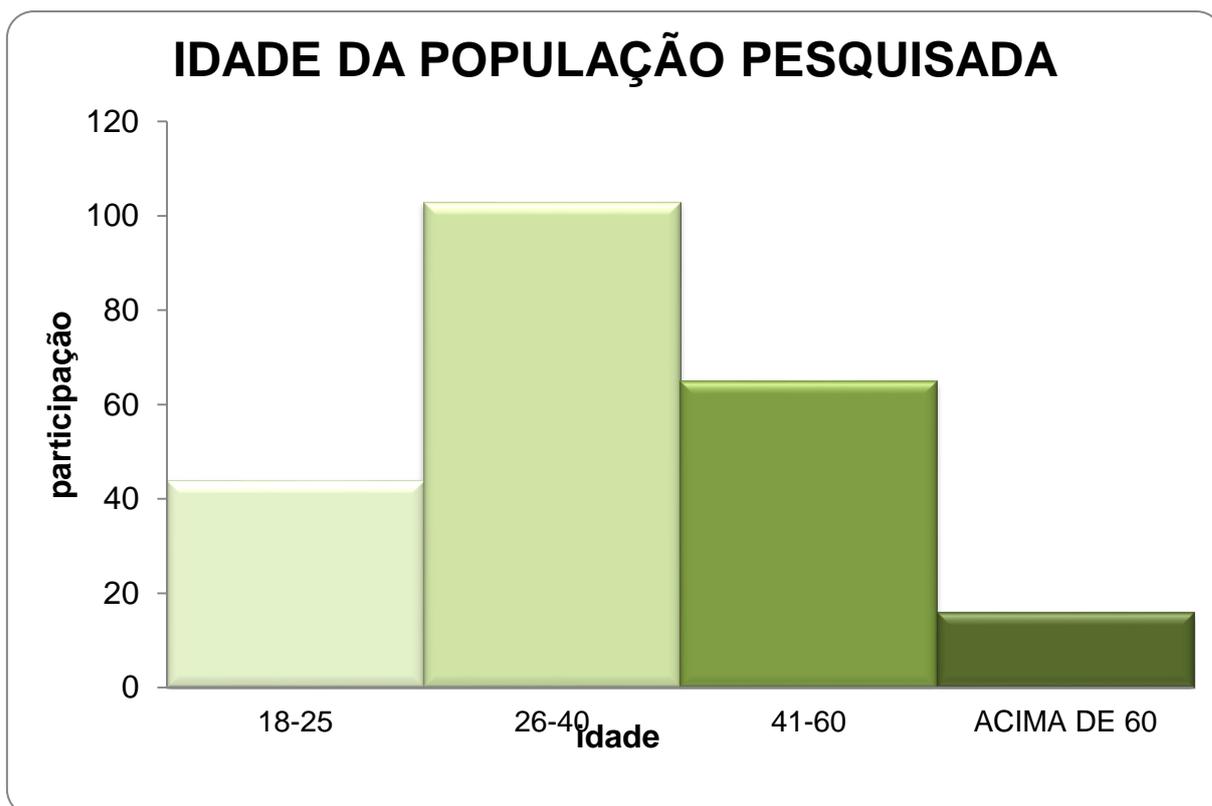


Gráfico 2: idade da população da área de ocupação
Fonte: MUSSATO, 2011.

Ainda assim, constatou-se durante a pesquisa que em alguns lares a mulher, além dos afazeres domésticos, contribui com o provimento de renda, exercendo atividades remuneradas, conforme pode ser observado no gráfico 3. Para Probst (2005, p. 04), isso é um fato cada vez mais presente em nossa sociedade. A autora afirma ainda que, “as mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto ao homem e, quando voltam para a casa, instintivamente dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar”.

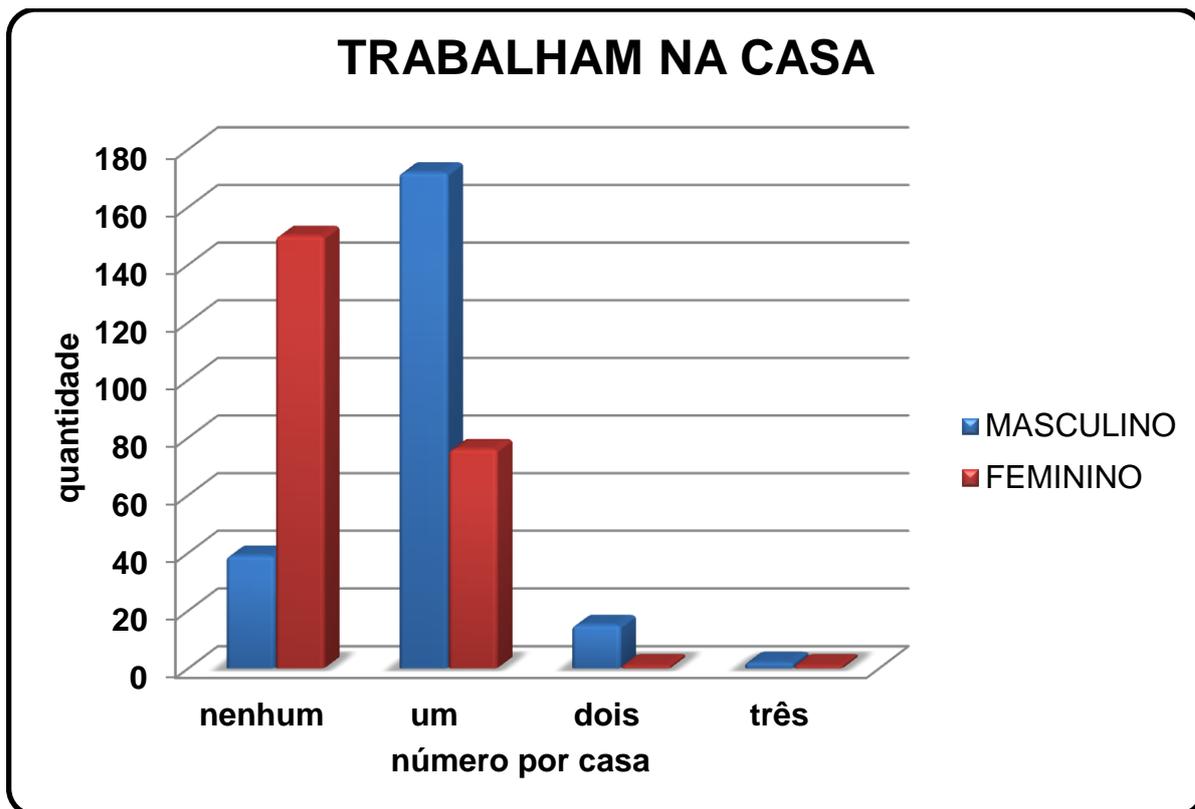


Gráfico 3: número de pessoas que trabalham na casa.
Fonte: MUSSATO, 2010.

O processo de formação territorial do Estado de Roraima e da cidade de Boa Vista teve uma forte presença de imigrantes, principalmente dos estados do nordeste e norte do país. Essa presença de nordestinos na cidade resulta diretamente das políticas de ocupação implementadas pelos governos do ex-território e dos primeiros governos do Estado, notadamente eleitoreira. Essa realidade também foi encontrada na área pesquisada, merecendo destaque os estados do Maranhão, Amazonas e Pará, conforme pode ser observado no gráfico 4.

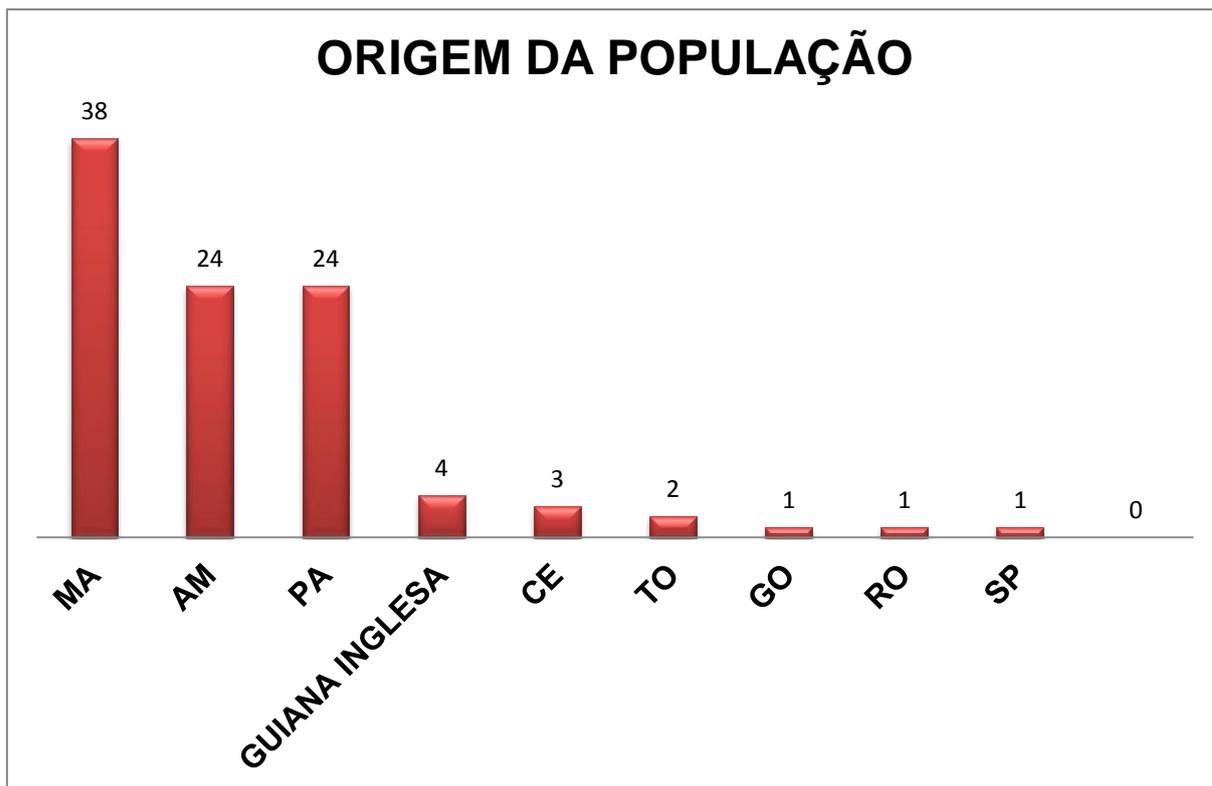


Gráfico 4: origem da população.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Diniz (2006, p. 04) destaca que essa forte presença de imigrantes foi resultado da política de povoamento do Estado à época do Território Federal e que “a colonização direcionada beneficiou diversas áreas do Nordeste, mas os nativos do Estado do Maranhão foram priorizados e desde a década de 1940, os maranhenses representam o principal grupo de imigrantes.” O autor destaca ainda que “o fim da década de 1990 traz uma nova configuração. O Pará ultrapassa o Maranhão como principal fonte de imigrantes, seguidos por Amazonas, no rol das origens mais significativas”.

Essa população, que chegou em Boa Vista nas décadas anteriores em grandes levas, ocupa hoje, principalmente os bairros mais afastados do centro. Nesse grupo há uma forte participação de pessoas com baixo nível de instrução. Alguns autores ao analisarem o fluxo migratório ocorrido em Roraima nas décadas anteriores, afirmam que há uma grande participação de população com baixo nível de escolaridade. Isso pode ser mais bem compreendido quando analisamos o nível de instrução dos pesquisados. Mais de 60% dos entrevistados cursou apenas o

ensino fundamental, com destaque para o número de analfabetos que representa quase 20% do total, conforme gráfico 5.

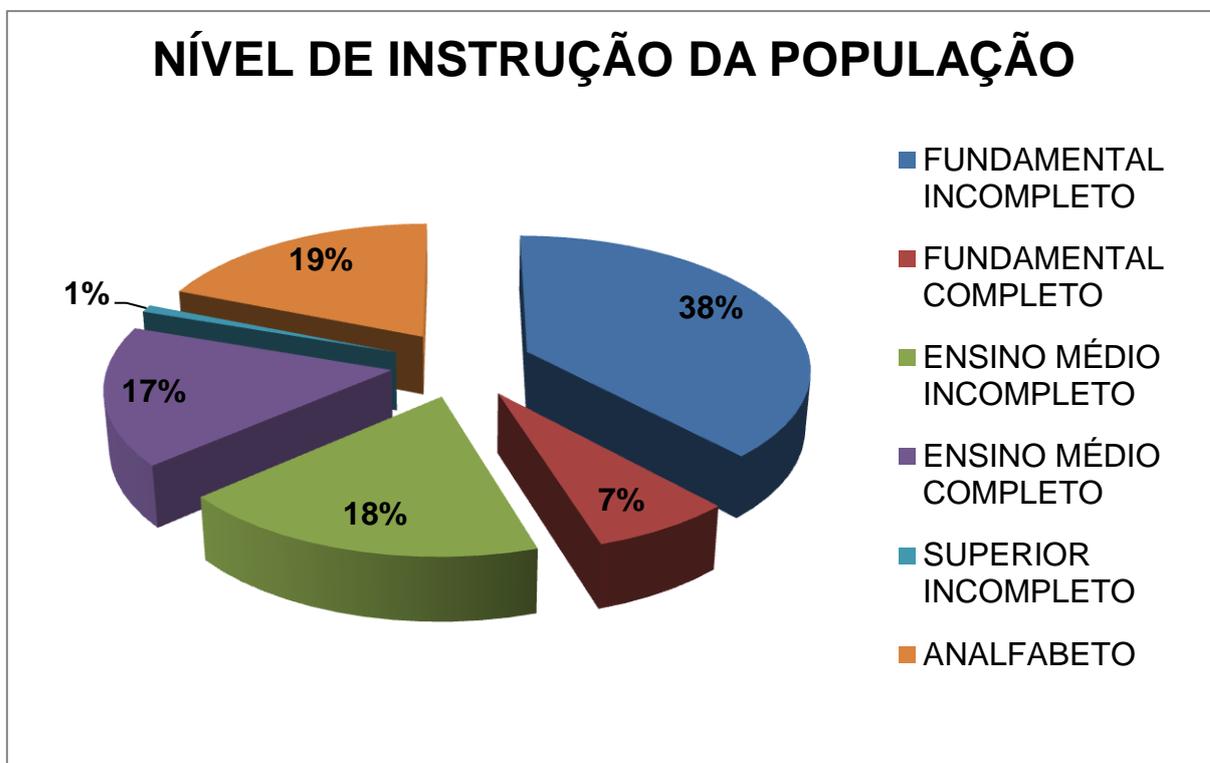


Gráfico 5: nível de instrução da população.
Fonte: MUSSATO, 2010.

O elevado valor da terra nas áreas centrais da cidade pressiona a população de baixa renda para as áreas mais afastadas do centro da cidade. A partir da análise dos dados foi possível, identificar as áreas de origem dos moradores na cidade. Mais de 50% dos moradores da área são provenientes de sete bairros, com destaque para Cauamé, Buritis e Liberdade, com respectivamente, 13%, 10% e 10%. Nessas áreas, observou-se um forte aumento no preço da terra, para além da capacidade de pagamento de uma parcela significativa dos moradores, como demonstrado nos mapas de evolução do preço do solo urbano de Boa Vista.

É preciso lembrar que a terra é um importante ativo com alto grau de liquidez, e isso faz com que àqueles que a possuem busquem tirar o maior rendimento possível sobre sua propriedade. Nesse sentido, junto com o aumento do valor da terra, deve ser considerado o aumento no valor do aluguel. A consequência

imediate é a pressão sobre aqueles que não possuem rendimentos suficientes para permanecer nessas áreas.

Outro fato que nos chama a atenção é que entre os moradores, há uma parcela significativa de pessoas provenientes do bairro São Bento, antigo Brigadeiro, que ainda se encontra em processo de regularização fundiária e de implantação de infraestrutura. Nesse bairro, a ocupação irregular de uma área pertencente a Diocese de Roraima, culminou com a desapropriação e regularização para mais de um mil e duzentas famílias, que foram beneficiadas com a construção de 1.277 casas pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinf), contando com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal – PAC e contrapartida do governo do estado. O bairro, de acordo com a Agência Roraimense de Notícias, do governo do estado, será o primeiro de Boa Vista a contar com toda a infraestrutura. Contudo, 6% dos moradores do Monte das Oliveiras são provenientes dessa área, conforme pode ser melhor observado no gráfico 6. Nesse sentido, constatamos que esses moradores representam remanescentes do programa habitacional, que não conseguiram o benefício.

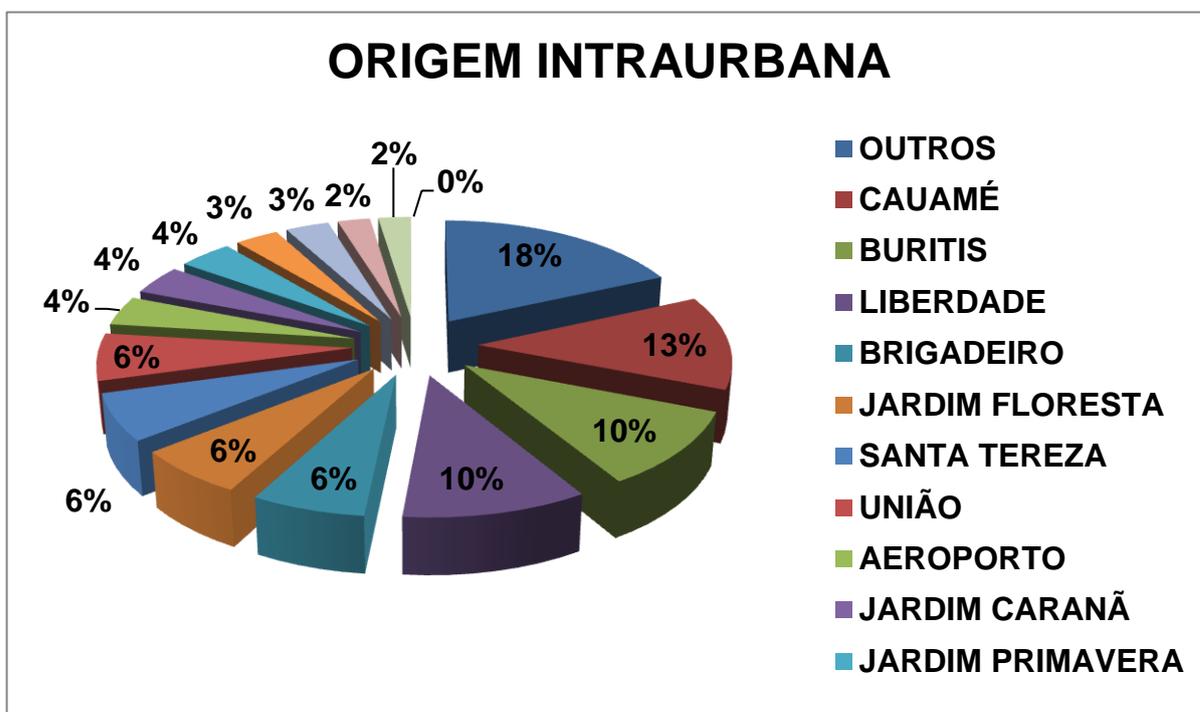


Gráfico 6: origem intraurbana da população.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Vários seguimentos da sociedade e a imprensa local vêm denunciando a “indústria da invasão” em Boa Vista. Segundo a imprensa, a regularização da área do Conjunto Cidadão, no bairro Senador Hélio Campos e o Brigadeiro no bairro Prof. Araceli Souto Maior, incentivaram pessoas que já possuem casas a invadir áreas públicas e privadas na esperança de uma regularização futura. Contudo, independente da existência ou não de uma “indústria”, cabe ao poder público disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano. O jornal Folha de Boa Vista, publicou matéria sobre esse tipo de atividade em 09/12/2010, onde afirma que “a indústria da invasão, há muitos anos enraizada na forma de fazer política em Roraima, está cada dia mais organizada. Agora as ocupações contam com planejamento, serviço jurídico e até caixa para manter o “negócio”.

Apesar do grande número de pessoas ocupando a área, observou-se que a ampla maioria dos moradores, residem a menos de 3 (três) anos no local, conforme demonstra o gráfico 7 e constatado nas imagens registradas por satélites, demonstradas anteriormente. No entanto, até o presente momento, pouco foi feito de concreto, apesar da publicação da Lei 1.086 de outubro de 2008.

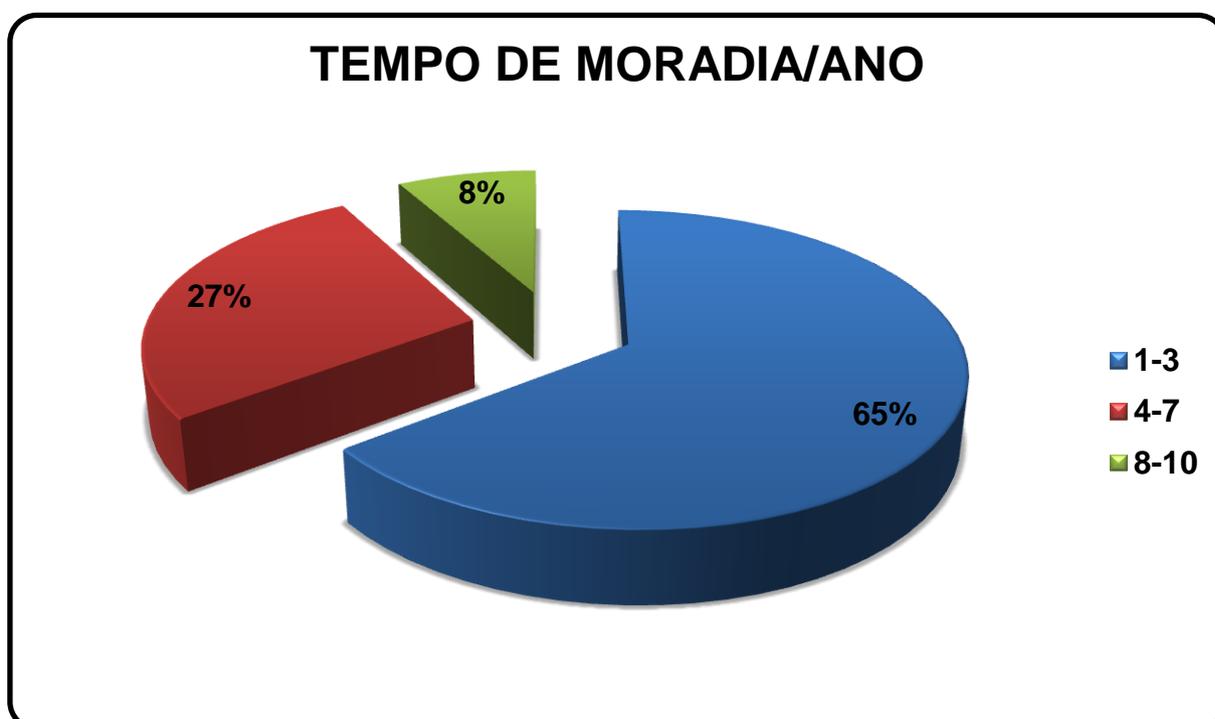


Gráfico 7: tempo de moradia no Monte das Oliveiras.
Fonte: MUSSATO, 2010.

O local foi transformado em Área Especial de Interesse Social – AIES pela prefeitura de Boa Vista, por meio da Lei nº 1.086 de 22 de outubro de 2008, no entanto, a proximidade com a Base Aérea de Boa Vista e a sobreposição de área com uma propriedade particular, resultou num impasse judicial. O governo do Estado, através do ITERAIMA (Instituto de Terras Colonização e Reforma Agrária), afirmou interesse no processo de regularização da área, e está no aguardo apenas da decisão final da justiça. De acordo com a Sra. Cristina Leite, Diretora de Colonização e Assentamento do órgão, o local passará pelo mesmo processo realizado em outras áreas, como no Conjunto Cidadão e no Brigadeiro. A notícia de regularização do Monte das Oliveiras é corrente em Boa Vista e isso tem atraído novos moradores para o local, na eminência de se beneficiarem com a regularização.

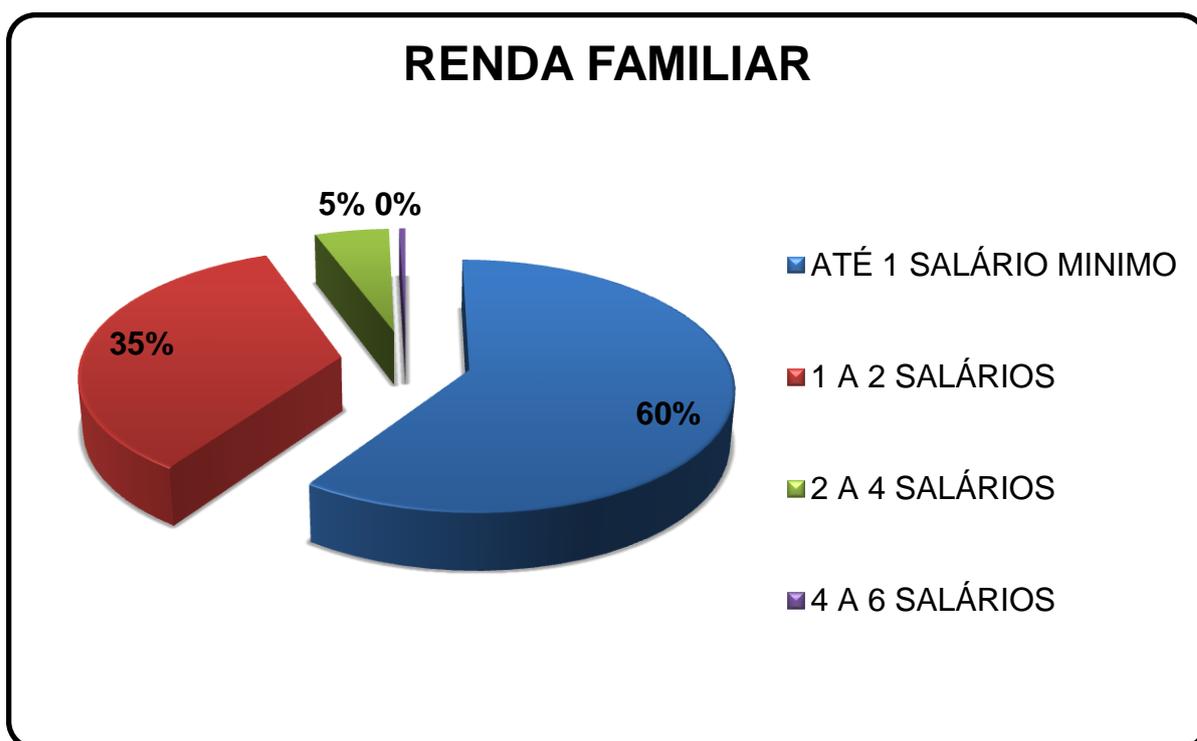


Gráfico 8: renda familiar da população do Monte das Oliveiras.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Outro dado interessante, diz respeito aos rendimentos familiares. Em 95% dos casos a renda familiar não ultrapassa dois salários, sendo que a ampla maioria

não ultrapassa um salário mínimo, conforme demonstrado no gráfico anterior (Gráfico 8).

Esses dados demonstram o nível de pobreza da população que mora na área. Fato que pode ser melhor compreendido quando é analisado em conjunto com a profissão do principal mantenedor da casa. O baixo nível de escolaridade, analisado anteriormente, compromete a qualificação do trabalhador e, conseqüentemente, implica em menores salários, a qualidade de vida dos mesmos. O gráfico 9, demonstra que os moradores da área ocupam-se de atividades que demandam baixo nível de qualificação técnica, com destaque para auxiliar de serviços gerais, pedreiro, autônomo e empregada doméstica, que correspondem a 60% das ocupações. Diante desse quadro, observando as condições de infraestrutura da área, podemos compreender melhor a baixa qualidade no nível de construção das moradias.

Se forem consideradas as teorias econômicas de Alonso, discutidas no capítulo 2, nota-se que para essa parcela da população, os custos com transportes seriam demasiadamente elevados para seus parques rendimentos, no entanto, de acordo com os dados da pesquisa, esses profissionais exercem suas atividades profissionais nos bairros próximos à moradia, o que reduz, ou até mesmo elimina esses custos. Diante desses dados, poderíamos questionar a validade das teorias econômicas, todavia, ao se fazer uma análise mais profunda percebe-se que para parcela da população que dispõe de pouca ou nenhuma renda, há algumas considerações a serem feitas durante as análises. Deve-se ter em mente que, mesmo estando desprovidos de rendimentos contínuos ou seguros, está se tratando de indivíduos racionais e esses, por sua vez, buscam sempre maximizar seus ganhos.

Nesse sentido, Cardoso (2008, p. 196) ao analisar os assentamentos informais e a pobreza urbana em Belém-PA, assevera que “a localização afeta o acesso à habitação e ao *habitat*, uma vez que as pessoas de baixa renda procuram custo mínimo, e localização determina custo. Isso normalmente resulta na ocupação de áreas impróprias e preteridas pela ocupação formal, [no caso de Belém] o conflito entre a localização e configuração é estabelecido, pois muitas vezes a melhor localização é viabilizada através da ocupação dos piores sítios”. A escolha pela localização das moradias, dentro dessa realidade, resulta de análises econômicas

feitas pelos moradores. Na escolha pelo melhor local, as pessoas consideram todos os ganhos e percas para, enfim, definir qual o melhor local.

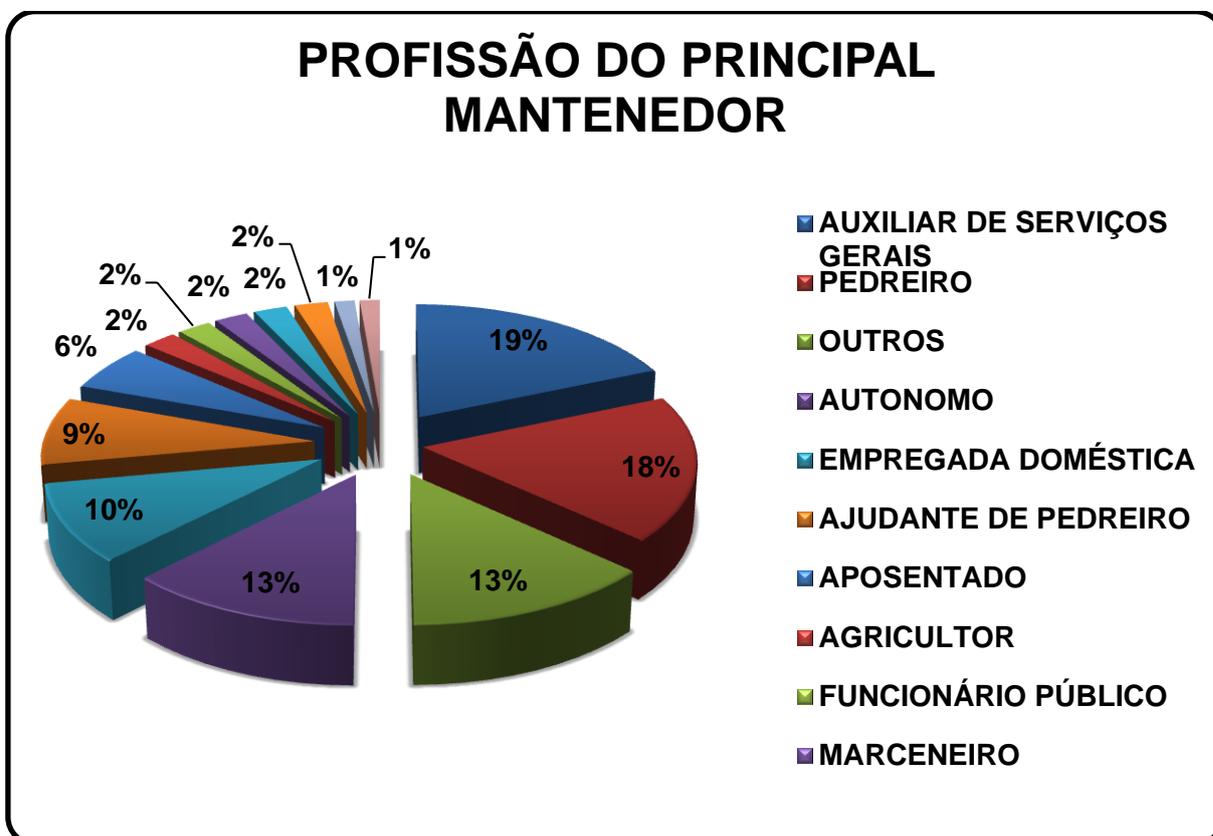


Gráfico 9: profissão do principal mantenedor da família.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Ademais, de acordo com dados do Ministério do Trabalho Emprego e Renda, cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros não possuem registro em carteira. Esse é um grande problema que o governo federal tem, de diversas maneiras, tentado minimizar, visto que é considerado demasiadamente elevado. A realidade, dos moradores da área, no entanto é, ainda, pior. A pesquisa revelou, conforme pode ser observado no gráfico 10, que 75% dos moradores não trabalham com registro em carteira. Apenas, 15,8% e 8,8% homens e mulheres, respectivamente, estão amparados pelos benefícios da seguridade social. Esse dado está diretamente relacionado com as profissões dos moradores da área.

Outros estudos realizados em áreas de ocupação irregular demonstraram resultados semelhantes, contudo, é preciso que o Estado utilize os instrumentos pertinentes para incluir o maior número possível de trabalhadores no mercado formal

de trabalho. A informalidade, além dos prejuízos imediatos, que são de pleno conhecimento do trabalhador, implica em prejuízos maiores a médio e longo prazo, para o trabalhador e para a economia do país.

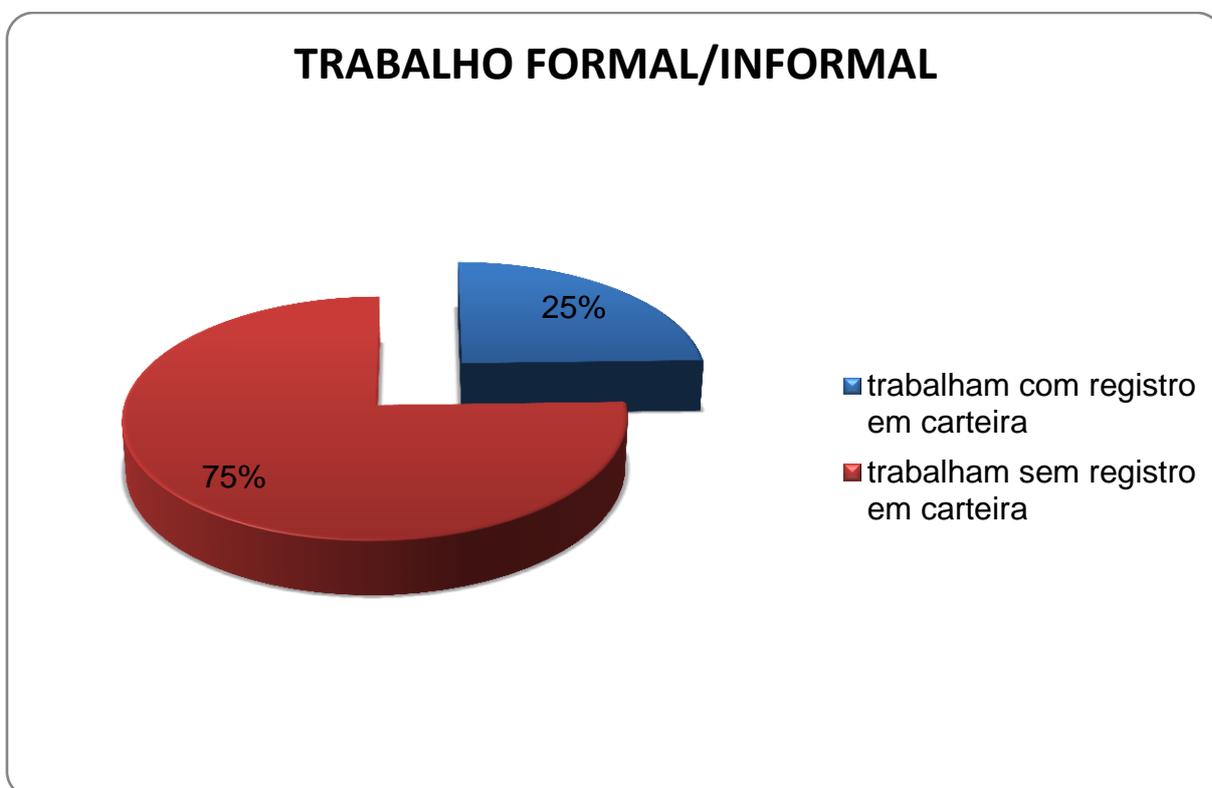


Gráfico 10: número de trabalhadores com registro em carteira
Fonte: MUSSATO, 2010.

Até recentemente afirmava-se que os trabalhadores do setor formal recebiam salários maiores que àqueles que estavam na informalidade, todavia, recentemente diversos estudos têm apontado que essa diferenciação tem diminuído ou mesmo não existe mais, quando comparados empregados do mesmo setor, podendo ser encontrado, em algumas das vezes salários maior entre os trabalhadores informais. Todavia, devemos ressaltar que a informalidade representa para o trabalhador abrir mão dos seus direitos garantidos através da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Nesse sentido, de acordo com Braga (2006, p.16), “a grande maioria dos trabalhadores informais veem nas ocupações avulsas, exercidas sob condições de trabalho e renda instáveis, a única fonte de sobrevivência e saída

para o desemprego”. É preciso destacar, ainda, que os trabalhadores informais apresentam, em média, nível de instrução inferior aos dos trabalhadores formais.

O presente estudo não avaliou a diferença de ganhos entre as duas categorias, mas a análise nos permite inferir que o baixo nível de rendimento tem direta relação com as variáveis nível de instrução, qualificação profissional e informalidade¹⁸ nas relações de trabalho.

Como resultado dos baixos níveis de rendimento familiar, 63% das famílias pesquisadas estão inscritas em, pelo menos, um programa de complementação de renda dos governos Federal e Estadual. Em 16% dos casos, a família recebe os dois benefícios – Vale Solidário e Bolsa Família, conforme gráfico 11.

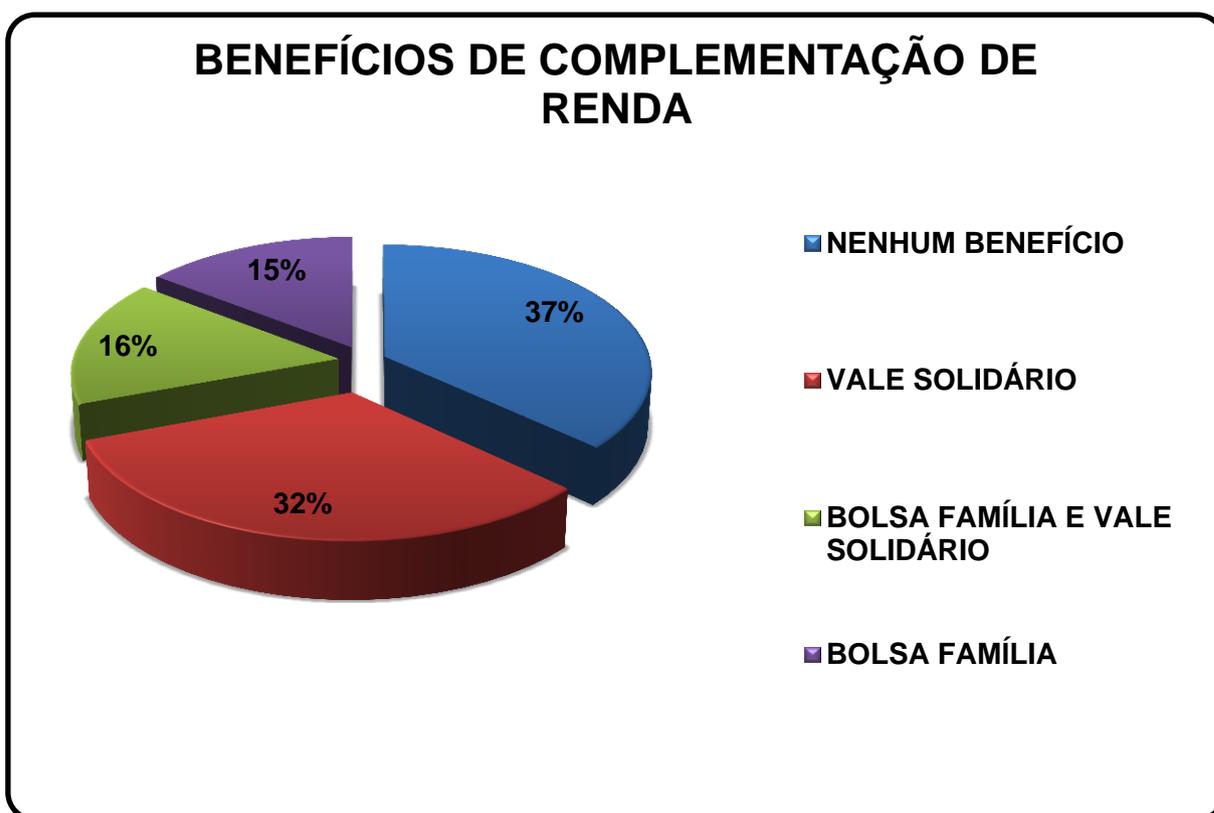


Gráfico 11: famílias beneficiadas por programas de complementação de renda
Fonte: MUSSATO, 2010.

Entretanto, àqueles que não estão inscrito em nenhum dos programas, 37%, afirmaram que estão aguardando um novo cadastro para que possam receber os

¹⁸ Utilizamos esse termo para nos referirmos as pessoas que trabalham sem o recolhimento dos encargos trabalhistas, independente de ser autônomo ou empregado.

benefícios. Esses dados, associados a total ausência de infraestrutura urbana, demonstram o grau de precariedade das condições de vida da população do bairro.

A ausência de infraestrutura é um fator comum em áreas de ocupação irregular. Nessas áreas observa-se que há uma prevalência quanto a propriedade do imóvel. No caso específico do Monte das Oliveiras, 93% dos imóveis são próprios, não tendo sido constatado a presença de inquilinos na área, conforme gráfico 12.

Esse é um dado importante da pesquisa, pois demonstra que os moradores da área não comprometem sua renda com o pagamento de aluguel. Dessa maneira, o dinheiro que seria gasto com aluguel pode ser utilizado na compra de materiais de construção.



Gráfico 12: propriedade do imóvel.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Contudo, outro dado surpreende. De acordo com a pesquisa, cerca de 90% dos imóveis ou terrenos foram adquiridos pelo proprietário mediante compra, como pode ser constatado no gráfico 13. É comum pensarmos que nessas áreas a maioria dos imóveis tenham sido construído a partir da ocupação (invasão) direta do terreno. No entanto, no Monte das Oliveiras, os moradores, afirmaram ter recibo particular de

compra e venda do imóvel ou terreno. De acordo com o jornal Folha de Boa Vista em matéria sobre a área publicada em 04/05/2007, “a área foi loteada e vendida para eles por um homem identificado como Luiz Cruz do Nascimento, há cerca de cinco anos. Essa pessoa teria afirmado, no período da negociação, que regularizaria a área junto à Prefeitura de Boa Vista e providenciaria ligação da rede elétrica, o que não aconteceu”.

O mesmo jornal publicou matéria no dia 21/06/2010, onde Luis Jerônimo, que mora no local há nove anos, explicou que “o bairro começou como uma invasão, mas os terrenos passaram a ser comercializado por um homem que supostamente seria o dono da área e que iria fazer a regularização para os moradores, o que não aconteceu”. Constatamos, assim, que as pessoas que ocupam a área não a invadiram, conforme acontece em outros locais da cidade, mas sim, foram enganadas. Contudo, não é objetivo desse trabalho defender a invasão da propriedade pública ou privada.

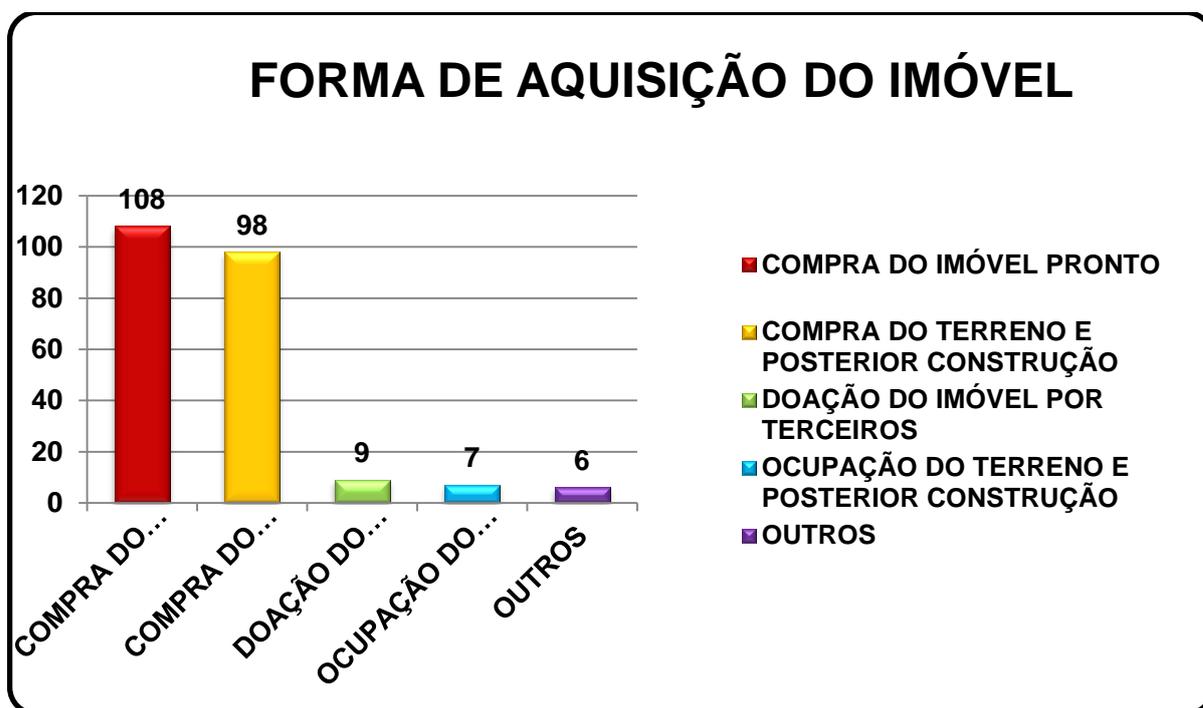


Gráfico 13: forma de aquisição do imóvel.
Fonte: MUSSATO, 2010.

Apesar da precariedade e da simplicidade das construções e das condições de infraestrutura da área, mais de 50% dos imóveis são totalmente de alvenaria, o

que não significa serem adequados às reais condições de moradia para uma família. (gráfico 14). No entanto, apesar de haver um grande número de casas de alvenaria, foi constatado que são frutos de autoconstrução e não atendem aos mínimos padrões de planejamento

Demonstra, por outro lado, o sacrifício extra a que os moradores se submetem para conseguir construir suas casas, de até um cômodo, onde vivem todos os membros da família. Esse processo de autoconstrução torna-se cada vez mais comum nas periferias das cidades brasileiras. Kovarick (1979, p. 61), descreve quanto a esses processo:

Realizada através do trabalho adicional e gratuito, que frequentemente perdura anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência. Assim, a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só tem energia física para oferecer a um sistema econômico que per si já apresenta características marcadamente selvagens. Por outro lado, este longo processo redundando, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infraestrutura básica e de situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade.

Ademais, é preciso frisar que na maioria dos casos, devido a baixa qualidade dos materiais empregados e das técnicas de construção inapropriadas, as casas exigem constantes reparos, implicando num esforço e gastos constantes por parte das famílias, conforme pode ser observado na figura 7.



Figura 7: construção em alvenaria após início da moradia em casa de madeira.
Fonte: Mussato, 2010.

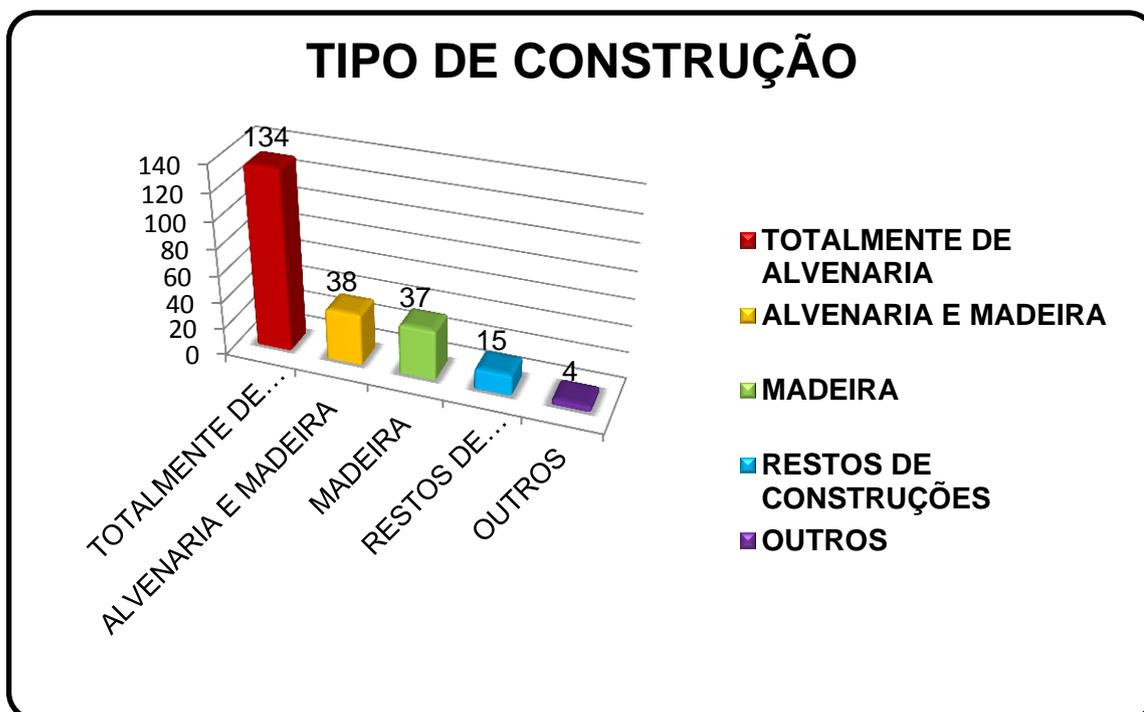


Gráfico 14: tipo de construção.
Fonte: MUSSATO, 2010.

A conquista de um lar é o princípio básico para que se possa viver dignamente, no entanto, no Monte das Oliveiras, a conquista de um local para moradia, sem ter que pagar aluguel, não significa necessariamente, melhoria nas condições de vida, pelo contrário, o lar é tudo o que se tem. Nesse local o Estado não está presente e os moradores convivem diariamente com a total ausência dos equipamentos urbanos. De acordo com os dados da pesquisa não há sistema de coleta de esgoto, restando aos moradores a deposição de dejetos em latrinas ou fossas sépticas em 91% dos imóveis (fig. 8), conforme gráfico 15.



Figura 8: tipo de banheiro utilizado pelos moradores.
Fonte: Mussato, 2010.

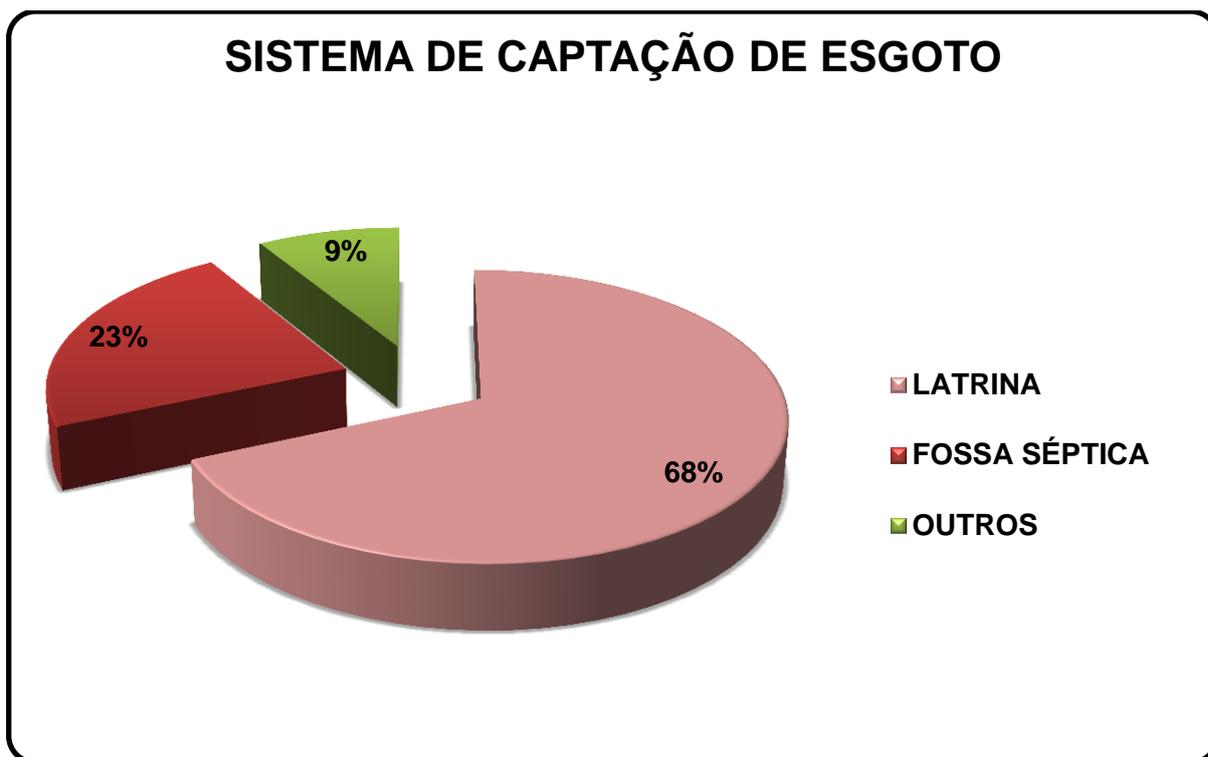


Gráfico 15: sistema de captação de esgoto
Fonte: MUSSATO, 2010.

A falta de acesso aos serviços de saneamento básico compromete a qualidade de vida das pessoas nas periferias urbanas das cidades brasileiras. Em Boa Vista, diversos bairros da cidade não tem acesso a esses serviços essenciais, todavia, no Monte das Oliveiras há um total desprovisionamento desses serviços, dentre eles o acesso à água potável. Podemos observar, de acordo com o gráfico 16, que 97% dos moradores consomem água de poço sem que tenha sido realizado algum tipo de análise da água. Esse dado quando analisado em conjunto com o serviço de coleta de esgoto e de lixo, tornam a situação ainda mais precária. A total ausência desses serviços contribui para a formação de ambientes propícios a disseminação de enfermidades. É comum a formação de valas por onde escorre a água utilizada nas atividades domésticas (fig. 9).



Figura 9: esgoto doméstico escorrendo pela rua.
Fonte: Mussato, 2010.

Neves (2005, p.45), destaca que,

Cerca de 80% das doenças em países em desenvolvimento como o Brasil, são provenientes da água de qualidade ruim, nem sempre apropriada para o uso humano, sendo um importante veículo de enfermidades diarreicas de natureza infecciosa. Essas doenças são causadas, principalmente por microrganismos patogênicos de origem entérica, animal ou humanas, transmitidas basicamente pela rota fecal-oral, ou seja, são excretados nas fezes dos indivíduos e ingeridos na forma de água ou alimento contaminado por água poluída por fezes.

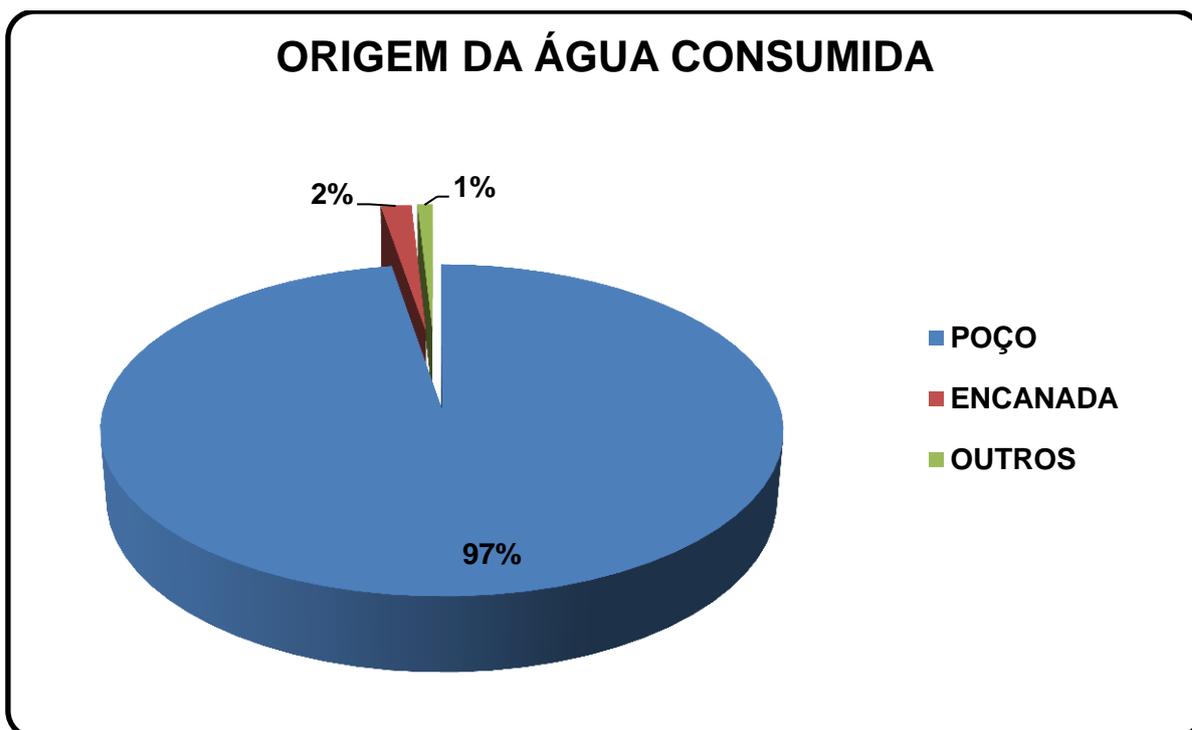


Gráfico 16: origem da água consumida
Fonte: MUSSATO, 2010.

A água coletada nos poços é utilizada para todos os serviços domésticos, inclusive para beber e cozinhar os alimentos, expondo as famílias a todas as doenças transmitidas pela água, fig.10.

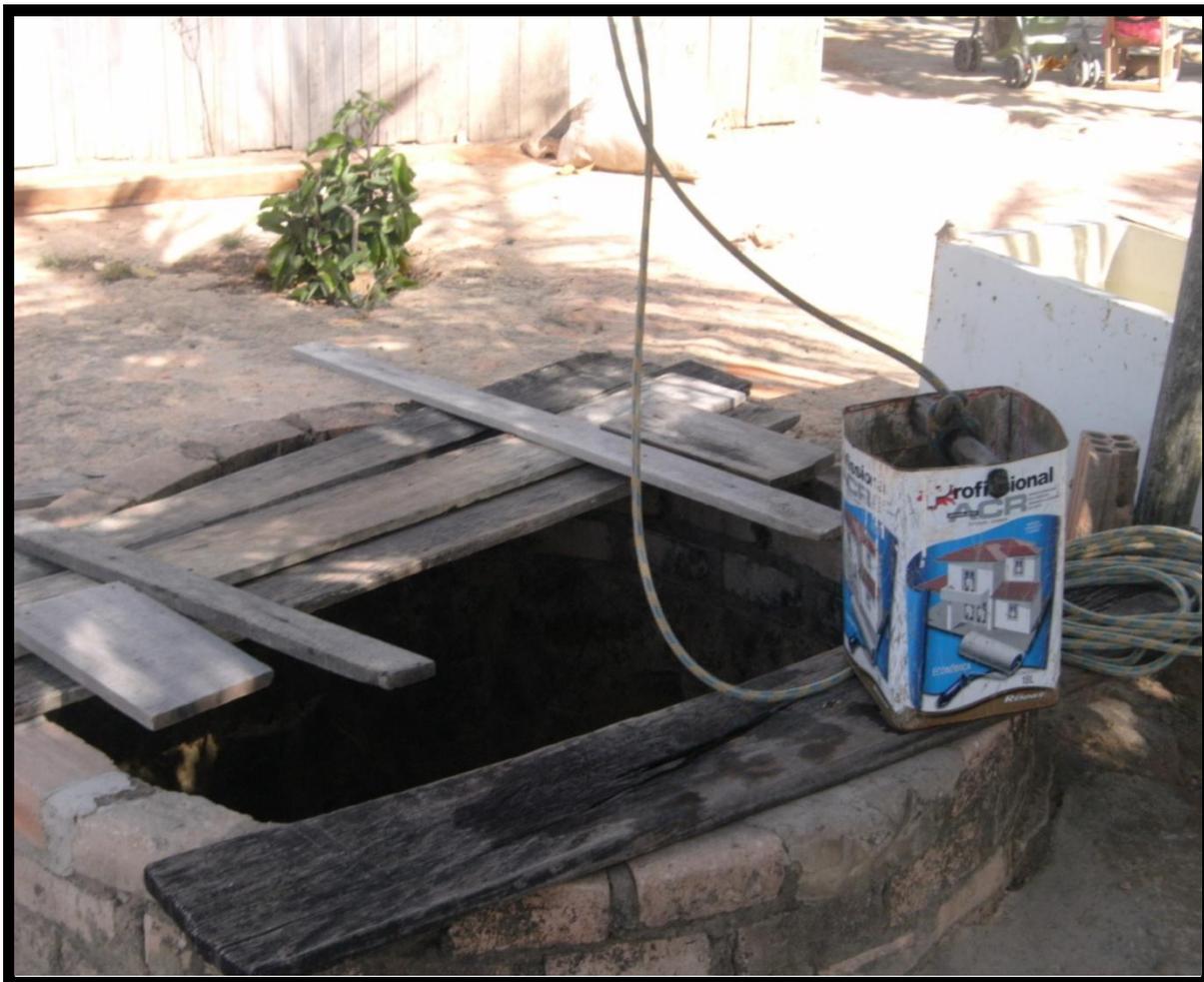


Figura 10: poço utilizado para o fornecimento de água aos moradores.
Fonte: Mussato, 2010.

A precariedade das condições de moradia, não é pior que a condição ambiental da área, demonstrando os riscos a que essa população está exposta. Diariamente os moradores depositam seus resíduos domésticos de maneira irregular, sem a preocupação com os possíveis danos à sua saúde. Na análise desse dado, pode ser observado que a população reproduz o que ocorre nas demais áreas da cidade que são atendidas pelo serviço de coleta regular de lixo, jogando os resíduos domésticos irregularmente nas ruas ou em terrenos baldios, conforme gráfico 17 e fig. 11.

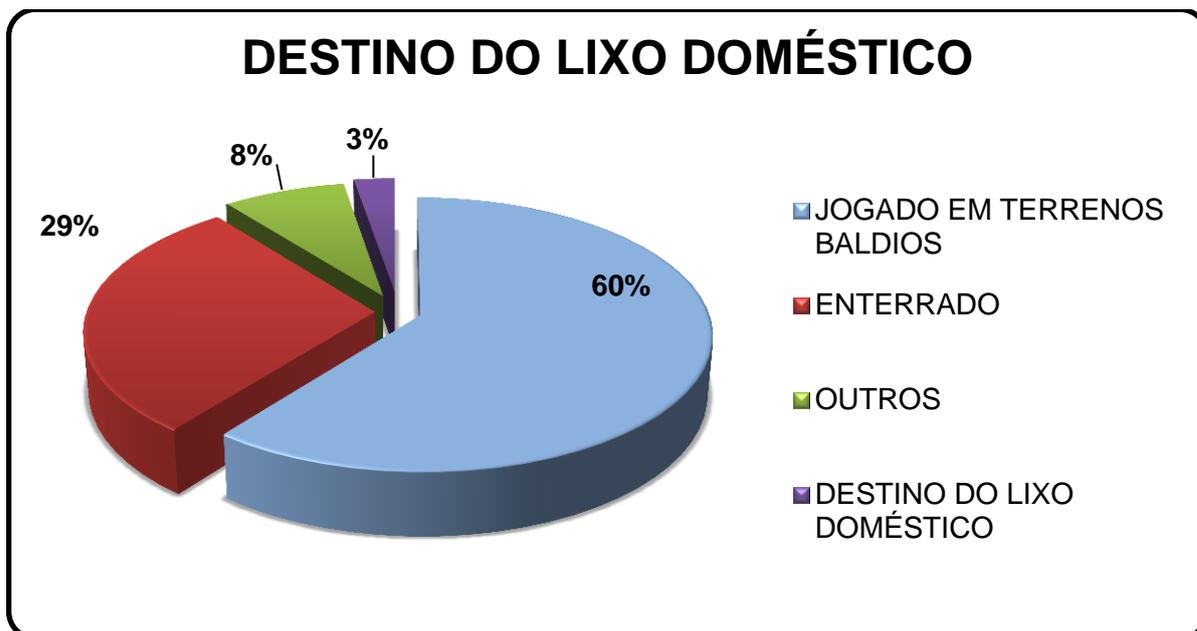


Gráfico 17: destino do lixo produzido pelos moradores
Fonte: MUSSATO, 2010.



Figura 11: lixo jogado irregularmente na rua.
Fonte: Mussato, 2010.

Ribeiro e Rooke (2010, p. 11), ao analisarem a relação entre saneamento básico, meio ambiente e saúde pública, descrevem que,

Quando o lixo é disposto de forma inadequada, em lixões a céu aberto, por exemplo, os problemas sanitários e ambientais são inevitáveis. Isto porque estes locais tornam-se propícios para a atração de animais que acabam por se constituírem em vetores de diversas doenças, (...). Além do mais são responsáveis pela poluição do ar, quando ocorre a queima dos resíduos, do solo e das águas superficiais e subterrâneas.

Somado a todos esses problemas, os moradores enfrentam a falta de energia. O acesso a energia elétrica dá-se por meio de ligações clandestinas que trazem sérios riscos a população, além de caracterizar crime de furto, previsto no Código Penal Brasileiro, conforme pode ser observado em matéria publicado pelo jornal Folha de Boa Vista no dia 07/02/2008, “MONTE DAS OLIVEIRAS – moradores são presos por furto de energia”.

Não bastassem incorrer em crime, os moradores expõem-se diariamente a risco de morte. É comum termos notícias de pessoas que morrem eletrocutadas em áreas de invasão. O jornal Folha de boa Vista, publicou matéria em 09 de fevereiro de 2010 onde relatava a morte de um agricultor de 24 por descarga elétrica de 110 volts ao encostar-se a uma cerca energizada. Essa foi a primeira morte registrada na área, porém esse não foi o primeiro caso registrado na área, conforme publicado, em outubro de 2009 outra pessoa foi vítima de descarga elétrica ao encostar-se em cerca energizada, felizmente não veio a óbito.

No entanto, apesar das diversas ações de desligamento dos “gatos” pela empresa responsável pelo fornecimento de energia para a capital, e das ações das polícias civil e militares, os moradores se arriscam retomando as ligações clandestinas (fig. 12). O acesso à energia elétrica é, na ordem de prioridade dos moradores, a principal reivindicação da área.

De acordo com a Sra. Cristina Leite, Diretora de Colonização e Assentamento do ITERAIMA, o Estado somente poderá “entrar” na área para o provimento de infraestrutura básica após resolvido o problema judicial em trânsito. Sem que seja resolvida essa questão, o Estado não possui mecanismos legais para atender aos moradores do bairro. Enquanto o problema não é resolvido os moradores do local vivem em condições totalmente insalubres.



Figura 12: ligações clandestinas de energia “gato”.
Fonte: Mussato, 2010.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada nos capítulos anteriores permitiu a construção de um referencial teórico para a concretização da análise da evolução do espaço urbano de Boa Vista-RR e suas consequências socioeconômicas, principalmente para as populações de menor renda.

A análise do processo de produção do espaço urbano nos subsidiou com os argumentos necessários para compreendermos a dinâmica desse processo no “contraditório” jogo de interesses do capital privado e o papel do Estado como planejador. Afirmamos ser contraditório, pois percebemos que o Estado, que deveria defender os interesses da coletividade, muitas vezes atua como partícipe nos interesses do capital privado, contrariando sua função.

Nesse sentido, compreendemos porque o espaço, e em particular o espaço urbano, passa a ter cada vez maior importância para o capital, além de ser influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista. O espaço torna-se mercadoria, mas não uma mercadoria qualquer, como pode ser mais bem percebida nas palavras de Lefebvre (2000, p. 88), quando esse afirma que, “o espaço não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: ele compreende as coisas produzidas e suas relações na sua coexistência e simultaneidade. Por isso, produzir o espaço não é o mesmo que produzir uma mercadoria qualquer, como um quilo de açúcar ou um metro de tecido”. Nesse sentido, espaço urbano constitui uma mercadoria única e com alto grau de liquidez, despertando os interesses mais diversos sobre sua propriedade, associado a um processo de exclusão.

O resgate do processo de urbanização de Roraima e a consolidação da urbanização em Boa Vista na segunda metade do século passado, permitiu que compreendêssemos melhor como os agentes produtores do espaço atuaram durante o processo dentre de uma conjuntura político-militar dos governos Federal e do ex-território até o final da década de oitenta. A ocupação do espaço amazônico norteou toda a dinâmica de produção do espaço urbano regional e, em especial, da cidade de Boa Vista.

A consolidação do *status* de capital do, então, Território Federal do Rio Branco na década de 1940, permitiu à Boa Vista a consolidação de uma dinâmica espacial nos moldes de cidade planejada, desenhando-se um tecido urbano em plena harmonia com a planície do rio Branco, num primeiro momento.

Contudo, os equívocos na política de colonização regional ao longo das décadas seguintes, somados à euforia provocada pelo garimpo, deu uma nova dinâmica na produção do espaço roraimense e de Boa Vista.

A partir das décadas de 80 e 90, conforme demonstrado no mapa 02, a cidade experimentou um acelerado ciclo de expansão de forma desordenada, avançando sobre áreas ecologicamente frágeis, promovendo com isso, uma degradação tanto ambiental, quanto social da paisagem urbana.

Nesse sentido, o Estado, que também é um proprietário urbano, deve valer-se dos instrumentos legais que lhe estão disponíveis para ordenar o uso e a ocupação do solo urbano, sem que seja desconsiderado que à terra é atribuída uma função social. Quando o Estado assume seu papel, não como partícipe dos interesses do capital privado, mas como agente social, primando pelos interesses da sociedade é possível que ocorra a (re)produção do espaço urbano de forma a atender aos diferentes interesses do capital, respeitando as diferenças existentes entre as classes sociais. Contudo, cabe à sociedade cobrar, de forma enfática, políticas eficientes quanto ao uso e a ocupação do espaço urbano.

Botelho (2007, p. 36) amparado em Peter Marcuse (1974, p. 30) lembra que no processo de formação do espaço urbano segregado, o Estado possui um papel importante visto que, nenhum mercado “privado” poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação.

Não podemos desconsiderar, no entanto, que no Brasil, historicamente, o padrão de acesso à terra propiciou sua apropriação por poucos, conduzindo a uma concentração fundiária, tanto da terra rural, quanto urbana. Como resultado desse longo processo, é possível constatar que há demandas sociais, legítimas, ainda não atendidas pela sociedade em sua plenitude.

É preciso destacar, ainda, que a especulação imobiliária é fruto do acelerado processo de urbanização, que gera uma forte demanda por terra urbanizada, associada à ausência de legislações que, de fato, regulem o acesso a terra, visto que, sendo uma mercadoria com alto grau de liquidez, torna-se um importante ativo para àqueles que, por meio de sua posse, auferem grandes lucros em detrimentos dos demais. Além do processo de exclusão social, promovido pela formação de áreas de reserva, destacamos ainda que a valoração da terra dá-se por meio da forte participação do Estado, através da execução de obras de infraestrutura urbana. Desse modo, a melhoria da infraestrutura urbana que, deveria trazer benefícios à sociedade de maneira geral, funciona, muitas vezes, como afirmado no segundo capítulo desse trabalho, contraditoriamente como mecanismo de espoliação.

Ao procedermos no recorte espacial da área Monte das Oliveiras, para a constatação *in loco* das condições de moradia da população de baixa renda, possibilitamos nesse trabalho, representar uma síntese das características negativas da urbanização de Boa Vista para parcela significativa da população.

De acordo com a análise dos dados, percebemos o nível de precariedade a que as populações segregadas estão submetidas, ficando expostas a todas as enfermidades decorrentes da falta de acesso ao saneamento básico. Além desse, há toda uma ausência de equipamentos urbanos importantes na caracterização das áreas urbanas que implicam diretamente na qualidade de vida de uma comunidade.

A não participação do poder público encontra-se, de certa forma, amparada pelos impedimentos legais existentes. Contudo, não exime o Estado de suas responsabilidades como gestor do espaço, pois como foi dito anteriormente, é o Estado quem determina as cláusulas contratuais no mercado de terras, podendo, ele, permitir ou coibir a segregação urbana.

A existência de um Estado com longa história de assistencialismo, contribui de forma significativa para agravar os problemas decorrentes da segregação urbana, pois promove a especulação da pobreza. Conforme demonstrado no capítulo anterior, há uma “indústria” que se beneficia da segregação sócio espacial, porém, os instrumentos legais para inibir tais mazelas são, muitas vezes, impedidos de funcionar a fim de atender as conveniências políticas locais.

Somente com a existência de um Estado forte, determinando políticas adequadas para o uso e a ocupação do solo urbano, perceberemos uma redução espoliação urbana, tão evidente em Boa Vista. O Monte das Oliveiras é apenas um exemplo desse lado sombrio do processo de urbanização em Roraima. Por outro lado, a redução da segregação resulta, também, da melhoria dos níveis de renda da população, e isso passa, obrigatoriamente, por melhorias na qualidade dos serviços prestados pelo Estado, principalmente a educação. O grande número de famílias atendidas pelos diversos programas de complementação de renda dos governos Federal e Estadual demonstra, um pouco, do que estamos falando.

Não foi nosso objetivo, nesse trabalho, esgotar as discussões acerca dos problemas urbanos de Boa Vista, apenas dar uma pequena parcela de contribuição a essa temática, diretamente ligada a questões de ordem social, econômica, política e ambiental. Percebemos, por fim, que novos estudos devem ser realizados até que possamos propor soluções eficazes a esse problema, pois é preciso considerarmos, antes de mais nada, que há uma frágil linha de equilíbrio entre os interesses públicos e privados, principalmente em Roraima.

REFERENCIAS

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BAHIANA, Luís Cavalcanti. O Norte na organização regional do Brasil. In: **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística., v. 3, 1991. p. 15-23.

BALASSIANO, Helena Maria Mesquita. As favelas e o comprometimento ambiental. In: **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IGBE, 1993, p. 41-8.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 9 (1): 123-144. Belém, 1993-1.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Editora Universitária – UFPE. 1995.

BECKER, Berta. **Desafiando mitos: Amazônia, uma selva urbanizada. Documentos Básicos, Conferência sobre o Desenvolvimento sustentável no Trópico Úmido**. Unesco, UNAMAZ, ONU e UTM. Manaus, 1992.

BOA VISTA. Lei nº 244/91, de 06 de setembro de 1991. **Dispõe sobre o desenvolvimento urbano**. Boa Vista, 1991.

BOA VISTA. Lei nº 924, de 28 de novembro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico de Boa Vista**. Boa Vista, 2006.

BOA VISTA. Lei nº1.298, de 22 de dezembro de 2010. **Altera a Lei nº 18/74, que Institui o Código de Postura Municipal**. Boa Vista, 2010.

BOA VISTA. Lei nº 1.086, de 22 de outubro de 2008. **Cria a AEIS- Santa Helena**. Boa Vista, 2008.

BOAS, Alberto Vilas. **Bairro São Bento: 70% dos lotes estão com energia**. Agência Roraimense de Notícias. 20/08/2008. Disponível em www.portal.rr.gov.br/arn/ Acessado em 21/03/2011.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. **A cidade como negócio: reprodução do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo.** Cadernos metrópole 18, pp. 15-38, 2º sem. 2007b.

BRAGA, Thaiz Silveira. **“O setor informal e as formas de participação na produção”:** os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. Caxambú-MG, 2006. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/. Acessado em 12/04/2011.

BRASIL, Amazonas. **Roraima: Ligeiras anotações sobre a história política e econômica, a partir do século XVII e algumas informações geográficas.** Boa Vista – Roraima. 2006.

BRASIL. **ESTATUTO DA CIDADE: Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.** Brasília. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.** Casa Civil. Brasília, 1979.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o Novo Código Florestal Brasileiro.** Brasília, 1965.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos.** Brasília, 1997.

BRITO, M. de & FORATTINI, O. P. **Produtividade de criadouros de Aedes albopictus no Vale do Paraíba – SP.** In: Revista de Saúde Pública, 2004.

BROWDER J. O. e GODFREY B. J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira.** Tradução de Gisele Vieira Goldstein e Joscilene Souza. Manaus: ed. UFAM, 2006.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** São Paulo. Nobel 2. ed, 1992.

CARDOSO, Adauto L. Vazios urbanos e função social da propriedade. In: **Revista Trimestral de Debate da FASE** - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/. Acessado em 12/05/2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Assentamentos informais e a pobreza urbana. Belém em foco. In: VALENÇA, Márcio Moraes (org.) **Cidade (I)legal.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, Sonia Nashas de. **Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano.** In. VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia

Margarete Mezzomo (org). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo, Difel, 1985.

CONCEIÇÃO, Susiane Gomes da. **Atividades Agrícolas na cidade: A influencia da urbanização na produção de hortaliças em Manaus/AM**. Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia. UFAM, Manaus-AM, 2010 (dissertação de mestrado).

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1995.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. 2006**. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/. Acessado em 11/09/2009.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Urbanização e rede urbana brasileira: orientação teórica e metodológica preliminar**. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO-SP, Rio Claro, 2008. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/ acessado em: 12/10/2011.

FIGUEIREDO, Adma Haman de. As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico. In. **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 137-49.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável**. 2. Ed. Rio de Janeiro: editora da FURB, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

IBGE, **Censo demográfico: São José dos Campos, SP, 2000**. <<http://www.ibge.gov.br/>> 03/02/2010.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Resultado do universo relativo das características da população e dos domicílios. Nº 5 Roraima. Rio de Janeiro: 1991.

_____. **Diagnóstico Ambiental Preliminar Área do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Atlas de Roraima**. Rio de Janeiro: 1981.

_____. **Serviço Nacional de Recenseamento**. VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Território do Rio Branco. *Censos Demográficos e Econômicos*. Rio de Janeiro: 1957.

_____. **Sinopse Estatística do Município de Boa Vista, Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1951.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. Edição de 21.04.2007.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. Edição de 04.05.2007.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. Edição de 07.02.2008.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. Edição de 14.02.2008.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. Edição de 09.02.2010.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: DIFEL, 1985.

LEFBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Beckwell, 1991.

_____. **La production de l'espace**. Paris, Antrhopos. 2000.

MANKIW, Gregory. **Introdução à economia**. Traduzido por Allan Vidigal Hastings. Cengage Learning. 3. ed. 2009.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos .B. e MARICATO, Ermínia. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 353p.

MOTTA, Rosa Amelita Sá Menezes da. **Repensando o planejamento de uma IES privada: uma proposta apoiada em Tecnologia da informação**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MINYANO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Z. M. Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1): 7-18, 2000.

MIRANTE, Z. A.I. **A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo de caso sobre campinas-SP**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.

NASCIMENTO, Jairon Santos do; Mauro, Cláudio Antônio de. A sustentabilidade ambiental urbana a partir de uma perspectiva espacial: o caso das cidades da Amazônia brasileira. In: Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, ano 05, n. 09, 2006. P. 113-121.

NEVES, K. B. L. **Avaliação da relação entre doenças hídricas e inundações por meio de imagens de rada Jers-1. Estudo de caso: Bacia do rio Madeira, Rondônia**. Dissertação de mestrado. Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Renda da terra absoluta, Renda da terra de monopólio, Renda da terra pré-capitalista e Preço da terra**. Orientação São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, n. 7. dez, 1986, pp. 77-85.

PESSOA, Álvaro. **O uso do solo em conflito: a visão institucional**. In: FALCÃO, Joaquim (org.) **Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Florianópolis-SC, 2005. Disponível em: WWW.icpg.com.br. Acessado em 12/02/2011.

RIBEIRO, Julia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento Básico e sua relação com meio ambiente e saúde pública**. Juiz de Fora-MG, 2010, UFJF (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Disponível em: www.ufjf.br/analiseambiental/. Acessado em 10/02/2011.

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira(1924-1925)**. Tradução e notas – Lacyr Schettino. Editora da Universidade de São Paulo : São Paulo, 1978.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo, 4.ed. Contexto, 1991.

SANTOS, Flávia de Oliveira. **Evolução urbana, especulação imobiliária e fragilidade ambiental em Caldas Novas-GO**. Revista Caminhos de Geografia. ISSN 1678-6343, v. 10, n.32, p. 126-137,2009. Disponível em: WWW.ig.ufu.br/revista/caminhos.html acessado em 12/09/2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: vozes, 1980.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Colaboração de Denise Elias. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979;

SANTOS, R. C. B. Rochdale e Alhaville: **Formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana**. São Paulo – SP: FFLCH – USP, 1994.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SERRA, Mozart Vítor; SERRA, Maria Tereza Fernandes. **As invasões de terra urbana: o alcance e as limitações da economia neoclássica no seu exame**. In: FALCÃO, Joaquim (org.) *Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SERRE, Agnés. **A gestão ambiental urbana na Amazônia: Um investimento de longo prazo da política pública**. CDS – UnB, Brasília-DF. Disponível em: WWW.ecoeco.org.br/publicações. acessado em 23-02-2010.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2 ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p

SILVA JUNIOR, C. C. **Especulação imobiliária e loteamentos irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas-GO**. Revista Mirante, Pirinópolis-GO, ISSN, 1981 4080, v.1, n.2, p. 1-18, 2007.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana e Impactos Ambientais nas Cidades Amazônicas – uma análise a partir de Boa Vista – RR**. In: *Anais do IX SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Manaus, AM, 2005.

_____. Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese Doutorado).

SILVA, Rildo Dias da. **O processo de urbanização e a qualidade socioambiental na cidade satélite de Samambaia**. Universidade de Brasília. Brasília, 2003. (dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Isolda Maciel da & GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim: Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropológica 4(1). 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Da “fragmentação do tecido sócio-espacial” da metrópole á desmetropolização relativa” algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90**. In: *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. (Org. Maria Encarnação Sposito). Presidente Prudente, 2001

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. (Série Sociedade, Espaço e Tempo – Coleção Paradidáticos)

SPÓSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

VALE, A. L. **O Ceará em Roraima**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2002. (dissertação de mestrado).

_____. **O “Ceará” em Roraima: migração de cearenses: 1980 à 1990.** Boa Vista, 2005.

_____. **Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista-RR.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007. (Tese Doutorado).

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-RR. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana.** Universidade de São Paulo, 2009. (Tese Doutorado).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: A disputa pela terra - 1777 A 1980.** Boa Vista – Roraima: 2003 (Tese de Doutorado).

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** in DEAK, Csaba e Schiffer, Sueli R. orgs. O processo de urbanização do Brasil. São Paulo: Fupam, Edusp, 1999.

APÊNDICE - Questionário aplicado aos moradores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ECONOMIA



ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE BOA VISTA-RR: DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA ÁREA MONTE DAS OLIVEIRAS - ZONA OESTE DE BOA VISTA.

Mestrando: Osvair Brandão Mussato

Orientador: prof. Carlos Alberto M. Cirino.

QUESTIONÁRIO

Perfil Sócio-econômico

1. Idade:

1. () 18-25 2. () 26-40 3. () 41-60 4. () acima de 60.

2. Sexo: 1. () feminino 2. () masculino

3. Naturalidade: _____

4. Escolaridade:

1. () fundamental incompleto 2. () fundamental completo
3. () ensino médio incompleto 4. () ensino médio completo
5. () superior incompleto 6. () superior completo
7. () analfabeto

5. Local de moradia anterior em Boa Vista:

1. () zona rural de Boa Vista 2. () Boa Vista, bairro: _____
3. () outro município do estado 4. () outro estado ou país.

5. Quanto tempo reside na área (em ano):

1. () até 1 ano 2. () 1-3 3. () 4-7 4. () 8-10 () acima de 10 anos

6. Quantas pessoas residem na casa:

1. () 1-3 2. () 4-6 3. () 7-10 4. () acima de 10

6.1. Quantos menores de 16 anos? _____

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino 3. () nenhum

7. Quantas pessoas trabalham na casa? _____

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino 3. () nenhum

7.1. Quantos menores de 16 anos trabalham? _____

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino 3. () nenhum

8. Renda familiar (referência de salário mínimo R\$ 510,00).

1. () até 1 salário mínimo (0 - 510) 2. () 1 a 2 salários (511- 1.020)
 3. () 2 a 4 salários (1.021 – 2.040) 4. () 4 a 6 salários (2.041 – 3.060)
 5. () acima de 6 salários (+ 3.060)

9. Existe alguém desempregado na família?

1. () sim 2. () Não (_____) quantidade

10. Trabalho com registro em carteira.

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino 3. () nenhum

11. Profissão do principal mantenedor da casa?

12. O principal mantenedor da casa é do sexo?

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino

13. Está inscrito em algum programa social de complemento de renda?

1. () sim 2. () Não

Qual(ais)?

14. Crianças ou adolescentes menores de 16 anos fora da escola.

1. () sexo masculino 2. () sexo feminino 3. () nenhum

Perfil da sócio-espacial

15. O imóvel é:

1. () próprio 2. () alugado 3. () cedido 4. () outros qual? _____

16. Caso seja próprio, a aquisição do imóvel se deu por meio de:

1. () ocupação do terreno e posterior construção
 2. () compra do terreno e posterior construção
 3. () ocupação do imóvel pronto
 4. () compra do imóvel pronto
 5. () doação do imóvel por terceiro.

17. Possui algum documento de propriedade?

1. () sim 2. () Não

Qual(ais)?

30. Descrever as principais observações sobre as condições da moradia.

Data: ____/12/2010.

Aplicador: _____